

ISSN 0100-199X

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

20

Neste número:

Imagens do Rio de Janeiro
O Ciclo Básico na Universidade

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Aspásia Camargo, Presidente (CPDoc-FGV)

Anita Brumer (UFRGS)

Charles Pessanha (Iuperj)

Laura da Veiga (UFMG)

Lúcia Valladares (Iuperj)

Mariza Corrêa (Unicamp)

Rosa Maria Godoy Silveira (UFPb)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 – Botafogo
22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138
Rio de Janeiro – RJ

Sumário

Resenha Bibliográfica

Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro
Maria Alice Rezende de Carvalho

3

Fontes de Pesquisa

Fontes para o Estudo da História do Estado do Rio de Janeiro
na Primeira República

Marieta de Moraes Ferreira
Sérgio T. N. Lamarão

23

Problemas do Ensino e da Pesquisa

Análise da Implementação do Ciclo Básico na
Universidade Brasileira

Antonio Augusto Pereira Prates
Antonio Luiz Paixão
Líliá Gardenal
Luis Aureliano Gama de Andrade

41

Pesquisas em Andamento

61

Teses e Dissertações

71

BIB, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 1-82, 2.º Semestre 1985

Colaboram neste número:

Antonio Augusto Pereira Prates, Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Antonio Luiz Paixão, Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Líliá Gardenal, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Luis Aureliano Gama de Andrade, Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Maria Alice Rezende de Carvalho, Professora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ.

Marieta de Moraes Ferreira, Coordenadora do Projeto História do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido no Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPdoc-FGV.

Sérgio T. N. Lamarão, Pesquisador do Projeto História do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido no Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPdoc-FGV.

Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro

Maria Alice Rezende de Carvalho

I – Introdução

São antigas e muito frequentes as referências à natureza “boêmia” e “preguiçosa” dos cariocas, a atribuir-lhes uma inequívoca pertinência ao universo da malandragem. Tão frequentes que se torna difícil explicar a ausência, entre nós, de uma tradição de pesquisa sobre a cristalização de determinadas concepções e narrativas referidas às cidades brasileiras e seus habitantes. Afinal, são estas narrativas que expressam – no campo cultural e no plano das idéias – a acomodação contemporânea entre diferentes visões de mundo, relativas a momentos distintos de dominação material e enfeixadas numa composição bizarra que deixa transparecer o *velho* e o *novoo* na forma presente de consciência.

Por isso, as imagens difundidas das cidades são potencialmente reveladoras do debate travado no momento do enraizamento capitalista em nossa sociedade, quando serviram à complexificação do sedimento cultural de um novo Brasil, moderno e integrado no mercado mundial. E, encaradas assim, poderão contribuir para a reavaliação do pensamento político brasileiro – e das suas conseqüências programáticas – no que tange às concepções conflitantes sobre a relação Estado e sociedade, acirradas no contexto atual.

Acredito que as imagens do Rio de Janeiro sejam, para este propósito, exemplares. Sede do governo Imperial e capital da República por

tanto tempo, esta cidade se faz representar, reiteradamente, pela extrema fragmentação da sua vida social: boêmios, vagabundos, malandros e biscateiros, seres referidos a seus bairros de origem, quando não às suas rodas de esquina, são eles a “consciência das ruas” a negar a dinâmica homogeneizadora do mercado e as investidas uniformizadoras da modernidade capitalista (Carvalho, M.A., 1984b).

No Rio de Janeiro a produção intelectual reproduz, acriticamente, esta forma de consciência, conferindo universalidade ao senso comum. São cronistas, poetas, políticos, intelectuais, enfim, da cidade, os que se aprestam a forçar a compatibilização da ordem capitalista às formulações tradicionais – heterogêneas e desagregadas –, concebidas em momentos já ultrapassados historicamente.

É certo que, comparativamente, a Europa moderna também se ressentiu da metamorfose das suas vilas em grandes cidades, acomodando, durante algum tempo, visões de pânico e de ir-restrito otimismo. Foi o tempo em que procurou incorporar o ineditismo daquele fenômeno à sensibilidade dos espíritos da época, mediante a simbolização dos traços mais visíveis da nova “civilização urbana”. São testemunhos repletos de deslumbramento e pavor que ecoam dos textos de literatos, médicos, filantropos e estadistas do século XIX europeu: deslumbramento pelo que representava a superação das barreiras hierárquicas impostas, até então, pela

aristocracia e o triunfo da indústria, com a mecanização sugerindo a vitória do homem sobre as limitações naturais. Pavor pelo que este processo continha de radicalmente novo, pela visão do intempestivo crescimento demográfico e econômico daquelas sociedades, numa consagração do desmoronamento da ordem aristocrática, face ao surgimento das primeiras cidades massivas da história.¹

Obras, portanto, destinadas a enaltecer a trilha de progresso aberta pela nova era, contendo, no limite do suportável, o temor ao inédito ou, mais claramente, à desordem e à miséria em escala assombrosa. A resposta dos intelectuais da hora apresentou-se como fuga daquele mundo instável: para a frente, em sintonia com o anseio generalizado por liberdade; para trás, apegando-se aos valores convencionais do ruralismo retrógrado. Mas o interessante é que, lá, sob o apelo do moderno e a pressão ameaçadora dos miseráveis, constituiu-se um *continuum* a abarcar a trajetória de todo europeu “civilizado” – fosse aristocrata ou não –, favorecendo a construção precoce de um novo “bloco ético”, burguês, de vocação universalista. Pode-se mesmo dizer que a reflexão europeia sobre a cidade, durante as primeiras décadas do século XIX, demonstra a tentativa de erigi-la em *ponto de chegada* de um longo percurso de dissociação entre o homem e a natureza,² exibindo no traçado de suas avenidas, nas famosas passagens parisienses, na Ringsstrasse vienense e na sólida e autoconfiante arquitetura das mansões burguesas, o poder progressivamente aglutinador de uma nova ordem que, não obstante, desenhava-se, ainda, sobre a dupla permanência passadista de uma mesma cultura aristocrática: as paisagens campestres dos subúrbios e bairros periféricos – onde homem e natureza reencontravam a sua relação original – e, no outro extremo, a resistência de milhares de seres ao tempo de trabalho imposto com exterioridade a seus propósitos, a resistência à atividade produtiva autonomizada em relação às suas necessidades.³

O que a cidade ocidental continha de moderno lutou, portanto, contra as resistências aristocráticas e corporativas de seu passado, muitas vezes traçando cordões de isolamento, como no caso da reformulação espacial do centro da velha Viena,⁴ outras iluminando feericamente os novos *boulevards*, as galerias, grandes espaços destinados a abrigar centenas de pessoas, numa alusão incontestável à superação do pequeno, do escuro, da vida nos limites estreitos dos becos e ruelas de feição medieval.⁵

Assim, as imagens das cidades européias do século XIX, de inspiração iluminista, acomoda-

ram precariamente o passado e o futuro, afirmando, por um lado, a positiva inscrição da liberdade no sítio urbano e saudando o tempo da indústria como o da realização da utopia civilizadora; e, por outro, garantindo uma estratégica retaguarda – expressa nas nostálgicas referências a uma ordem mais “natural” –, acionada sempre que o tema da liberdade era qualificado pela igualdade requerida por multidões insolentes. Essa acomodação, no entanto, durou o tempo da formalização institucional das desigualdades e da afirmação hegemônica do trabalho como caminho individual à salvação: Após o que, a cidade ocidental deu livre curso às representações que a identificavam ao mercado, apagando, ora mais, ora menos eficientemente, os fragmentos de um debate muito antigo sobre a natureza da modernização e sobre os efeitos do progresso nas formações nacionais.

Contemporaneamente, intelectuais brasileiros, convencidos de que a percepção do “outro” ajuda na compreensão dos fenômenos em que somos, nós próprios, os atores, têm procurado reconstruir a produção dos símbolos e imagens que ganharam o sentimento dos europeus modernos na caracterização de suas cidades. E o fazem associando aquelas imagens às concepções vitoriosas, em cada sociedade, quanto à forma de articulação entre o indivíduo e o todo social (Bresciani, 1982, 1985; Sevcenko, 1985).

Uma Paris representada como “caos” e “inferno”, uma Manchester vivida como “usina”; a construção do tema da barbárie e da premente revolução a assolar as ruas parisienses em contraste com a referência intelectual inglesa ao fluxo de trabalhadores pobres e anônimos que percorriam, apaticamente, as ruas de Leeds: são imagens antagônicas ou, antes, “soluções” culturais que reenviam a duas concepções distintas do todo social. No primeiro caso ele é tomado como sinônimo de multidão, cuja ligadura interna remontaria à vivência integradora dos valores revolucionários de 1789; e, no segundo, como somatório de indivíduos racionais, auto-orientados segundo interesses e demandas particularistas. A “religião cívica” francesa identificou a vontade de cada um com a vontade geral de um povo; o ascetismo protestante inglês reafirmou a responsabilidade individual pelo enriquecimento moral e material de cada um, estendendo à sociedade as características típicas de uma S.A., cujos acionistas seriam os proprietários.⁶

A já longa referência à análise comparada entre as experiências francesa e inglesa de representação do fenômeno urbano durante o século

XIX, justifica-se, aqui, apenas como ilustração de uma tendência — recente no Brasil — de tomar as imagens de cidades como formas diferenciadas de enfrentamento do tema do contrato constitutivo da sociedade e, nesse sentido, como matéria da cultura, em sua relação necessária com o pensamento político moderno. Assim, as representações da barbárie parisiense e da *middle-class* inglesa remetem, paradigmaticamente, a duas vertentes das teorias jusnaturalistas: aquela em que o Estado, ou a esfera pública, se apresenta como a negação radical da sociedade natural e, portanto, fundador de uma outra ordem de coisas, e aquela em que o Estado é tomado como regulador ou mero aperfeiçoador da fase que o precede, legitimando, tão somente, suas exigências e finalidades.

No entanto, o que dizer das cidades brasileiras? Por que não elas a reclamar também o seu ingresso na investigação mais ampla da cultura e da política?

Mais perto de nós este tipo de reflexão já havia encontrado suporte, sem que fosse do conhecimento de grande parte dos intelectuais brasileiros, nas preocupações de Angel Rama quanto às relações — visíveis ou não — entre a modernização industrial, política e social da América Latina e os diversos produtos culturais daí originados. Com reputação firmada entre ensaístas e críticos literários do mundo inteiro, perseguindo os temas da fundação da “soberania poética” latino-americana e da descolonização da nossa sensibilidade, aquele intelectual uruguaio consolidou, entre os americanos do sul, a problemática da cidade como signo, definindo-a, no contexto continental, como concretização singular do sonho colonizador de uma ordem e de um poder (Rama, s/d; 1985).

De maneira bastante sucinta, pode-se apresentar o núcleo de sua reflexão sobre a cidade latino-americana a partir de três supostos: o de que ela tem sua origem na edificação da era capitalista européia, estando indissociavelmente ligada às especificidades que esse processo apresentou na Península Ibérica; o de que sua concepção se inscreve como representação simbólica, expressa nas palavras e não nas coisas reais, isto é, como “parto da inteligência” e não como acomodação à constituição física e cultural da nova terra; e, finalmente, o de que sua modernização, efetuada, grosso modo, entre a década de 1870 e a de 1920, não alterou o marco geral da sua origem — a prevalência da ordem dos signos sobre a ordem material —, reinterpretando e atualizando, sob a chave já iluminista dos noventa, a mesma instrumentalização da cultura

barroca efetuada pelos monarcas absolutistas, a saber, o princípio da razão sobre o da imaginação e criatividade locais ou, mais precisamente, a primazia do todo sobre a parte, do Estado sobre o indivíduo.

Ora, a consequência teórica e política desse enquadramento é óbvia: conduz à conclusão de que as cidades latino-americanas não enfrentaram o impulso modernizador, de fins do século XIX, de braços dados com o tema, tênue que fosse a sua expressão, da democracia. E a tradição de uma *razão de Estado*, superposta aos anseios privatistas e “utilitários” do homem comum americano, cortou pela raiz a dimensão potencialmente libertária inscrita no fenômeno da urbanização e na experiência republicana (Rama, 1985). Aqui, o Estado seguiu fornecendo a realidade orgânica a que se somariam, voluntariamente, os indivíduos, os quais, aliás, se reconhecem como parte submissa e passiva desse “indivíduo coletivo”, dessa razão que paira acima dos apetites tropicais (Morse, 1982).

É bem de ver que a obra de Rama não extrai seus méritos do absoluto ineditismo. Atente-se, por exemplo, para a enorme proximidade de seus argumentos aos de Sérgio Buarque de Holanda — no célebre ensaio “O Semeador e o Ladrilhador” —, quanto ao esforço determinado dos espanhóis em vencer o capricho agreste, um pouco menos, talvez, no que tange à caracterização da colonização portuguesa, tratada mais longamente pelo autor brasileiro e sintetizada na recomendação, a um tempo poética e indolente, do padre Antonio Vieira. “... não fez Deus o céu em xadrez de estrelas” (Holanda, 1979). Além disso, é eloquente, por si, a constância com que Rama recorre a trabalhos de “americanistas” sobre as cidades latino-americanas, a sugerir um acompanhamento rigoroso da produção realizada até aqui e o tributo àqueles precursores. Foram eles, a propósito, os que, desde meados da década de 1960 já haviam firmado o tema da singularidade da cidade colonial americana (Hardoy, 1968); os que compararam, sistematicamente, o desenvolvimento paulatino do comércio e da indústria ocorrido, durante o século XIX, no norte e no sul do continente americano, a fim de avaliar as bases materiais do processo de modernização que varreu as Américas naquele período (Morse, 1975); e são eles que, progressivamente, vêm vasculhando o território mais complexo da cultura, com ênfase na investigação literária e, em alguns casos, na trajetória de intelectuais que, em diferentes momentos, serviram à cidade como intérpretes de sua aparência, como construtores de uma totali-

dade cultural e sentimental em que se reconhecem, massivamente, homens e mulheres de diferentes biografias, e, nesse sentido, como promotores de específicos "jeitos de ser".

Talvez essa formulação se deva um pouco mais a Gramsci do que o próprio Morse – a quem atribuo, dentre os "americanistas" a intenção explícita de perseguir as práticas culturais que configuram o *espectífico* de uma cidade – teria permitido ler em seu "Peripheral Cities as Cultural Arenas" (Morse, 1983). De qualquer forma, o que resulta de seus trabalhos é a aprovação da idéia geral de que a literatura nacional pode dizer muito sobre uma cidade, pois nos textos literários entrevê-se um dos campos construídos pelas representações que os próprios atores de uma época oferecem sobre seus costumes e suas perplexidades. Vale a ressalva, porém, de que, com exceção da sua obra recente de maior fôlego (Morse, 1982), o cuidado que dispensa ao imaginário urbano não o conduz, necessariamente, a indagações sobre o percurso de afirmação daquelas imagens e, portanto, sobre o debate eminentemente político em que classes e estratos jogam sua capacidade organizadora, revelando diferentes concepções de cidadania, diferentes propostas de articulação entre Estado e sociedade. Na verdade, o tratamento dispensado por Morse às fontes literárias e demais manifestações da cultura urbana, com o mérito do pioneirismo entre nós, aproxima-se bem mais da tradição sociológica e da nova história social inspirada na Antropologia (Carvalho, 1985c).

Diferente é, portanto, a inscrição de Rama, pois, se não é o ineditismo que o consagra, há no autor um aspecto que lhe confere relevo dentre todos os que hoje tomam as cidades latino-americanas como "concepção" e se detêm na análise das manifestações culturais que lhes são próprias. Este aspecto é o seu acurado e persistente propósito em extrair dos modelos mentais, ou simbólicos, com os quais se depara, a história de um poder e o seu esforço em institucionalizar-se como política. Por isso, todo o conjunto da sua reflexão permite vislumbrar a relação indissociável entre as representações do fenômeno urbano na América Latina e os modelos de inscrição do indivíduo na vida estatal. Nas palavras do autor: "[os mitos] são condensações de energias desejantes (...) as quais, na sociedade norte-americana se abastecem com amplitude nas forças individuais, enquanto nas latino-americanas descansam numa percepção aguda do poder, concentrado em altas esferas, e simultaneamente sobre uma sub-república des-

confiança acerca das capacidades individuais para opor-se a ele. Dito de outra forma, a sociedade urbana latino-americana opera dentro de um modelo mais coletivizado, seus mitos opostos do poder passam através da configuração de grupos, de espontâneas coincidências protestatórias, de manifestações e reclamações multitudinárias" (Rama, 1985:82).

Assim, sua ênfase na simbologia da cidade vai de par com a tentativa de esclarecimento sobre a visão de Estado que predomina entre os seus habitantes e sobre a história de constituição daquela visão, ampliando a concepção de política para além das práticas formais em que se condensa hoje, buscando-a nas inúmeras arenas em que se defrontaram no passado o indivíduo e o poder.

No Brasil não há uma tradição firmada no tratamento das nossas cidades como signos. E o senso comum sobre a cultura urbana mescla-se, sem o crivo da crítica, à produção intelectual e, principalmente, ao discurso político. Ainda não se configurou, entre nós, o trabalho de subordinação da tradição cultural de cidades como o Rio de Janeiro à construção de um paradigma explicativo que reenvie ao tema mais geral da relação entre o Estado e a sociedade – exceção, aqui, dos trabalhos que começam a apontar a relação entre as diferentes concepções de cidadania presentes na República Velha e as alterações na ambiência cultural do Rio de Janeiro após a proclamação da República (Carvalho, 1985a; 1985b). Tais trabalhos, no entanto, além de ainda não se configurarem numa escola de matriz assimilável pelos intelectuais empenhados em desvendar a singularidade carioca, não tiveram aprofundados seus resultados e conclusões, no sentido desejável da formulação de uma "teoria" geral sobre o Rio de Janeiro, remissiva ao tema da relação Estado/sociedade.

Na ausência disto, determinadas imagens das cidades "naturalizam-se", folclorizam-se, tornando difícil o avanço intelectual – mas também político – rumo a um outro espaço mental, mais receptivo a uma nova relação entre os cidadãos e o conjunto de instituições em que se desdobra o Estado moderno. A permanecer assim estaremos condenados a viver no presente o substrato cultural forjado no passado, quando a crítica a quaisquer das vertentes da teoria jusnaturalista inclinou o pensamento das elites a um padrão de modernidade conduzido pelo Estado. Seguiremos, portanto, reproduzindo esta estranha superposição de tempos em que o mercado real, empírico, ganhou foros organizativos e homogeneizadores de toda a sociedade, mas as imagens de uma cidade da importância do Rio

de Janeiro incidem, ainda, sobre a caracterização da impotência do mercado diante de heterogeneidade social, a justificar, ao fim e ao cabo, a reedição do patrimonialismo nas suas versões mais atuais do clientelismo e do populismo.

Portanto, é, na verdade, sobre uma determinada forma de articulação entre o Estado e a sociedade — e sobre as formulações críticas que lhe são aditadas — que se fala, quando são tratados o tema da singularidade carioca e o da vocação universalista da cidade do Rio de Janeiro. Forma de articulação, como se sabe, que privilegiou o âmbito estatal, a esfera pública, em detrimento da consolidação de grupos socialmente autônomos competindo por prestígio e influência nas decisões nacionais.⁷

O contraponto com São Paulo é interessante. Ao construir São Paulo como o *locus*, por excelência, da afirmação dos interesses e da hegemonia do mercado, a produção intelectual recente procurou sublinhar as possibilidades de superação das sobrevivências patrimoniais, concedendo à sociedade a primazia na condução da vida estatal, mediante a implementação de um sistema representativo moderno. E o resultado dessa intenção foi o impressionante *boom* de trabalhos que, durante a década de 1970, se orientaram para o esquadramento da estrutura produtiva e das contradições sociais inerentes a ela, a sugerir que a modernização brasileira exigia um *aggionamento* institucional que cristalizasse a contemporaneidade da ordem ao universo da produção. Assim, o desenvolvimento industrial de São Paulo, o processo de trabalho no interior da unidade fabril, as greves, o movimento operário e sindical foram alguns dos tópicos alçados à cidadania pela atividade intelectual, interessada em afirmar a vitalidade e a organicidade sociais, num contexto em que a “distensão” impunha o tema da nova forma do político.⁸

Desta forma, São Paulo encabeçava, no plano da produção acadêmica, o diagnóstico da superação do velho dilema proposto pelas elites brasileiras, desde o século XIX — o de “liberalizar a sociedade pelo Estado” —, reclamando uma nova ordem em que a vida estatal correspondesse à expressão pública e institucional dos interesses.

Associando a questão da modernização da sociedade brasileira ao tema da industrialização e da lógica imperativa do mercado, os intelectuais operaram uma “idéia de cidade” acorde com o modelo ocidental moderno, no qual essa lógica, penetrando em todas as dimensões da

vida, foi capaz de produzir uma evidente homogeneização cultural — da qual não escapou a classe operária — e uma progressiva transparência do mundo. Portanto, a discussão real implicada nessa idéia de cidade apontava, prioritariamente, para a crença na maturidade capitalista da formação econômico-social brasileira, importando numa necessária extensão às classes subalternas do direito de expressar a sua presença na sociedade, de forma autônoma e independente, através de suas organizações de defesa econômica e de representação política.

Contrastando com essa abordagem, as pesquisas sobre o Rio de Janeiro, que se intensificaram também desde aquele período, procuraram ressaltar a prevalência, entre os cariocas, de valores e práticas que não têm na lógica do mercado o seu princípio organizador. E, nesse caso, os objetos de análise recortavam-se a partir de um suposto potencial “selvagem e irracional” presente entre as classes subalternas, tomadas, a partir daí, como ameaça ao sistema da ordem, a justificar a reprodução do papel disciplinador e racionalizador do Estado.

Isto explica, em larga medida, a ausência, em número significativo, de trabalhos referentes, naquele contexto, à classe operária e suas organizações, no Rio de Janeiro,⁹ bem como a insistência no tema do espontaneísmo incontrôável das massas populares urbanas, a desqualificar politicamente as suas demandas e sua emergência como interlocutoras legítimas do Estado. Sob a alegação de que esse conteúdo insurrecional pressentido na ação dos “de baixo” era fruto dos condicionantes estruturais do capitalismo brasileiro e, como tal, indicador do “atraso” das massas para a vivência da democracia representativa, os intelectuais atiraram à esquerda e acabaram plainando o campo onde se plantou a justificativa para ação messiânica e demagoga dos políticos locais, além de influírem na qualificação indevida destes movimentos como realidade “pré-política”, apartada da luta geral por cidadania em que se jogaram as instituições civis e os setores democráticos da sociedade brasileira.

São desta época as monografias referentes aos “quebra-quebras” dos transportes urbanos e à violência da multidão, analisados sob um ângulo estritamente sociológico,¹⁰ herdeiro e atualizador da expressão “classes perigosas” — de diferente extração conceitual — como categoria explicativa da intervenção crítica de atores empíricos às condições de existência material e de exclusão política inerentes ao modelo de afirmação do capitalismo brasileiro. Apro-

fundando o fosso entre o "político" e o "social", enunciando como *realidade estrutural* a contingência política da dificuldade dos partidos modernos em soldarem a sua existência "por baixo", desconsiderando a eficácia do investimento efetuado pelo regime militar na construção de uma razão tecnocrática que substituiu a política e reservou aos indivíduos apenas o espaço societal, este tipo de produção atesta o ingresso, na academia, das velhas tradições de uma cidade projetada para flutuar "acima das multidões agitadas", na conhecida expressão de Campos Salles.

Por isso, uma resenha da produção acadêmica sobre o Rio de Janeiro não pode prescindir do acompanhamento crítico das imagens da cidade produzidas desde o surto de modernização do começo do século, quando a visão de uma civilização urbana constituiu-se no principal desafio à produção intelectual e à ação política das elites brasileiras, gerando os temas da nossa pobreza e da nossa incurável preguiça que retornam, incessantemente, na afirmação das concepções estatistas da ordem e da felicidade.

II – Dos Cronistas Cariocas à Produção Acadêmica sobre o Rio de Janeiro

É extensa a lista de cronistas que procuraram caracterizar a cidade, desde o final do século XIX, destacando ora o pitoresco da natureza, ora um aspecto da vida social, ora o ambiente cultural em que se moviam os habitantes do principal centro urbano do país. Em todos eles transparece a referência ao novo, embora nem todos o associem à civilização tão esperada. Seria impossível tentar expor, nos limites desta resenha, a maior parte das obras e autores envolvidos na tarefa de traduzir aquele mundo, àquela hora. Além do mais, supérfluo. Pois este trabalho já foi magnificamente realizado por Nicolau Sevcenko, na apreciação crítica da atmosfera intelectual da *belle-époque* carioca (Sevcenko, 1983). A intenção ao evocá-los é, portanto, tão somente a de traçar algumas idéias básicas sobre a produção daquilo que se afirma ser a expressão da singularidade do Rio de Janeiro.

Não é preciso lembrar o processo contínuo de transformações que precipitou, a partir de 1870, a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Mas apenas sublinhar que, diversamente de São Paulo – com seus intelectuais na virada do século voltados para a defesa e a valorização do café –, o Rio de Janeiro não atravessou esse momento tendo como referên-

cia predominante a realidade do mundo da produção, o universo configurado dos interesses. Sua modernização, ou melhor, a idéia prevalente de modernização produzida entre os cariocas, estava ligada a uma estratégia de articulação de grupos políticos, de constituição de um novo bloco no poder que, exigida pelo regime republicano, deveria encontrar na Capital Federal o cenário para a sua viabilização (Carvalho, 1984b).

Desta forma, é possível afirmar-se que a remodelação da capital da República, implementada por Pereira Passos em 1904, foi a expressão material do desfecho de um longo processo de seleção política das elites, em curso desde a campanha abolicionista, e a evidência de uma determinada correlação de forças em que se tornava possível golpear, num só movimento, o domínio das velhas elites escravocratas do Vale do Paraíba – identificadas, já agora, com o passado – e as tendências mais radicais do republicanismo.

Mas os efeitos deste golpe não se fizeram sentir de imediato sobre o primeiro grupo. Principalmente porque o temor de que o tom inflamado com que alguns intelectuais agitavam a idéia de uma "revolução republicana" se alastrasse entre os "de baixo", acabou empurrando a nova elite para os braços dos cavalheiros do antigo regime, num pacto explícito contra o que se considerava então uma cidade submersa, uma região pouco conhecida onde se escondiam os seres sem regra (João do Rio, 1951). Portanto, a idéia de modernização no Rio de Janeiro alimentou, tempos a fora, o compromisso com o "velho", acomodando as resistências à nova era através de uma política emissionista que propiciava, materialmente uma sobrevida ao remanescente "baronato" do Império. Aqui, a idéia de modernização não se fez acompanhar de um profundo processo de reformulação do tecido social, capaz de redefinir radicalmente a feição da cidade. Ao contrário, a cidade reformulava-se – expressando-me nos termos da contribuição de Rama –, na letra de seus intelectuais e na prancheta dos engenheiros, sem que o mercado tivesse determinado o lugar preciso dos interesses.

A narrativa ficcional de Machado de Assis exprime essa superposição entre a institucionalidade do *novo* e um quadro de continuidades bastante generalizado. Dentre as suas crônicas, por exemplo, coletadas sob o título de *Balas de Estalo*, encontra-se a conhecida referência às novas regras para uso dos que freqüentam bondes, sátira à tendência regulamentadora dos

mais triviais gestos do carioca. E mais explicitamente em *Esau e Jacó*, Machado caracterizou a duplicidade republicana presente na acomodação entre o velho e o novo, sintetizando-a na perplexidade dos irmãos diante do 15 de Novembro, intimamente acordes quanto ao fato de que "... na segunda-feira tudo voltaria ao normal, menos a Constituição..." (Machado de Assis, 1979).

Na obra machadiana, as evidências de um sentimento do mundo instaurado com o *fin-de-siècle* são tantas que inspiraram a promoção de um recente debate entre historiadores e especialistas em literatura brasileira, sobre a produção daquele tipo de enquadramento ficcional da cidade do Rio de Janeiro ao novo espaço simbólico aberto naquele contexto (Cavalcante, 1985a). Menos que a forma particular como Machado de Assis pressentiu o ingresso da vida urbana na nova era, importa considerar que o marco de 15 de Novembro havia firmado reputação como um momento de inflexão na trajetória dos costumes cariocas. E a denúncia das continuidades que se abrigavam sob a aparência da "adorável revolução" não empanaram a crença predominante no ineditismo da vida orientada pelo e para o progresso (Luiz Edmundo, 1938).

Diferente de Machado de Assis — cético e pessimista — muitos cronistas saudaram o tempo do progresso, elevando-o à condição de tema oficial de sua atividade jornalística ou literária. Estavam convencidos de que tudo inspirava a mudança da feição urbana, tudo exigia a constituição de uma metrópole moderna construída sobre os escombros da "cidade pocilga" (Luiz Edmundo, 1938; Ferreira da Rosa, 1905). E os cinqüenta anos compreendidos entre 1870 e 1920 representam um tempo de transformações para o Rio de Janeiro, as quais visavam fazer da antiga Corte o exemplo mais acabado da civilização nacional. A própria cidade tornava-se, assim, *documento* de uma época (Neves, 1984), como eram documentos a moda e os figurinos que desfilavam, em corpos anônimos, a riqueza fácil e, mais propriamente, os símbolos legítimos de uma nova sociabilidade, como se extrai das páginas do *Psychologia Carioca* (João do Rio, 1911). Era, afinal, com o exercício da repetição, com a macaqueação, com a investigação — discreta ou não — dos gestos alheios, com a percepção vigilante, do outro que se formavam os *dandys* e as *cocottes*, estes seres novos do bovarismo, trazidos à capital federal juntamente com a vaga de negócios efêmeros e a rápida circulação do dinheiro.

Também no Rio de Janeiro, a exemplo do movimento de idéias que acompanhou a afirmação da civilização urbana no ocidente europeu, os intelectuais da hora empenharam-se em traduzir — não sem tensões internas e grandes antagonismos entre si — aquele mundo revirado; alguns acreditando que o futuro de luz já começara; muitos deles desconfiados de que a mediocridade instalada com a República dos Conselheiros poria fim a uma tradição, sem lograr constituir um novo desaguadouro cultural e político para onde dirigir os sonhos represados e a potencialidade renovadora da sociedade (Graça Aranha, s/d); nenhum, como Lima Barreto, a definir tão claramente que o futuro proclamado não passava de uma fachada bem concebida, encobrindo a dissolução dos laços de solidariedade humana e a própria desumanização da cidade (Sevcenko, 1983).

Em Lima Barreto, o positivismo como fundo doutrinário à crença numa elevação moral de toda a humanidade favoreceu a construção de uma vigorosa crítica ao tipo de desenvolvimento econômico que se desenhava então, conjunto maior no qual se inscrevia a modernização da cidade. Sua obra está centrada na denúncia do que considerava a decadência moral e intelectual dos modernos, transparente na competição desenfreada, no utilitarismo reinante, no conflito bestial entre homens sem a marca da solidariedade (Prado, 1976). Para ele, toda a vida tradicional, com a sua ética cavalheiresca e com a prevalência do amor romântico, ruíra sob a condenável exacerbação dos vários apetites (Lima Barreto, 1956).

De par com Lima Barreto quanto à percepção da dissolução das tradições, também se manifestou João do Rio, embora tomado por um outro sentimento. Na verdade o repórter dos "espectros de rua", identificava-se com tudo que sugerisse a decadência trazida pela modernidade, valorizando aquilo que precariamente definiu como "popular", e que se exprimia nos atores concretos do drama urbano: mendigos, prostitutas, pivetes e vagabundos, todos apresentados, como anotou um crítico, sob as regras do estilo *art-nouveau* (João do Rio, 1911). Sua diferença em relação a Lima Barreto é que, neste, a descrição de feiras e mafuás não fazia concessões ao "culto do dicionário", ao coelhonetismo, buscando uma escrita que servisse ao popular. Em João do Rio, "duplo do dandi que circulava pelo Rio com ar de Oscar Wilde sem cacife de grã-fino",¹¹ retratar o universo desagregado era uma arte e uma moda, cujos benefícios estéticos se nutriam do popular.

Assim, compromisso ético, em Lima Barreto, com o futuro regenerador do presente, e desilusão estética, em João do Rio, com a impotência revelada pelos representantes oficiais daquela era em liderar a construção de uma nova "psicologia" ou de uma nova religião, representam os dois momentos mais radicais e polares de um tipo de tensão que parece ter sido a tônica de toda a produção do período (Sevcenko, 1983; Hardman, 1983). Em outras palavras, o que se apresentou aqui de maneira simétrica, isolando, tentativamente, o traço mais essencial a cada um dos autores, parece ter participado de uma intrincada dialética, capaz de misturar o iluminismo, o romantismo social, o positivismo e tantas outras vertentes do pensamento europeu, em combinações as mais inesperadas (Carvalho, 1985a). No entanto, o efeito geral parece ter sido no caso deste dois autores – e dos que lhes seguiam a impressão sobre o tempo – a reunião cúmplice *na fuga* do prosaísmo do mundo e na negação do universo estreito e limitado da sociedade burguesa. A ela preferiam "o feudalismo! a nobreza!", na conhecida lamentação de Lima Barreto (Cândido, 1971; Prado, 1976).

Os exemplos de romancistas, cronistas, para não mencionar os memorialistas, acrescidos de seus melhores leitores e críticos, poderiam ser estendidos à exaustão, não fosse, afinal, a República Velha conhecida como a República das Letras (Machado Neto, 1973; Hardman, 1983) e não correspondesse a literatura, naquele período, a um dos instrumentos principais, senão o principal, de articulação das retóricas da civilização e da nacionalidade que passavam a ocupar os salões, as confeitarias, as livrarias, cafés e redações de jornais, num esboço do que seriam as preocupações do movimento de 22 (Prado, 1983).

Há toda uma vasta pauta de pesquisas de natureza histórica, sociológica e antropológica a cumprir, até que se possa preencher o vazio de informações sobre estes locais de encontro e debate no começo do século, e até que se possa dimensionar a sua importância como centros de *amplificação e generalização de sentimentos* do mundo, como arenas políticas de seleção de grupos e estratos para o exercício da direção do conjunto da sociedade. Por enquanto, embora desfalcada destes dados e, aliás, pouco afeita a este tipo de reflexão, a literatura segue sendo o campo que melhor tem informado – em alcance e massa crítica acumulada – as questões sobre o imaginário carioca, desde que a moderni-

zação da vida material e das instituições políticas, em fins do século XIX, impôs à consideração dos espíritos da época a presença dos deserdados da nova era, duplos, eles próprios, dos intelectuais-sem-lugar do pré-modernismo (Cândido, 1980; Bosi, 1966; Prado, 1976; Schwarz, 1977; Paes, 1985). Pois, como afirma Hardman, a presença social das classes baixas levava para o texto algumas fraturas e tensões de que só se terá a completa dimensão no movimento de 22, "quando entre a pobreza e a palavra já não havia mais nenhum acordo possível" (1983:87).

Esta ambiência pré-modernista, cuja instabilidade se assemelha "aos apuros de um trabalho de parto", pode, afinal, ser resumida em torno de quatro questões sensíveis aos intelectuais da época: a visão de um processo inédito de transformações da cidade, tomada, esta última, em sua dimensão social, como trama de relações humanas (Ferreira da Rosa, 1905; Luiz Edmundo, 1938); a centralidade concedida à noção de progresso, trilha onde se desenvolveria o composto civilização/nacionalidade (Graça Aranha, 1902; Euclides da Cunha, 1966); o contato e, num certo sentido, a identificação com a miserabilidade dos excluídos, dos submersos, daqueles que habitavam uma "segunda" nação, escondida e tida pelas autoridades como perigosa (Lima Barreto, 1956; João do Rio, 1911); e, finalmente, o sentimento de que não seria deles que se extrairiam as bases de uma "religião social" e da *regeneração dos laços do comunitarismo*, pois, na frase de João do Rio, nada se pode exigir dos homens com fome, "não pode haver honestidade no zero" (João do Rio, 1917; Prado, 1983).

Ora, a conclusão já vai muito adiantada: somente o Estado poderia realizar a obra regeneradora do social, encontrando-se com os românticos e os iluministas em versões messiânicas e populistas à direita e à esquerda (Morse, 1982). E isto explicaria, em alguma medida, a adesão dos discursos de médicos, engenheiros, sanitaristas políticos e até mesmo empresários industriais ao tema mais geral da luta civilizatória contra a barbárie e à construção, mais tarde, de uma ideologia nacionalista, extrapolando, daí, para as proposições de um replanejamento urbano, uma "refundação" da cidade, nos mesmos moldes em que, séculos antes, o entenderam os colonizadores: a projeção do todo estatal sobre os particularismos, na intenção de promover o bem de todos e de mitigar os males da pobreza que decorriam do desenvolvimento (Carvalho, 1983a; Santos, 1985; Pechman & Fritsch, 1985).

Assim, a questão de fundo na condução da modernização das cidades brasileiras, notadamente da Capital Federal, era o da ponderação do peso que teriam, naquele processo, o público e o privado (Pechman & Fritsch, 1985). Tema que, de resto, conviveu com os anos críticos da década de 1920, marcados pela desestabilização do balizamento oligárquico que até então condicionara a vida econômico-social e a política dos atores interessados. De forma que a crise, deflagrada pela luta em prol da abertura do pacto político às forças sociais emergentes e aos setores da elite tradicionalmente excluídos, continha também, no plano cultural, a reinvenção do tema da preguiça, essa representação alegórica da inviabilização do *ethos* individualista e possessivo do *homo oeconomicus*.

Da inveja que Mario de Andrade confessava ter dos maleitosos de todo o Brasil, até a reedição estilizada da malandragem que Noel Rosa consagrou em versos como "... Já nasceu com sorte/ e desde pirralho/ vive à custa do baralho/ nunca viu trabalho ...", figura sempre a incapacidade de atualização do mundo do trabalho e dos interesses na trajetória da modernização brasileira (Schwarz, 1985; Caldeira, 1982:27), e a permanência de uma concepção de mundo informada e recoberta pela normatividade jurídica amadurecida desde o século XIX.^{1 2}

A supremacia do Estado sobre o indivíduo, a secular distância entre as instituições políticas, de um lado, e a sociedade sem direitos, do outro, o mundo rigorosamente legislado superpondo-se à vida regida por outros códigos, até mesmo o da malandragem — são três das características que resistiram ao impulso revolucionador potencialmente inscrito nos processos de industrialização e conseqüente complexificação da estrutura social. São elas ainda que reaparecem como substrato da ideologia organicista e anti-liberal que assumiu sua feição mais plena durante a institucionalização corporativa implantada com o Estado Novo. As iniciativas político-culturais da cidade do Rio de Janeiro passaram a ser concebidas, então, diretamente do interior do aparelho de Estado e a extinção da Universidade do Distrito Federal, com o afastamento de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação, e a subseqüente implementação do projeto da Universidade do Brasil refletem esta tendência de aglutinação dos intelectuais em torno de uma iniciativa centralizadora e doutrinária, destinada a "fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer a sua civilização".^{1 3}

Sobre este projeto de Capanema já foi assinalada a oposição que despertou, inclusive por parte da imprensa.^{1 4} A escolha do local para a edificação da Cidade Universitária, exigindo a desapropriação da estação (primeira) da Mangueira, não deixa de ser uma metáfora de mau tom quanto aos destinos da cultura popular e das manifestações intelectuais e artísticas que haviam sido desenvolvidas à margem da iniciativa burguesa de consolidação do seu domínio, poucas e pequenas, aliás, em virtude da direção que o próprio Estado assumira, desde sempre, substituindo-a neste propósito.

Seriam muitas as exemplificações da tentativa predominante, naquele momento, de assimilação e generalização da "alma-síntese" do Brasil, transpondo, a exemplo das intenções manifestas quando da fundação da Universidade do Brasil, nossa diversidade regional, as variações de linguagem e psicologia, para uma imagem que traduzisse a modernização homogênea da sociedade brasileira. A construção da Nação pelo Estado, a modernização da sociedade traduzida por ele, implicaram na apropriação autoritária do que vinha sendo realizado de mais novo.^{1 5} Além disso, quem quer que se debruce na análise dos anos 50, não poderá desconhecer o mar surpreendentemente estadonovista em que navegam algumas das concepções intelectuais de então. Estadonovista no formato, com a reprodução da estrutura corporativa agarrada às dimensões da democracia representativa desde 45; estadonovista na assunção radical da vocação do Estado em sobrepor-se à valorização de interesses restritos.^{1 6}

As considerações desta natureza poderiam ser estendidas, mas não convém perder o argumento: a operação político-cultural de construção de novos padrões integrativos dos indivíduos ao *todo nacional* — típicos, agora, do modo de produção especificamente capitalista — fez do Estado o depositário da síntese dos múltiplos "brasis". O futuro "na cabeça", os intelectuais do Estado prescindiram de todo das premissas em que ele se escorava, armando um quadro emblemático, mítico — do qual participavam o "gaúcho", o "sertanejo", a "floresta", Tiradentes, os bandeirantes — e ao qual chamaram história nacional. Era, na verdade, uma tentativa de síntese conservadora das múltiplas representações fragmentadas e heterogêneas que conviviam na sociedade.

São Paulo, no entanto, avançara numa outra direção. Desde 1934, com a criação da Universidade de São Paulo centrada na sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os intelectuais e

políticos buscavam devolver ao estado a posição de liderança nacional perdida após o movimento de 32.¹⁷ Professores estrangeiros convidados a lecionar ali e um certo refreamento “do gosto da imaginação e do sonho” a que se entregavam os jovens brasileiros — no diagnóstico de George Dumas —, seriam as providências acionadas com vistas a ensejar o desenvolvimento da ciência no país. Uma Universidade orientada pelo mundo da produção, francamente hegemônico em São Paulo, e pela premência da constituição de quadros políticos aptos a disputar a direção da sociedade, não conferiria tanta importância à mitologia passadista, rearranjada sob a maestria dos intelectuais autoritários, os “funcionários” da modernização. Isto seria o mesmo que aceitar uma disputa em campo minado.

Talvez por isso, sua produção se revestiu de características antropológicas — para o que a vinda de pesquisadores americanos muito contribuiu —, mais orientada para o estudo de “casos”, de pequenas comunidades, conforme anotou José Murilo de Carvalho, numa interessante e ágil resenha, elaborada recentemente, sobre as relações entre a cidade e a política no Brasil (Carvalho, 1985c).

O estudo de pequenas comunidades realizado por antropólogos americanos sediados na USP contrasta vivamente com a tendência ensaística desenvolvida por Gilberto Freyre, Artur Ramos e outros ocupantes das cátedras de Antropologia, Sociologia e Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, da Universidade do Brasil. Os primeiros acreditavam ser possível o conhecimento da sociedade brasileira sem o recurso à história, mas tão somente agregando dados relativos à persistência ou não da vida tradicional nos muitos locais, espalhados por todo o Brasil, onde pesquisaram. A realidade social, neste caso, era vista não como processo, mas como a soma das características predominantes no país. Aos intelectuais sediados no Rio de Janeiro, ao contrário, interessava a obra de *interpretação do Brasil*, ainda envolvida com indagações relativas à diversidade entre as culturas, com ênfase especial nas relações interétnicas desenvolvidas pelos negros, muito pouco referida, portanto, ao tema da cidade.¹⁸

No entanto, a marginalização política e ideológica de amplos seres da intelectualidade carioca, não cooptados pelo funcionalismo estatal e postos em disponibilidade pela burguesia local, favoreceu a aproximação destes com a cultura popular, notadamente aquelas manifestações mais esmagadas pela afirmação autoritá-

ria de uma civilização branca e cristã: os cultos afro-brasileiros, as rodas de samba e as gafieiras começam a ser abordados não mais a partir da avaliação da “questão do negro”, mas sob a inspiração da estratificação social e do diagnóstico da sociedade de classes. Talvez o melhor exemplo da relação que estes intelectuais mantinham com a cultura e as formas comunitárias e associativas dos “de baixo” seja a fundação, em 1947, da Federação Brasileira das Escolas de Samba em substituição à União Geral das Escolas de Samba, de 1934, a fim de neutralizar a influência do PCB naquele tipo de organização (Tupy, 1985).

As discussões sobre a cidade, no entanto, continuavam fragmentadas, quer sob a visão das pequenas comunidades, quer sob a inspiração dos temas culturais e políticos que cortavam, pela direita ou pela esquerda, o universo predominantemente negro e pobre do Rio de Janeiro. Assim, somente durante a década de 50, quando aqui se vivia o apogeu das expectativas desenvolvimentistas — com efeitos visíveis nos padrões de comportamento e consumo de largos setores das camadas médias —, seria construído, com base na teoria da modernização, o tema da cidade associado à superação dos aspectos tradicionais da *vida nacional*, fossem eles comportamentais ou políticos.

A análise das cidades brasileiras era, assim, enquadrada na perspectiva que tomava as mudanças urbanas como fruto dos processos de industrialização e secularização, tendo nos modelos clássicos de modernização do ocidente o seu parâmetro (Carvalho, 1985c). Vitor Nunes Leal e Raymundo Faoro situam-se no interior deste campo.¹⁹ O primeiro orientará seu trabalho no sentido de qualificar o impacto da modernização sobre a estrutura coronelista de poder, vislumbrando a possibilidade (necessidade) de uma atualização das instituições, em tudo benéfica para a extensão dos direitos de cidadania. E Raymundo Faoro, com sua já clássica caracterização das relações entre o Estado patrimonialista brasileiro e os interesses políticos dos grupos sociais dominantes, corresponde à face “pessimista” dos teóricos da modernização, gozando de franca preferência, aliás, desde quando a industrialização e o crescimento urbano movidos por cima passaram a não mais convencer como credenciais automáticas de ingresso no moderno, tornando-se necessário lidar, teórica e politicamente, com as recriações do tradicional.

Em Faoro, portanto, a questão do “eterno retorno” do patrimonialismo colonial — ainda que atualizado a cada nova aparição — levava a

que a funcionalidade da institucionalização corporativa para o implemento da acumulação capitalista ficasse obscurecida.²⁰ Desta forma, o autor de *Os Donos do Poder* inscrevia o papel do Estado num campo estritamente político, re-colocando o tema da modernização num quadro de referências ideológicas para uso e abuso dos atores interessados. Sua tendência, no entanto, era a de considerar a recorrência ao tema da modernização como algo extremamente problemático, dado o *ethos* conservador herdado aos nossos colonizadores . . .

Por isso, a postulação do tema da cidade em sua relação com a política – facilmente identificável na versão mais “otimista” da teoria da modernização – recuou, progressivamente, em favor de interpretações culturalistas sobre os condicionantes impostos pelo patrimonialismo latente no comportamento dos diferentes atores em trânsito para o moderno. São desta época as análises da Antropologia Urbana que se desenvolveram tratando, primeiramente, da migração rural/urbana e da vida nas favelas como demonstrações de focos de resistência à cultura especificamente cosmopolita para, em seguida, privilegiar como objeto de análise os comportamentos desviantes e as instituições totais.²¹

Desconhecimento dos fundamentos e dos processos reais inerentes à formação do capitalismo brasileiro e ênfase na questão da ideologia como equipamento privilegiado para a mudança: estava constituído o terreno no qual se assentaria a teoria do subdesenvolvimento, a estética da fome e de Terceiro Mundo explorado. Bastante difundida entre a intelectualidade carioca, escorada, nos meios acadêmicos, numa versão “vulgar” da teoria da dependência a que Fernando Henrique Cardoso criticará insistentes vezes, essa teoria afirmava a inviabilidade do desenvolvimento capitalista nos países tidos como periféricos, o que se traduzirá, transpostos os muros da Universidade, numa estratégia de redefinição das maiorias exploradas e marginalizadas das grandes cidades a ser efetuada pela ação de grupos organizados de resistência à “ocupação” imperialista.²²

Fernando Henrique Cardoso já criticou “essa reminiscência (latino-americana) da ideologia *narodnik*,” sustentando que as análises baseadas na teoria da dependência deveriam ser capazes de examinar “as formas de reprodução social e os modos de transformação que existem em cada uma das modalidades básicas de dependência”.²³ Mas ele não foi capaz de perceber os dois elementos básicos condicionantes deste fenômeno: um primeiro, a que já se fez referência, relaciona-se com a disponibilidade

dos intelectuais não cooptados pelo Estado, gravitando em torno de um sentimento difusamente anticapitalista e fornecendo quadros a uma *intelligentzia*, sempre que as contradições do sistema da ordem fossem acirradas.²⁴ E, um segundo, mais propriamente político, referido ao fato de que “. . . a estética da fome e de Terceiro Mundo explorado se move num terreno de urgências imperativas, derivando daí uma perda de ênfase na questão da institucionalidade da democracia diante dos problemas substantivos. (. . .) O nacional como suposto do moderno não vai propiciar a este a incorporação do tema da democracia política”.²⁵ O que significa dizer que a luta pela valorização do trabalho e pelo encaminhamento de algumas soluções que atenuassem a situação de miséria experimentada pelas grandes massas – com peso determinante aquelas concentradas nos grandes centros urbanos do país – impôs uma certa centralidade na questão social e um progressivo conflito das forças políticas que a sustentavam com o Parlamento, “que não converteu em leis as chamadas reformas estruturais”.²⁶

Neste sentido, o tema da urbanização e a análise das grandes cidades, na década de 60, expuseram-se a uma estreita e explícita vinculação com a política. No plano mais geral, as chamadas reformas estruturais forneciam o fundo polêmico destes estudos, e, no Rio de Janeiro, a experiência governamental da remoção de favelas (Valladares, 1978), acirrou a contenda entre os funcionalistas, de assento garantido na academia, e algumas vozes isoladas de filiação ao campo conceitual mais próximo do marxismo. E o interessante é que a chamada teoria da dependência, cristalizada a partir do famoso trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento*, procurou depurar as análises sobre os efeitos do imperialismo em sociedades como as latino-americanas dos seus aspectos “vulgares” – sobretudo os que incorriam na simplificação dualista – e agregou-lhes algumas “qualidades das análises histórico-estruturais”, reunindo, assim, argumentos de ambos os esquemas interpretativos em disputa. Com isso buscava redefinir a forma de tratamento dispensado às contradições *internas* à sociedade, entendidas, até então, como mero reflexo da situação dependente do país no contexto capitalista internacional.²⁷

Os estudos sobre as favelas e os grupos marginalizados modificaram-se a partir daí. De desenraizados e destituídos de iniciativa, estes grupos passaram a ser encarados como portadores de identidade própria e capazes de iniciativa po-

lítica (Machado da Silva, 1967; Kowarick, 1974; Perlman, 1977). Assim também as análises antropológicas voltadas para o acompanhamento dos contatos interétnicos e atentos às modificações dos padrões comportamentais, passaram a relevar o conflito de interesses, de regras e valores de grupos sociais em confronto direto com o Estado. Tratava-se, na verdade, de incorporar mais claramente, sob a inspiração de trabalhos como o de Fernando Henrique Cardoso e o de Francisco de Oliveira,²⁸ a análise do papel do Estado no processo de acumulação capitalista, reinterpretando-se os fenômenos da urbanização, da marginalização e da terciarização da economia sob uma ótica mais ampla que aquela sugerida pelo termo “disfunções”. Conforme salienta Kowarick: “. . . [o novo caráter das contradições urbanas] decorre também das transformações que se operaram no seio do Estado, que o torna alvo direto e crescente de reivindicações populares, originando lutas que, por se canalizarem para os centros do sistema decisório, podem adquirir uma dimensão política que antes inexistia: ao se transformar no principal agente propulsor da organização das cidades ele passou a ser depositário de um conjunto de contradições onde se condensam interesses e para onde se dirigem conflitos e pressões por benfeitorias urbanas”. (Kowarick, 1983:56).

A trajetória dos vários tipos de dualismo na literatura existente sobre a pobreza urbana e o mercado de trabalho nas grandes cidades latino-americanas já foi discutida por Magda Prates Coelho e Lícia do Prado Valladares (1982) e não será, aqui considerada. Ressalte-se apenas que neste balanço crítico as autoras buscam apontar a progressiva afirmação, nos meios acadêmicos, de análises relativas às formas produtivas e às relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”, tratadas tanto sob uma abordagem sociológica, quanto nas pesquisas empíricas conduzidas por antropólogos sobre as situações de trabalho (formal e não-formal) constitutivas do mercado urbano.

A relevância deste tipo de enfoque torna-se maior quando se atenta para o fato de que, sob essa inspiração, foram construídos os temas da “personificação” das relações de trabalho e da promoção dos laços do clientelismo, numa ampla rede de determinações a que não escapa a política local. Alba Zaluar, seguindo a trilha aberta por este tipo de preocupação publicou, recentemente, um sugestivo e mais abrangente trabalho, no qual, dialogando com a historiografia social inglesa sobre as chamadas classes populares, reconstrói a trajetória de constituição

da identidade do trabalhador pobre e do bandido residentes na Cidade de Deus (Zaluar, 1985). Na análise destes seres aparentemente opostos, a autora procura estabelecer um vínculo, materializado na tensão vivida por ambos entre “ganhar a vida” e trabalhar. No limite, Alba Zaluar sugere que a inexistência do sentido religioso da “redenção pelo sofrimento” que a pobreza, historicamente, promoveu, as tradições e valores coletivos dos “de baixo” acomodam-se, lá, numa linha retesada que poderá converter-se — caso não sejam inscritos numa institucionalidade que os interpele e os faça respirar na superfície — na renúncia a qualquer legalidade. A situação do bandido, sendo uma saída individual para o desejo de mudança que se encontra obstruído, é indicativa desta potencialidade disruptiva que — no vértice de uma crise econômica como a em que nos encontramos — poderá traduzir-se na perda da legitimidade de todo padrão de sociabilidade que não se converta em estratégias eficazes (dramáticas ou não) para a obtenção de múltiplas e progressivas “vantagens” no dia a dia.

Assim, tanto os trabalhos mais caracteristicamente balizados pela tradição sociológica de enfrentamento do tema urbano, quanto as recentes pesquisas conduzidas por antropólogos nutrem-se, desde a década de 70, de um mais acurado sentido político, conduzindo-se na perspectiva de que o tema da participação, progressivamente dissociado das classes populares, redimensiona-se, nos dias de hoje, em virtude da apropriação a que está sujeito tanto pelo discurso político oficial, quanto pelos atores interessados na consolidação de alternativas democráticas para a sociedade brasileira, com significados e estratégias distintos, obviamente em um e outro caso (Boschi & Valladares, 1983).

Desde então, as cidades brasileiras passaram a ser traduzidas sob o signo dos “movimentos sociais urbanos”, atestando sua “crescente importância no contexto das práticas e estratégias políticas das classes populares” (Jacobi, 1980). A questão é complexa. Do ponto de vista mais substantivo, é difícil definir a que se refere este conceito, pois nele se abrigam diferentes fenômenos que somente encontram unidade mediante uma angulação política pela qual se tornam “efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos” (Idem, p. 22). Sob essa angulação, a consideração implícita de que o Estado, como organizador das cidades, promove a desigualdade, tem

conduzido a que o tema da participação seja constantemente associado à idéia de que a democratização da sociedade, do ponto de vista "popular", passa não simplesmente pelo acesso dos setores carentes "às instituições já existentes, mas [pela] conquista de espaços próprios de criação de organização e ação".²⁹ Com ênfase nestes últimos, eu diria, em detrimento dos partidos políticos, por exemplo, responsáveis pela articulação dessas demandas com a política estatal. Forçando um pouco os argumentos, mas sem contrariar o espírito do trabalho, é o que se pode encontrar nas análises de José Alvaro Moisés, louváveis por seu pioneirismo, e associadas a uma tendência já consagrada internacionalmente,³⁰ e que deslocam a questão da democracia para além da sua institucionalidade, buscando-a no choque direto entre os consumidores/moradores e o Estado provedor. Ao constituir uma distância intransponível entre os problemas prementes das metrópoles brasileiras e a institucionalidade formal da democracia — tida como representação de "poucos" — estes trabalhos acabam por conferir aos movimentos sociais capacidade de promover interpelações políticas, instigando, no limite, a "imaginação" autoritária, sensível à anotação de uma relação "direta" com o povo.

Mas talvez não seja difícil reconhecer o apelo deste tipo de tematização do social. Afinal, os trabalhos sobre o populismo como fenômeno típico das grandes cidades brasileiras (Conniff, 1981) e as análises mais recentes sobre os partidos políticos vêm demonstrando que, no âmbito estritamente político, a democracia não tem mesmo encontrado suas mais promissoras expressões. No trabalho de Eli Diniz, *Voto e Máquina Política* (1982), as relações de patronagem e a prevalência da máquina clientelista como suporte de uma política em nada afinada

com a modernidade exigida pelos tempos, e funcionando como um condomínio das lideranças recria a desconfiança em relação a um mundo em tudo parecido com a Chicago dos anos 20, onde políticos e máfia dividiam suas atribuições no controle da comunidade local.

Neste caso, a velha imagem da cidade, produzida pelos cronistas do submundo e da "nação noturna", volta a nos rondar. De uma cidade de "mutilados" será possível esperar, mais que a honestidade referida por João do Rio, a extinção das práticas messiânicas?

III — Uma Anotação Conclusiva

Das tendências mais recentes da produção acadêmica sobre o Rio de Janeiro, incluem-se aquelas empenhadas na recuperação da memória da cidade em seus múltiplos aspectos: cultural, urbanístico (Cardoso; Vaz; Albernaz; Aizen & Pechman, 1983); político e administrativo (Bastos, 1984). São trabalhos de corte historiográfico, diversos quanto a orientação teórica, temas e qualidade. Boa parte deles é resultado do esforço de grupos de pesquisa sediados em diferentes instituições que, atualmente, empregam seus melhores esforços na promoção da revista *Rio de Janeiro*, cujo primeiro número foi lançado em dezembro de 1985. Tais trabalhos encontram-se, em grande número, arrolados na bibliografia a seguir.

Mas o sentido maior que se deve extrair desta extensa produção é o de que talvez se funde uma relação mais viva dos intelectuais com esta cidade, reduto de inúmeros problemas, de cuja solução depende o ingresso, do país, num tempo contemporâneo ao da sua vocação à modernidade.

(Recebido para publicação em janeiro de 1986)

Notas

- 1.. Cf. Maria Stela M. Bresciani, "Metrópoles: as Faces do Monstro Urbano (As Cidades no Século XIX)", *Revista Brasileira de História*, v. 5, n.º 8/9, set.84/abr. 85, pp. 35-68.
2. Cf. François Furet, *L'Atelier de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1982.
3. Cf. E. P. Thompson, "Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial", *In Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, Barcelona, Critica, 1979.
4. Cf. Carl Schorsrk, *Fin-de-Siècle Vienna*, Random House, 1981.
5. Cf. Walter Benjamin, "Paris, Capitale du XIX Siècle", *Oeuvres II, Poésie et Revolution*, Paris, Denoël, 1971.

6. M.S. Bresciani, *Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

7. Cf. José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio, Campus, 1980; Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Brasília, Universidade de Brasília, 1982; Luiz Werneck Vianna, "Os Intelectuais da Tradição e a Modernidade: os Juristas-Políticos da OAB", in Maria Suzana A. Soares (org.), *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*, Porto Alegre, Ed. Universidade/CNPq, 1985.

8. São bastantes as referências a Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, SP, Difel, 1977; Francisco Foot Hardman, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, SP, Global, 1982; Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social no Brasil*, SP, Difel, 1976; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1976; e mais a maior parte dos títulos arrolados e comentados por este último autor em "Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania e Fábrica", *BIB*, n.º 17, 1984, pp. 53-68.

9. Dentre as poucas exceções, Vera Pereira, *O Coração da Fábrica*, Rio, Campus, 1979.

10. A crítica às análises que desqualificam politicamente as "explosões" urbanas das classes subalternas encontram-se em José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou", in *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, SP, Cedec/Paz e Terra, 1977. n.º 1.

11. Antonio Arnoni Prado, "Mutilados da Belle-Epoque", in Roberto Schwarz, *Os Pobres na Literatura Brasileira*, SP, Brasiliense, 1983, pp. 68-73.

12. L. Werneck Vianna, "Os Intelectuais . . .", *op. cit.*

13. Simon Schwartzman, Helena M. Bousquet Bomeny e Vanda M. Ribeiro da Costa, *Tempos de Capanema*, SP, EDUSP/Paz e Terra, 1984, p. 205.

14. *Idem, ibidem*, p. 209.

15. Luiz Werneck Vianna, "O Moderno na Política Brasileira", *Presença*, n.º 5, dez.84/fev.85, pp. 37-47.

16. Maria Lucia T. Werneck Vianna, "Ser ou Não Ser Nacionalista?", *Presença*, n.º 3, maio, 1984, pp. 53-67.

17. Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo . . .*, *op. cit.*

18. Cf. Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil: um Roteiro", *BIB*, n.º 17, 1984, pp. 32-52.

19. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio, Forense, 1949; Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 2.ª edição, Porto Alegre, Ed. Globo/São Paulo, Ed. da USP, 1975.

20. Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap*, n.º 2, 1972.

21. J.C. Melatti, *op. cit.*

22. Fernando H. Cardoso, "As Novas Teses Equivocadas", in *Autoritarismo e Democratização*, SP, Paz e Terra, 1975.

23. *Idem.*

24. Luiz Werneck Vianna, "Problemas de Política e de Organização dos Intelectuais", *Presença*, n.º 1, nov. 1983.
25. L. Werneck Vianna, "O Moderno . . .", *op. cit.*, pp. 42-43.
26. *Idem, ibidem.*
27. Fernando H. Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência e Desenvolvimento*, Santiago, ILPES, 1967,
28. Fernando H. Cardoso, "O Consumo da Teoria da Dependência nos EUA", *Ensaio de Opinião*, n.º 2/2, 1977.
29. "Editorial", *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8, 1983.
- 30 Refiro-me ao trabalho de Manuel Castells, *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio, Paz e Terra, 1980. Na mesma linha são dignos de referência Jean Lojkin e Christian Topalov.

Bibliografia

Almirante

1977. *No Tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Araújo, Ary

1978. "As Escolas de Samba, um Episódio Antropofágico". In *Expressões da Cultura Popular*. Petrópolis, Vozes/SEEC.

Bastos, Ana Marta

1984. "O Conselho de Intendência Municipal: Autonomia e Instabilidade, 1889-1892". Trabalho apresentado no seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Benchimol, Jaime Larry

1982. *Pereira Passos, um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Boschi, Renato R. (org.)

1983. *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

Boschi, Renato R. & Valladares, Licia

1983. "Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais". *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8.

Bosi, Alfredo

1966. *O Pré-Modernismo*. São Paulo, Cultrix.

Bresciani, Maria Stella M.

1982. *Paris e Londres no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

1985. "As Faces do Monstro Urbano (as Cidades no Século XIX)". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 33-68.

Caldeira, Jorge

1982. *Noel Rosa*. São Paulo, Brasiliense.

Cândido, Antônio

1971. *Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos*, (4.ª edição). São Paulo, Martins.

1980. "Radicais de Ocasão". In *Terezina etc. . . .* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cardoso, Elizabeth D.; Vaz, Lilian S.; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario & Pechman, Robert M.
1983. *História dos Bairros. Memória Urbana, Botafogo*. Rio de Janeiro, Index Ed./João Fortes Engenharia.
- Cardoso, Fernando Henrique
1975. "A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo". In *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 135-163.
- Carvalho, José Murilo de
1984. "A Revolta da Vacina". Trabalho apresentado no seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa.
1985a. "O Rio de Janeiro e a República". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 117-138.
1985b. "República e Cidadanias". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 143-163.
1985c. "A Cidade e a Política: um Exame da Literatura Brasileira". Trabalho apresentado nas Jornadas Argentino-Brasileiras de História Social Urbana. Buenos Aires.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de
1983a. *Cidade & Fábrica*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp.
1983b. "Sugestões para a Elaboração de uma História do Rio de Janeiro". *Revista Contacto*, n.º 46.
1984b. "Reiventando a Tradição Carioca". *Presença*, n.º 4.
- Cavalcante, Berenice de O.
1985a. *Literatura e História* (org.). *Revista Tempo Brasileiro*, n.º 81.
1985b. "Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a Questão da Higiene na Cidade do Rio de Janeiro no Final do Século XIX". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 95-105.
- Castro, Maria Laura; Heilborn, Maria Luiza & Jaguaribe, Claudia
1983. "A Imaginação Urbana. O Caso de Botafogo". Trabalho apresentado no Grupo de Estudos Urbanos, em encontros realizados no Solar Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro, mimeo.
- Chalhoub, Sidney; Ribeiro, Gladys & Esteves, Martha
1985. "Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: Vivência de Libertos, 'Galegos' e Mulheres Pobres". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 85-116.
- Coelho, Magda Prates & Valladares, Licia
1982. "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma Análise Bibliográfica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, n.º 14, pp. 5-27.
- Conniff, Michael L.
1981. *Urban Politics in Brazil: The Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Cunha, Euclides da
1966. *Os Seritões. In Obra Completa* (2 vols.) Rio de Janeiro, Aguilar. (1.ª edição: 1902).
- Da Matta, Roberto
1979. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Diniz, Eli
1982. *Voto e Máquina Política; Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Ferreira da Silva
1905. *Rio de Janeiro*. Ed. Oficial da Prefeitura, J. Schmidt.
- Gardel, Luis D.
1967. *Escolas de Samba*. Rio de Janeiro, Kosmos.
- Graça Aranha
s/d. *Canaã*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro (1.ª ed.: 1902).
- Hahner, June
1976. "Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 18, n.º 2, pp. 125-154.
- Hardman, Francisco Foot
1983. "Palavra de Ouro, Cidade de Palha". In Roberto Schwartz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Hardoy, Jorge E.
s/d. *Las Ciudades en America Latina*. Buenos Aires, Paidós.
1968. "El Modelo Clasico de la Ciudad Colonial Hispano-Americana". Buenos Aires, Instituto Di Tella.
- Hardoy, Jorge & Schaedel, Richard
1975. *Las Ciudades de America Latina y sus Areas de Influencia a Través de la Historia*. Buenos Aires, Ediciones SIAP.
- Holanda, Sérgio Buarque de
1979. "O Semeador e o Ladrilhador". In *Raízes do Brasil* (13.ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Jacobi, Pedro
1980. "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, pp. 22-30.
- João do Rio
1911. *Psycologia Carioca*. Rio de Janeiro, Garnier.
1911b. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro, Garnier.
1917. "Mendigos". *No Tempo de Wenceslau*. Rio de Janeiro, Villas Boas & Cia.
1951. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Organização Simões (1.ª ed.: 1910).
- Kowarick, Lucio
1974. "Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma Contribuição Teórica". *Estudos Cebrap*, n.º 8, pp. 79-96.
1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1983. "Lutas Urbanas e Movimentos Populares: Alguns Pontos para Reflexão". *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8, pp. 55-63.
- Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth
1972. "Brazil in the 1960's: Favela and Polity, the Continuity of the Structure of Social Control". In Riordan Roett (ed.), *Brazil in the Sixties*. Nashville, Vanderbilt University Press.
- Lima Barreto
1956. *Triste Fim de Policarpo Quaresma. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo, Brasiliense (obra completa em 17 volumes).

- Lobo, Eulália M. Lahmeyer & Stotz, Eduardo N.
1985. "Flutuações Cíclicas da Economia, Condições de Vida e Movimento Operário". *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, n.º 1, pp. 61-87.
- Luiz Edmundo
1938. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, (5 vols.).
- Lustosa, Isabel
1985. "Catete – Singularidades de um Bairro". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 25-35.
- Machado da Silva, Luiz Antonio
1967. "A Política na Favela" *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.º 41.
1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UF RJ.
- Machado de Assis
1979. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar (3 vols.).
- Machado Neto, A. L.
1973. *Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira, 1870-1930)*. São Paulo, Grijalbo.
- Matos, Cláudia
1982. *Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Moisés, José Álvaro
1978. *Classes Populares e Protesto Urbano*. Tese de Doutorado, USP.
- Moisés, J. Álvaro & Alier, Verena M.
1977. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou". In *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Co-edição Cedec/Paz e Terra, n.º 1.
- Morais, Eneida de
1958. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Morse, Richard M.
1970. *Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade a Metrópole)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
1975. "El Desarrollo de los Sistemas Urbanos en las Americas durante el Siglo XIX". In Jorge Hardoy e Richard Schaedel (orgs), *Las Ciudades . . . (op. cit.)*
1982. *El Espejo de Prospero. Un Estudio de la Dialectica del Nuevo Mundo*. Mexico Siglo XXI.
1983. "Peripheral Cities as Cultural Arenas". *Série Estudos*, Iuperj, n.º 17.
- Moura, Roberto
1983. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte.
- Needell, Jeffrey
s/d. "Making the Carioca 'Belle-Époque' Concrete: the Urban Reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos". University of Oregon, Department of History, mimeo.
1983. "Rio de Janeiro at the Turn of the Century: Modernization and the Parisian Ideal". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 25, n.º 1, pp. 83-103.
- Neves, Margarida de Souza
1984. "As Vitrines do Progresso". Relatório parcial da pesquisa O Conceito de Trabalho no Rio de Janeiro na Passagem do Século XIX ao XX, convênio PUC-RJ/Finep.

- Padilha, Sylvia
1985. "Da 'Cidade Velha' à Periferia". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 15-25.
- Pádua, José Augusto Valladares
1985. "A Capital, a República e o Sonho. A Experiência dos Partidos Operários de 1890". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 163-193.
- Paes, José Paulo
1985. *Gregos & Baianos*. São Paulo, Brasiliense.
- Pechman, Sergio & Fritsch, Lilian
1985. "A Reforma Urbana e o seu Averso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal na Virada do Século". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 139-195.
- Perlman, Janice
1977. *O Mito da Marginalidade. Favelas e Políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pignaton, Álvaro Afonso
1977. "Origem da Industrialização do Rio de Janeiro". *Dados*, n.º 15, pp. 139-154.
- Prado, Antonio Arnoni
1976. *Lima Barreto: o Crítico e a Crise*. Rio/Brasília, Cátedra/INL.
1983. "Mutilados da Belle-Époque. Notas sobre as Reportagens de João do Rio". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
1983. *1922 - Itinerário de uma Falsa Vanguarda. Os Dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Rama, Angel
s/d. *Las Mascaras Democraticas del Modernismo*. Montevideo, Fundación Angel Rama.
1985. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense.
- Resende, Beatriz
1983. "Lima Barreto: a Opção pela Marginalia". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Ribeiro, M. Venfício & Solis, Sidney
1985. "O Rio onde o Sol não Brilha: Acumulação e Pobreza na Transição para o Capitalismo". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 45-61.
- Santos, Carlos Nelson F. dos
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Santos, Luiz A. de Castro
1985. "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma Ideologia de Construção da Nacionalidade". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 193-211.
- Schwarz, Roberto
1977. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades.
1985. "A Velha Pobre e o Retratista". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Sevcenko, Nicolau
1983. *A Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense
1984. *A Revolta da Vacina. Mentes Insanas em Corpos Rebeldes*. São Paulo, Brasiliense.

1985. "Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 69-83.

Silva, Eduardo

1984. "As Queixas do Povo: Massas Despolitizadas e Consolidação da República". Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tupy, Dulce

1985. *Carnavais de Guerra. O Nacionalismo no Samba*. Rio Janeiro, ASB.

Valladares, Licia do Prado (org.)

1983. *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

Zahar, Alba

1985. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo, Brasiliense.

Fontes para o Estudo da História do Estado do Rio de Janeiro na Primeira República

Marieta de Moraes Ferreira
Sérgio T. N. Lamarão

Introdução

A produção historiográfica relativa ao Estado do Rio de Janeiro tem privilegiado, tradicionalmente, o estudo da cafeicultura escravista. Por conseguinte, em termos cronológicos, concentra-se no período imperial, fase de apogeu político e econômico da antiga província fluminense.

O menor interesse por outras etapas da história do estado pode ser explicado, ao menos parcialmente, pela tendência da historiografia voltada para os estudos regionais em investigar prioritariamente conjunturas de maior dinamismo. Nessa perspectiva, períodos de esvaziamento econômico e de perda de proeminência política no cenário nacional acabavam não recebendo a devida atenção por parte do pesquisador. Foi exatamente isso que ocorreu com o Estado do Rio a partir da crise da lavoura cafeeira e da implantação da República.

Nossa intenção, ao produzir esse artigo, é participar de uma iniciativa mais ampla, observada há relativamente pouco tempo nos meios acadêmicos e que visa estender o estudo da história fluminense ao período republicano. Esses esforços vêm se dirigindo principalmente para a Primeira República. Assim, especificando melhor, nosso objetivo aqui é oferecer subsídios que facilitem a realização de trabalhos relativos à história do Estado do Rio na República Velha.

A elaboração desse artigo está intimamente ligada à nossa participação no Programa de Pesquisa da História do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido no Cpdoc, e que nos permitiu entrar em contato com uma ampla e variada gama de fontes. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão a etapa do trabalho relativa à República Velha.

A listagem das fontes apresentadas no presente artigo foi condicionada pelos objetivos que norteiam nossa linha de pesquisa, voltada basicamente para questões de natureza política e preocupada em focar o estado em seu conjunto. Por esse motivo, não foram objeto do nosso levantamento os arquivos cartoriais, os acervos de sindicatos e demais entidades da classe etc. Também não foram incluídas — convém deixar claro — as fontes relativas ao município do Rio de Janeiro (Distrito Federal), uma vez que nosso estudo se refere ao Estado do Rio de Janeiro anterior à fusão. Outro ponto a ser destacado é que não inserimos na listagem as obras gerais sobre história do Brasil que fornecem informações sobre o estado, limitando-nos, no que tange às fontes secundárias, às que dizem respeito especificamente à história fluminense.

Dividimos as fontes levantadas em cinco grandes sessões de acordo com a sua procedência: produção acadêmica, obras diversas sobre o Estado do Rio, arquivos privados, publicações oficiais e imprensa.

1. A Produção Acadêmica

A produção acadêmica específica sobre o Estado do Rio é recente e relativamente escassa. Apesar de podermos contar com um número considerável de trabalhos sobre a cafeicultura fluminense no período imperial, em grande parte eles estão inscritos em obras de caráter geral e nem podem ser enquadrados exatamente como acadêmicos. É esse o caso da monumental obra de Afonso Taunay *A História do Café no Brasil* em 15 volumes.

Essa situação começou a ser substancialmente alterada a partir do início dos anos 70. Embora a obra clássica de Stanley Stein, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, lançada em 1961 possa ser considerada o marco inicial de uma tendência que privilegiava os estudos específicos sobre a história fluminense, foi com a criação do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, em 1974, que essa orientação configurou-se de forma mais clara, marcando o início de uma produção regular de teses.

Ao lado dos trabalhos do mestrado da UFF, pode-se registrar alguns estudos que, embora produzidos em outras instituições, foram elaborados por professores ligados àquela universidade. Além dessa produção, direta ou indiretamente ligada à UFF, os trabalhos existentes são esparços.

A temática central desse conjunto de trabalhos é a história econômica, mais particularmente a análise da expansão e crise da lavoura cafeeira e a transição do trabalho escravo para o livre.

Nos últimos anos, ainda que aquelas questões continuassem atraindo a atenção da maioria dos pesquisadores, novos temas passaram a ser abordados, entre os quais as atividades açucareiras no norte do estado, a estrutura fundiária de diversos municípios, e a pequena produção em municípios marginais ao eixo cafeeiro. Podemos citar como exemplo dessas preocupações mais recentes o trabalho de Hebe Castro, *A Margem da história. (Homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)*.

Esta produção também tem se voltado para a investigação das atividades industriais, embora em sua grande maioria seja priorizado o estudo da indústria carioca. Entre os trabalhos voltados especificamente para aspectos da industrialização fluminense encontram-se os de Ismênia Lima Martins, *Subsídios para a História da Industrialização de Petrópolis (1850-1930)* e o de He-

loísa Serzedelo Correia, *Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)*.

Esse conjunto de novos trabalhos, apesar de oferecerem contribuições importantes, são monográficos, fornecendo, por conseguinte, análises localizadas que não permitem ainda sínteses mais generalizadas da história do estado.

Trabalhos com uma perspectiva mais abrangente são ainda raros, podendo-se ressaltar o trabalho de Sônia Mendonça, que analisa a primeira política de valorização do café e seus resultados para a economia fluminense, e o de Ana Maria dos Santos, que discute a posição das elites fluminenses diante do declínio político e econômico do Estado do Rio.

2. Obras Diversas sobre o Estado do Rio

Sob o título acima abriga-se um conjunto de trabalhos produzidos por autores de diversas formações, englobando desde intelectuais de renome, como Barbosa Lima Sobrinho e Maurício Vinhas de Queirós, até autores obscuros, preocupados com as histórias de seus municípios. Ao lado da diversidade quanto à autoria, essas obras cobrem um amplo espectro temático que, para efeito desse artigo, restringimos a três grandes divisões: política, economia e trabalhos específicos sobre municípios

2.1 Política

A produção que aborda as questões políticas do Estado do Rio na República Velha pode ser subdividida, por sua vez, em dois grupos: as obras de história política propriamente ditas e as biografias.

Em relação ao primeiro grupo, podemos estabelecer uma nova diferenciação. Ao lado de trabalhos, redigidos em grande parte no final dos anos 20, que tratam do período da Primeira República em seu conjunto, recuando algumas vezes ao Império, e de outros bem mais recentes, que cobrem também o período posterior a 1930, existem obras voltadas para momentos específicos da história fluminense entre 1889 e 1930.

Encontramos, assim, estudos que enfocam os governos deste ou daquele presidente do estado (como Raul Veiga no governo fluminense, de Emmanuel de Bragança Soares), a implantação do regime republicano (como *Organização republicana do Estado do Rio de Janeiro, 1889-1894*, de Miguel de Carvalho), a intervenção federal de 1923 no Rio de Janeiro (como *Razões jurídicas para uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro*, de Almáquio Diniz). Escritos,

em muitos casos, por indivíduos que participaram mais ou menos ativamente dos acontecimentos políticos narrados, essas obras revelam um acentuado partidarismo que tinha, frequentemente, como linha divisória a figura de Nilo Peçanha. Pode-se afirmar com pequena margem de erro, que, da mesma forma que na vida política, nilismo e antinilismo marcaram a produção historiográfica sobre o Estado do Rio na República Velha.

Fonte de fundamental importância para o estudo da história fluminense no período, as biografias apresentam, contudo, uma limitação estrutural. Uma vez que esses livros, em sua maioria, estão preocupados basicamente em acompanhar a trajetória de determinada personalidade, a história do estado acaba ficando a ela subordinada. Conduzida de modo a privilegiar a ação do biografado, suas iniciativas e realizações, a narrativa deixa de lado a história do estado nos momentos em que seu ator principal dirige seus esforços para outras esferas da vida pública, quando se volta para o exercício de atividades de outra natureza, ou então quando se retira para a vida privada.

O partidarismo é o traço mais marcante dessa produção. Em muitos casos, a identificação do biógrafo com as posições assumidas pelo biografado atinge tais proporções que a perda da objetividade é inevitável, obrigando o pesquisador a proceder a um exame crítico das fontes consultadas pelo autor.

Confirmando sua condição de figura central da história do Rio de Janeiro na República Velha, Nilo Peçanha foi contemplado com pelo menos cinco biografias: duas escritas por contemporâneos seus (José Tolentino e Sindulfo Santiago), duas publicadas na década de 1960 (Celso Peçanha e Brígido Tinoco) e, finalmente, uma outra lançada em 1974, consistindo numa dissertação de doutorado do historiador norte-americano Robert Russell.

Independentemente do momento em que foram escritos e das qualificações de seus autores, esses trabalhos apresentam alguns traços em comum, sintetizados no desenho de uma imagem extremamente positiva de Nilo Peçanha. Líder de grande prestígio popular, Nilo teria inaugurado um estilo novo de fazer política, que rompia com a moldura estreita da política oligárquica dominante na Primeira República. Ora, pesquisas mais recentes vão contra essa visão, demonstrando que os compromissos de político fluminense com as classes dominantes eram bastante palpáveis e que o alcance das reformas por ele defendidas era bem mais limita-

do do que o discurso oficial fazia supor. Nilo, na realidade, não diferia em essência dos políticos oligarcas do seu tempo.

Entre as demais biografias, merece um destaque especial o livro de Barbosa Lima Sobrinho sobre a vida e as idéias de Alberto Torres, presidente do Estado do Rio entre 1898 a 1900. Obra de peso, fruto de pesquisa criteriosa e atenta, *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)* tornou-se um clássico da historiografia brasileira, não só para os que pesquisam a história fluminense, como também para quem se interessa pelo estudo do pensamento nacionalista no Brasil.

Completando esse quadro, resta ainda mencionar algumas coletâneas biográficas, isto é, obras extremamente generalizadoras, que acompanham, de um fôlego só e de forma muito resumida, a vida dos chefes do Executivo fluminense e de outros políticos importantes do estado. Enquanto fontes de pesquisa, esses trabalhos carecem, por seu caráter sumário e superficial, de uma importância maior.

2.2. Economia

A bibliografia disponível sobre a economia fluminense na República Velha apresenta um número relativamente reduzido de títulos, em boa parte voltados para o estudo dos dois principais produtos agrícolas do estado: o café e o açúcar.

Uma das principais fontes de consulta para o café fluminense é, sem dúvida, a Edição Comemorativa do Bicentenário do Café, do matutino carioca *O Jornal*, datada de outubro de 1927 e publicada em 1934 pelo Departamento Nacional do Café, em dois volumes, com o título *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Embora não se limite à análise da trajetória do café em terras fluminenses, esse livro traz uma série de pequenos artigos sobre a produção cafeeira no Rio de Janeiro, enfeixando temas que vão desde um estudo de caso sobre uma família de grandes cafeicultores — os Teixeira Leite, de Vassouras — até trabalhos mais abrangentes, como o que discute a origem e a influência do café na vida econômica e social do estado.

Em relação ao açúcar, merece atenção especial o estudo do especialista Gileno de Carli, *A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense*. Apesar de não se restringir à República Velha, a obra fornece informações valiosas sobre a situação da lavoura da cana-de-açúcar no estado no período em questão.

Outros setores da economia fluminense contemplados com trabalhos específicos são a pecuária, a indústria têxtil e a extração do sal. Além de numericamente inexpressivos, essa produção deixa a desejar quanto ao conteúdo, obrigando o pesquisador a recorrer a outros tipos de fontes.

Entre as obras gerais, destacam-se os quatro estudos de Alberto Lamego dedicados, cada um deles, a uma região geoeconômica fluminense, seguindo classificação do próprio autor: a Serra, o Brejo, a Restinga e a Guanabara. Apesar de estar inscrito na esfera da geografia econômica, esse conjunto de obras dá sua contribuição, através não só de informações como também de análises, ao estudo da história na Primeira República. Outro trabalho importante é *Esboço de Geografia Econômica do Estado do Rio de Janeiro*, de autoria de José Matoso Maia Forte.

2.3. Trabalhos Específicos sobre Municípios

O levantamento bibliográfico referente aos municípios fluminenses, embora longe de exaustivo, revelou a existência de uma produção abundante e diversificada. Além de obras gerais, que reúnem informações mais ou menos detalhadas sobre o conjunto dos municípios do estado, a relação contém quase 50 títulos, abrangendo praticamente todos os municípios do Rio de Janeiro.¹ Petrópolis, Campos e Niterói — exatamente aqueles municípios que sempre se destacaram, ao longo da história do estado, por sua importância política e econômica — são os que dispõem de uma maior número de obras a seu respeito.

Convém salientar que, em sua grande maioria, essa produção versa sobre a história dos municípios desde as origens até o momento em que a obra foi escrita, sendo muito poucas aquelas que se detêm apenas no período da República Velha.

Outro ponto a ser destacado é a significativa participação de instituições governamentais — federais e estaduais — e das prefeituras municipais na elaboração desses estudos. No primeiro caso, deve ser ressaltada a produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como não podia deixar de ser, tratam-se de obras de cunho eminentemente geográfico, mas que trazem quase sempre dados históricos e econômicos, de inegável utilidade. Além delas, o IBGE é responsável pela publicação de trabalhos propriamente historiográficos, sobretudo em seu *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*.

Já os trabalhos elaborados por órgãos estaduais — como a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro e a Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro — preocupam-se sobretudo com a preparação de diagnósticos que auxiliam na promoção do desenvolvimento deste ou daquele município, o que acarreta, invariavelmente um recuo cronológico e, conseqüentemente, o fornecimento — ainda que sumário — de subsídios sobre a história econômica local.

As prefeituras também constituem centros de produção de estudos locais a ser levados em conta. Contudo, as limitações dessa produção são bastante evidentes. Escritas muitas vezes para comemorar o aniversário de fundação da cidade ou da emancipação política do município, essas obras dificilmente vão além do apologetico e do “bairrismo”. Merecem ainda registro como fontes de informações sobre a vida municipal — mormente quanto ao funcionamento da administração — as mensagens e resoluções dos Executivos enviadas às Câmaras de Vereadores e publicadas pelas respectivas prefeituras. Observamos uma maior concentração desse tipo de fonte para a década de 1920.

As obras não-oficiais representam, sem dúvida, a maior parte da produção existente sobre os municípios fluminenses. Praticamente todas elas — salvo poucas e honrosas exceções, como é o caso do clássico estudo de Stanley Stein sobre o município cafeeiro de Vassouras — foram escritas por indivíduos sem um embasamento histórico mais amplo, o que compromete a qualidade do trabalho e mesmo a utilidade que potencialmente encerraria enquanto fonte para posteriores pesquisas. Não raro, são memórias e reminiscências de velhos moradores, que enfocam a história da localidade de uma perspectiva estritamente pessoal, privilegiando aspectos que dificilmente seriam destacados caso o trabalho fosse empreendido por alguém mais familiarizado com a pesquisa histórica e mais atento a critérios de relevância.

3. Arquivo

3.1. Arquivos privados

A avaliação da importância dos arquivos privados para o estudo da história fluminense merece ser objeto de uma investigação mais aprofundada. Até o momento, são incompletos e precários os levantamentos existentes e pouco se conhece a respeito dos acervos e das suas condições de preservação em entidades de clas-

se, fábricas, cartórios etc., para o período em questão.

No que diz respeito aos arquivos privados de lideranças políticas, prioritários em nossa pesquisa, é pequeno o número de acervos disponíveis. Em geral, os políticos fluminenses não tiveram a preocupação de preservar sua documentação. Ainda assim, o estudo da República Velha no estado pode contar com o Arquivo Nilo Peçanha, depositado no Museu da República, e com o Arquivo Quintino Bocaiúva, depositado no Cpdoc.

Arquivo Nilo Peçanha

Esse acervo documental é de enorme utilidade para o estudo do Estado do Rio, tanto na esfera política quanto na econômica. Sua importância deve-se não apenas à posição de seu titular, principal figura da política fluminense na República Velha, mas também às características específicas da documentação.

Abarcando um período de tempo que vai do final da década de 1880 até 1924, morte do titular, o acervo possui cerca de 40.000 documentos, divididos entre correspondência, fotografias, dossiês, relatórios, recortes de jornais etc.

A parte mais rica dessa abundante documentação é, sem dúvida alguma, a correspondência, representada por um grande conjunto de cartas enviadas por parlamentares e chefes políticos locais a Nilo Peçanha. O conteúdo dessa correspondência é variado, destacando-se, porém, temas como arranjos eleitorais, práticas clientelísticas, conflitos municipais etc.

O conteúdo dos demais documentos do acervo — ordenados de maneira mais ou menos aleatória — também é diversificado. Os assuntos tratados incluem questões ligadas à política interna do estado (atas de reunião do Partido Republicano Fluminense, manuscritos de projetos de leis, atas eleitorais etc.), à administração pública, à política federal, a urbanismo e saneamento, à política cafeeira, à pecuária, à indústria, à siderurgia, às finanças etc.

O acervo possui ainda uma numerosa coleção de recortes de jornais, que acompanha a trajetória política de Nilo Peçanha, sendo especialmente rica a parte referente à Reação Republicana.

Arquivo Quintino Bocaiúva

Embora sem apresentar a mesma riqueza documental do Arquivo Nilo Peçanha, o Arquivo

Quintino Bocaiúva dispõe de importantes informações sobre o Estado do Rio, em especial sobre questões políticas.

O acervo é composto de aproximadamente 4.000 documentos de tipos diversos como biografias, correspondência, ofícios, relatórios, estudos, pareceres, discursos, conferências, recortes de jornais, fotografias, livros e periódicos. Sua abrangência é de 1885 a 1912.

A parte mais significativa para nosso objetivo é a série Correspondência Política, especialmente as pastas que cobrem o período que Quintino ocupou a presidência do Rio de Janeiro (1901 a 1903). A correspondência relativa à sua atuação como senador da República, embora de importância secundária, também deve ser consultada.

A série de documentos relativos à produção intelectual — composta de mensagens enviadas por Quintino à Assembléia Legislativa do Estado do Rio, discursos e escritos diversos — apresenta igualmente algum interesse.

O conteúdo dessa documentação fornece informações relevantes para a compreensão de um período crítico da história fluminense, aquele que inclui a crise do governo Alberto Torres (1888-1900) e as negociações que possibilitaram a ascensão do grupo nilista ao poder no estado.

Finalmente, existem ainda arquivos que, mesmo não pertencendo a políticos fluminenses, encerram informações interessantes sobre a história do estado, ainda que em pequena quantidade. Entre eles podem ser citados os de Raul Soares, depositado no Cpdoc, de Afrânio de Mello Franco, na Biblioteca Nacional, e de Arthur Bernardes, no Arquivo Público Mineiro.

4. Publicações Oficiais

As publicações oficiais constituem um material de pesquisa obrigatório para todos aqueles que pretendem estudar o Estado do Rio na República Velha. Para facilitar sua apresentação, tratamos essa produção segundo sua procedência, tomando como referência os poderes Executivo e Legislativo.

No campo do Executivo, a principal fonte são as Mensagens presidenciais. Enviadas à Assembléia Legislativa pelos presidentes do estado, e lidas na abertura das sessões, as Mensagens revelam uma série de dados extremamente valiosos não apenas sobre a administração pública, como também sobre a situação econômica e financeira do Rio de Janeiro.

Algumas Mensagens — como as elaboradas por Quintino Bocaiúva — encerram análises

mais aprofundadas sobre a economia fluminense e mesmo nacional; outras trazem longas séries estatísticas, quadros e tabelas relativos a itens variados, tais como a receita e a despesa do estado em determinado arco de tempo, a arrecadação obtida com o imposto de exportação sobre o café, a dívida pública etc. É preciso levar em consideração, porém, que muitas vezes essas informações, exatamente por seu caráter oficial, têm uma preocupação propagandística mais ou menos evidente, visando enfatizar as realizações desta ou daquela administração. Por conseguinte, elas devem ser relativizadas e confrontadas com outros tipos de fontes.

Em geral, as Mensagens não conferem às questões políticas o mesmo tratamento dispensado às questões administrativas e econômico-financeiras. Os acontecimentos políticos são abordados de forma genérica, não sendo oferecidas informações mais detalhadas, por exemplo, sobre conflitos políticos na *Assembléia Legislativa*, ou sobre as hostilidades entre situação e oposição neste ou naquele município. As eleições, porém, merecem uma maior atenção. Os resultados dos diversos pleitos — estaduais ou federais, para cargos executivos ou para o Legislativo — são divulgados regularmente e apresentados de forma ordenada.

Os Relatórios dos secretários estaduais também merecem ser consultados. Dirigidos ao chefe do Executivo, informavam-no pormenorizadamente sobre as atividades desenvolvidas por cada secretaria.² Essas informações eram parcialmente incorporadas pelo presidente do Estado na redação das Mensagens. Outra característica dos Relatórios era que, tendo o presidente como destinatário, seu compromisso com a montagem de uma imagem positiva do governo estadual era menor que o das Mensagens, mais expostas à opinião pública.

O material produzido pelo Executivo estadual inclui ainda numerosas publicações, elaboradas por diversos órgãos da administração pública, que trazem, sobretudo, dados sobre a economia do Rio de Janeiro. Desse conjunto, destacam-se os relatórios do Instituto de Fomento e Economia Agrícola (IFEA). Criado em 1926, o Instituto publicou três relatórios — os de 1926/1927, 1928 e 1929 —, particularmente ricos em informações sobre a produção cafeeira no estado na década de 1920.

O governo federal — através do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio e do Ministério de Viação e Obras Públicas — também publicou algumas obras — tanto gerais, quanto específicas sobre o Estado do Rio — que fornecem

subsídios para o estudo da realidade fluminense no período. Esta produção dedica-se, igualmente, ao exame da economia estadual.

Os *Anais da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro* são a fonte de pesquisa básica produzida pelo Legislativo estadual. Cobrindo o dia-a-dia dos trabalhos legislativos, os *Anais* contêm elementos essenciais sobre os mecanismos acionados pelas oligarquias fluminenses, ao nível político, para exercerem sua dominação quanto à implementação das práticas clientelísticas, sobre os conflitos locais que, extrapolando as fronteiras municipais, acabavam chegando à *Assembléia* etc.

Convém destacar, porém, que essas informações são apresentadas de forma fragmentada, numa linguagem rebuscada e, em geral pouco objetiva, o que dificulta sobremaneira o entendimento da dinâmica real que embasava a atuação política dos deputados, dos nexos estruturais de suas divergências e alianças. Muitas questões importantes que, a princípio, deveriam suscitar acirrados debates no plenário, são tratadas superficialmente, não merecendo uma atenção maior por parte dos parlamentares. Em muitas oportunidades, percebe-se que as decisões fundamentais foram tomadas nos bastidores, servindo a *Assembléia* apenas como um espaço de ratificação. Esses acordos firmados às escondidas podem ser apreendidos, muitas vezes, através da complementação da pesquisa nos arquivos privados.

Outros textos saídos do âmbito do Legislativo estadual são as Constituições, as reformas constitucionais e toda uma ampla gama de leis, que foram objeto de discussão na *Assembléia* e que, por conseguinte, são reproduzidos nos *Anais* até a sua versão final.

Na esfera do Legislativo federal, dispomos dos *Anais da Câmara dos Deputados* e dos *Anais do Senado Federal*. Através da sua consulta, torna-se possível não só traçar o posicionamento da bancada fluminense frente a questões nacionais, como também acompanhar o encaminhamento de crises políticas estaduais que acabavam ecoando na instância federal. Sem contar com os recursos políticos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o Estado do Rio teve uma participação discreta nos debates parlamentares, colocando-se, em geral, a reboque dos grandes estados.

5. Imprensa

O número de jornais em circulação no Estado do Rio durante a Primeira República é sur-

preendentemente elevado, chegando a totalizar mais de 200 títulos, distribuídos pelos diversos municípios fluminenses.

Embora, em sua grande maioria, estes jornais tenham tido uma duração efêmera, muitos deles fornecem subsídios de inegável importância para a reconstituição da história do estado. Niterói e Campos concentraram o maior número de jornais, destacando-se no primeiro município *O Fluminense* (lançado em 1878 e em circulação até hoje), *O Estado* (1919-1957), *O Momento* (1915-1917), *Diário Fluminense* (1910-1914) e o *Rio de Janeiro* (1890-1892), e no segundo, *O Monitor Campista* (um dos mais antigos jornais do país, em circulação desde 1840), *A República* (1870 - 1892) e *A Notícia* (1916-1918).

O Fluminense, *O Estado* e *O Monitor Campista* destacam-se como os principais órgãos da imprensa estadual no período. De maneira geral, ao longo da primeira República apoiaram os grupos situacionistas. A pauta desses jornais baseava-se na veiculação de notícias de todo o estado, enfatizando as questões políticas e a atuação do Executivo. *O Estado* nos momentos de maior agitação social - como o ano de 1919 e o final dos anos 20 - fornece informações interessantes sobre organização de sindicatos, greves e movimentos sociais em geral. *O Monitor Campista* oferecia, evidentemente, uma cobertura mais detalhada dos acontecimentos registrados em Campos e no norte do estado.

Os demais jornais citados circularam em um período muito menor e estavam diretamente comprometidos em veicular as propostas de determinadas facções políticas. *O Rio de Janeiro*, por exemplo, permite que se acompanhe a trajetória do grupo político ligado ao líder conservador conselheiro Paulino de Souza, sobretudo sua inserção na política fluminense após a proclamação da República. Já *O Momento*, *O Diário Fluminense* e *A Notícia* atuaram como porta-vozes do antinilismo. *A República* por sua vez, é o jornal que contribui de forma mais significativa para a difusão das idéias republicanas no estado a partir de 1870.

Além dos jornais campistas e dos de Niterói, merecem ser citados *A Paz* (que circulou entre 1907 e a década de 1970), de Nova Friburgo, e

a *Tribuna de Petrópolis*, fundado no início do século e que circulou até recentemente.

Centrados basicamente na problemática municipal, ambos os jornais são fontes importantes para a compreensão do poder local. *A Paz* merece ser ainda destacado como um jornal que promovia a divulgação dos interesses industriais presentes no município.

Além da imprensa fluminense, os jornais cariocas constituem uma fonte importante para o estudo da história do Estado do Rio.

A proximidade do Distrito Federal com o Rio de Janeiro contribuiu para que sua imprensa noticiasse detalhadamente os assuntos fluminenses. Por outro lado, um número significativo de políticos do Estado do Rio atuavam na imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Em muitas ocasiões, as facções oposicionistas fluminenses, não encontrando oportunidades de expressão através da imprensa do estado, veiculavam suas idéias nos jornais da capital federal.

Apresentaremos a seguir apenas os mais significativos: *O Imparcial* (1912-1923), órgão importante para o estudo do Estado do Rio por pertencer ao parlamentar José Eduardo Macedo Soares, ligado à corrente nilista; *Jornal do Comércio* (1827-...), este tradicional matutino carioca traz informações substanciais sobre a economia e a política fluminense para todo o período em questão; *O Paiz* (1884-1930), divulgador das causas abolicionistas e republicanas, o jornal teve como seu redator-chefe na primeira década republicana o político fluminense Quintino Bocaiuva. Sob sua orientação, o jornal fornecia muitas informações sobre a política fluminense, vindo a apoiar a corrente nilista. No começo dos anos 20, através de Belisário Soares de Souza, antigo político do estado, apoiou as facções antinilistas; *Correio da Manhã* (1901-1974), órgão de grande importância política, este jornal era de propriedade de Edmundo Bittencourt, que mantinha ligações estreitas com Nilo Peçanha. Em diversos momentos, especialmente na sucessão estadual de 1914 no Estado do Rio e na sucessão presidencial de 1922, quando foi formada a Reação Republicana, o *Correio da Manhã* deu apoio integral ao líder fluminense, divulgando as propostas e denúncias de seu grupo político.

Notas

¹ Durante praticamente toda a República Velha, o Estado do Rio foi dividido em 48 municípios. Entre as obras arroladas encontram-se muitas que tratam de municípios que, nesse período, ainda não existiam; nem por isso, porém elas perdem seu valor, uma vez que trazem informações sobre os municípios dos quais os atuais foram desmembrados. É o caso de Volta Redonda, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Mendes, entre outros.

²Entre 1902 e 1903, a administração fluminense contou com apenas uma secretaria: a Secretaria Geral. No restante do período, as secretarias foram em número de três: Interior e Justiça, Finanças, e Obras Públicas e Indústrias. Esta última passou a se denominar, a partir de 1923, Secretaria de Agricultura e Obras Públicas.

Fontes Bibliográficas

1. Produção Acadêmica

- Albuquerque Jr., Hildilberto Ramos Cavalcanti. *O republicanismo fluminense (1887-1891)*. Niterói, 1974. Tese apresentada no curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Castro, Hebe. *À margem da história (Homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)*. Niterói, 1985. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Correia, Heloisa Serzedelo. *Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)*. Niterói, 1985. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Cruz, Paulo Werneck da. *Demografia histórica na República Velha; o desenvolvimento fluminense*. Taubaté, 1980. Comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba (5:1980: Taubaté).
- Cruz, Paulo Werneck da. *O novo Rio de Janeiro em primeira síntese de História política (1889-1975)*. Taubaté, 1980. 18p. Comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba (5:1980: Taubaté).
- Ferreira, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói, 1977. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Ferreira, Marieta de Moraes. *Política e Poder no Estado do Rio na República Velha*. Cpdoc, Rio de Janeiro, 1985. Mimeo.
- Fragoso, João Luiz Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um estudo de relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, 1983. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Graner, Maria Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920. Um estudo das distribuições das terras: continuidades e transformações*. Niterói, 1985. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Lemos, Renato Luiz do Couto Neto e. *A implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro, 1889-1892*. Niterói, 1985. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Machado, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café. Um estudo sobre a crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, 1860-1888*. Niterói, 1983. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Marchiori, Maria Emília Prado. *Engenhos centrais e usinas do Norte Fluminense, 1775-1909*. Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 11 (8): 3-12, ago. 1980.
- Marchiori, Maria Emília Prado. *O mundo das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos, 1922-1933*. Niterói, 1979. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.
- Martins, Ismênia Lima. *Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis (1850-1930)*. Petrópolis, Universidade Católica de Petrópolis, 1983.
- Mello, Pedro C. *A Economia da escravidão nas fazendas de café - 1850-1888*. Rio de Janeiro, PNPE, 1984.

Mendonça, Sônia Regina. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 1977. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

Navega, O. C. *Le Sucre dans l'Etat de Rio de Janeiro et au Brésil. Des oligarchies aux multinationales 1920-1965*. Paris, 1976. Tese de doutorado de 3.º ciclo apresentada na Universidade de Paris.

Neves, Delma Pessanha. *Crescentes e minguantes – Estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital*. Rio de Janeiro, 1979. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Padilha, Sílvia Fernandes. *Da monocultura à diversificação econômica, um estudo de caso, Vassouras, 1880-1930*. Niterói, 1977. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

Santos, Ana Maria dos. *Agricultural Reform and the idea of decadence in the State of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Austin, Texas, 1984. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Texas.

Silva, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

Soares, Luís Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense. 1840-1886*. Niterói, 1980. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

Stanley, Miriam. *A Companhia Agrícola Usina de Santa Maria: estudo de um caso*. Niterói, 1983. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

Stein, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.

Turnowski, Salomon. "A cafeicultura no estado do Rio de Janeiro". In *Boletim de Conjuntura*. Rio de Janeiro, Fiderj, jan. de 1978.

Viana, Sônia Bayão Rodrigues. *O engenho central de Quissaman, 1874-1904*. São Paulo, 1981. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Zenha, Celeste. *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Niterói, 1984. Tese apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

2. Obras Diversas do Estado do Rio de Janeiro

2.1. Política

Albuquerque, Júlio Pompeu de Castro (org.). *O Estado do Rio de Janeiro: período de 1928 a 1934*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, s/d.

Almeida, Antônio Figueira de. *História fluminense*. 2 ed. Rio de Janeiro, J. R. dos Santos, 1930. 269p.

Almeida, Antônio Figueira de. *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói, Jerônimo Silva, 1928. 43p.

Almeida, Dayl de. "Escorço de história política fluminense". *Niterói*, Niterói, 4 (3): 38-67, 1972.

- Apulcro, Xisto. *A verdade histórica (Da convenção de junho de 1921 à revolução de julho de 1922)*. Rio de Janeiro, s.ed., 1922. 302p.
- Araújo, Elycio de. *Através de meio século*. s.l., São Paulo, Ed. 1932. 315p.
- Atafde, José Botelho. *Famílias fluminenses*. Juiz de Fora, Lar Católico, 1970. 2v.
- Barreto, João. *Aspectos políticos, econômicos e administrativos do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1917. 266p.
- Barros, Jaime. *O estado fluminense*, s.l., s.ed., 1927.
- Bastos, Manoel Leite. *O Estado do Rio e os seus homens; homenagem do partido republicano fluminense, 1927-28*. Niterói, s.ed., 1927. lv.
- Biografia do Dr. José Tomás de Porciúncula. Redigida por iniciativa da Comissão central encarregada de promover as homenagens a S. Ex. por ocasião de terminação do seu período presidencial. Rio de Janeiro, Jerônimo Silva, 1895.
- Carvalho, Antônio Gontijo de. *Raul Fernandes, um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- Carvalho, Miguel de. *Organização republicana do estado do Rio de Janeiro, 1889-1894*. Rio de Janeiro, Typ. Guimarães, 1895.
- Casadei, Thalita de Oliveira. *Estudos de história fluminense*. Niterói, s.ed., 1980. 60p.
- Casadei, Thalita de Oliveira. *Páginas de história fluminense*. Niterói, Casa do Homem de Amanhã, 1971. 230p.
- Castro, Manuel Viana de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1961. 27p.
- Diniz, Almaquio. *Razões jurídicas para uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Cia. Nacional de Artes Gráficas, 1927. 32p.
- Forte, José Matoso Maia. *O Estado do Rio de Janeiro; ensaio para o estudo de sua história*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1928. 136p.
- Lacombe, Lourenço Luís. *Os chefes do executivo fluminense*. Petrópolis, Museu Imperial, 1973. 117p.
- Lamego, Luis. *O Estado do Rio e alguns dos seus filhos mais ilustres*. Niterói, Diário Oficial, 1943. 14p.
- Lima, Santa Cruz. *Ressurge a velha província*. s.n.t. 152p.
- Lima Sobrinho, Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Palmier, Luiz. *Maurício de Abreu – um pioneiro da democracia*. Rio de Janeiro, Minerva, s.d.
- Peçanha, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. 172p.
- Pinheiro, Saramago. *Galdino do Vale e súmulas de seus pronunciamentos: discursos sobre o centenário de nascimento de Galdino do Vale e súmulas apresentadas pelo deputado Saramago Pinheiro*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1980. 22p.

Queiroz, Maurício Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Russel, Robert Edward. *Nilo Peçanha and Fluminense politics (1889-1917)*. Mimeo, Albuquerque, University of New Mexico, 1974.

Silva, Ciro. *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

Soares, Emmanuel de Bragança de Macedo. *Raul Veiga no governo fluminense*. Niterói, Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro; Centro de Pesquisa e Divulgação da História Fluminense, 1975. 75p.

Taborda, Basílio et alii. *Nas vésperas de um pleito (documentos políticos)*; Escritos de Basílio Taborda, Joaquim de Melo e Cantidiano Gomes da Rosa. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1923. 29p.

Tinoco, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962. 291p. (Coleção Documentos Brasileiros, 114).

Tolentino, José. *Nilo Peçanha, sua vida pública*. Petrópolis, A. Martins, s.d. 365p.

Werneck, Francisco Klors. *História e genealogia fluminense*. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 1947. 137p.

2.2. Economia

Alcoforado, Pedro Guedes. *O sal fluminense*. Niterói, Dept.º de Estatística e Publicidade, 1936.

Ascoli, Nestor. *A imigração japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Rev. de Língua Portuguesa, 1924. 234p.

Backheuser, Everardo. Aspectos geográficos fluminenses em torno da lavoura do café. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. seção IV, p.13-4. Edição comemorativa do bi-centenário do café.

Bevilaqua, Humberto. O censo no Estado do Rio de Janeiro (1835-1935). *Boletim de informações econômicas e estatísticas*. Rio de Janeiro, 1: 59-66, 1937.

Conceição, Carlos. *2.º centenário do cafeeiro no Brasil: história da irradiação e decadência do café no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Pap. Mello, 1927. 24p.

Correa, M. Pio. *Plantas fibrosas da restinga do Estado do Rio de Janeiro*; relatório apresentado ao Exmo. Sr. Rodolpho Miranda por M. Pio Correa. Rio de Janeiro, Of. da Diretoria Geral de Estatística, 1910. 63p.

De Carli, Gileno. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1942. 236p.

Earp, Sá. *Propaganda do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, J. do Brasil, 1907. 14p. 2.ª Conferência proferida no salão do Museu Comercial pelo Dr. Sá Earp sobre Petrópolis industrial no dia 10/09/1907.

Fontenelle, Oscar Penna. *Problemas econômicos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, J. do Commercio, 1925. 127p.

- Forte, José Matoso Maia. *Esboço de geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, J. do Commercio, 1919. 97p. Breve informação apresentada no 6.º Congresso Brasileiro de Geografia reunido na cidade de Belo Horizonte em set. 1919.
- Instituto Brasileiro do Café. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, Dept.º Nacional do Café, 1934. 2v.
- Geiger, Pedro Pinchas. Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 9: 210-36, 1956.
- Lamego, Alberto. Datas campistas sobre a lavoura canavieira, fábricas e seus produtos. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro, 11 (22): 66-7, jul. 1943.
- Lamego, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1945. XXXII, 204p.
- Lamego, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE, 1948. XXXII, 294p.
- Lamego, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro, IBGE, 1946. XXIV, 227p.
- Lamego, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. 350p.
- Magalhães, Hildebrando. Contribuição para a história do café; terceira parte, II, no Rio de Janeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. Seção III, p. 8-9. Edição comemorativa do bi-centenário do café.
- Melo, Joaquim. *Evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro; fastígio, decadência e reerguimento do café fluminense*, Rio de Janeiro, Pap. Mello, s.d. 52p.
- Mello, Joaquim de. *O Estado do Rio; suas peculiaridades, evolução e grandeza*. s.l., s. ed., 1927. 101p.
- A pecuária no Estado Fluminense. *Revista Comercial e Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1 (1): 7, abr. 1922.
- Peixoto, Manuel Rodrigues. *Museu Comercial do Rio de Janeiro: propaganda do Estado do Rio. Cultura da cana-de-açúcar e porto de São João da Barra*. Rio de Janeiro, J. do Brasil, 1908. 320. Trabalho apresentado na 3.ª Conferência de 1907.
- Pinto, Mário da Silva & Ribeiro Filho, Raymundo. *A indústria do sal no Estado do Rio de Janeiro, 1930*. Rio de Janeiro, Pap. Mendes, 1930. 143p.
- Raffard, Henri. *O centro da indústria e comércio de açúcar no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1892. 120p.
- Rangel, Sylvio Ferreira. O café no Estado do Rio de Janeiro, sua origem e influência na vida econômica e social da terra fluminense. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. Seção 2. Edição comemorativa do bi-centenário do café. p. 14.
- Silva, Alberto Pereira da. *A indústria da borracha no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913. 118p. Trabalho apresentado na Exposição Nacional da Borracha de 1913.
- Silva, F. L. de Azevedo. *Terra fluminense: síntese da civilização brasileira no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Muniz Est. Gráf., 1940, 321p. il.
- Silvestre, Honório. A colonização mineira nos grandes litifúndios de café do Estado do Rio de Janeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. Seção VIII, p. 5, 6. Edição comemorativa do bi-centenário do café.

Taunay, Affonso de E. Uma irmandade de grandes cafelistas e civilizadores, os Teixeira Leite, nascimento, vida e morte de Vassouras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. seção 7, p. 1, 2. Edição comemorativa do bi-centenário do café.

Tavares, João de Lyra. Economia e finanças dos estados: Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1914. p. 815-21, T. Especial.

Valverde, Orlando. Geografia econômica do estado do Rio de Janeiro. *In Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1961. n. 13, p. 84-92.

Vianna, Oliveira. Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. Seção I, p. 9-10. Edição comemorativa do bi-centenário do café.

2.3. Trabalhos Específicos sobre Municípios

Album Guia da cidade de Nova Friburgo. Org. por Julio Pompeu de Castro Albuquerque. s.l., s. ed., 1917, lv. il.

Almeida, Antonio Siqueira de. *História de Niterói*. Niterói, Diário Oficial, 1935. 99p.

Assis, José Ribeiro. *A colonização alemã em Petrópolis*; bibliografia. Petrópolis, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, 1975. 20p.

Atáide, J. B. de. *Barra Mansa e seus administradores*. Juiz de Fora, Soc. Pop. Esdewa, 1971. 152p.

Atáide, J. B. de. *Volta Redonda através de 220 anos de biografia 1744-1964*; memória comemorativa do 1.º centenário da fundação do povoado que deu origem à cidade e do 1.º decênio de criação do município. Rio de Janeiro, Laemmert, 1965. 63p.

Barcelos, Amaral. *Barra do Piratí*; registros históricos e contemporâneos 1853-1968. Rio de Janeiro, Pongetti, 1970. 287p.

Bittencourt, Arnaldo Pinheiro. *Município de Nova Friburgo*. Rio Preto, O progresso, 1939. 61p.

Cantagalo (RJ). Prefeitura. *Apontamentos para a história do município de Cantagalo*. Niterói, Tip. 5 de julho, 1934. 72p.

Companhia de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. *Estudo sobre o município de Cambuci*. Niterói, 1968. 78p.

Cordeiro, Maria do Carmo Soares. *Como foi que um rio chamado de bonito transformou-se numa cidade sorriso*. Rio Bonito, Prefeitura Municipal, 1961. 28p.

Costa, Alkindar. *Volta Redonda ontem e hoje: visão histórica e estática*. Volta Redonda, Ed. Lux, 1978. 163p.

Correia, Dalmir. *Mendes que conheci*. Rio de Janeiro, Vitória, 1960. 125p.

Dias, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*; subsídios para a história do município. Rio Bonito, Artes Gráficas Cantagalo, 1942. 2v.

Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, (16): 27-233, 1964-5.

Doria, Escragnolle. *Terra fluminense*. Rio de Janeiro, Typ. D'a Encadernadora, 1929. 164p.

- Erthal, Manoel. *Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro*; esboço histórico e corográfico. s.l., s. ed., 1957. 186p.
- Figueiredo, Eduardo Rodrigues de. Grandeza e decadência na vida rural de Maricá: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, (4): 41-78, 1951.
- Forte, José Mattoso Maia. *Notas para a história de Niterói*. 2 ed. Niterói, Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural; Prefeitura Municipal, 1973. 199p.
- Forte, José Mattoso Maia. *O município de Niterói*; corografia, história e estatística. Rio de Janeiro, J. do Commercio, 1941. 379p.
- Fonseca, Henrique & Bittencourt, Heitor. *Almanaque do centenário de Rezende para o ano de 1902*. Rezende, Typ e Pop. Fonseca, 1902. 254p.
- Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. *Engenheiro Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, 1978. 66p. il., mapas. (Estudos para o Planejamento Municipal, 28).
- Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. *Itaocara*. Rio de Janeiro, 1978. 71p. il., mapas (Estudos para o Planejamento Municipal, 29).
- Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. *Itaperuna*. Rio de Janeiro, 1977. 77p. il. mapas. (Estudos para o Planejamento Municipal, 7).
- Grieco, Agripino. Parahyba do Sul, do fastígio agrícola à estagnação dos burocratas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. Seção II, p.7-8. Edição comemorativa do bi-centenário do café.
- Gurgel, Heitor. *Parati, caminho do ouro*: subsídios para a história do Estado do Rio, por Heitor Gurgel e Edelweiss Campos do Amaral. Rio de Janeiro, S. José, 1973. 213p.
- IBGE. *Alguns aspectos históricos, e estatísticos do município de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu, Agência Municipal de Estatística, 1946. 15p.
- IBGE. *Subsídios para o estudo da evolução social e política dos municípios brasileiros*; Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1947. 2250. il. mapas.
- Iório, Leoni. *Valença de ontem e de hoje*; subsídios para a história do município de Marquês de Valença, 1789-1952. Valença, *Jornal de Valença*, 1953. 395p.
- Itaperuna. Prefeitura. *Mapa e dados estatísticos dos municípios de Itaperuna*. Rio de Janeiro, ap. Globo, 1935. 17p. il. mapas.
- Lamego, Alberto. *Efemérides da terra goitacá*. Niterói, Imp. Estadual, 1947. 2v.
- Lamego, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, (11): 1-152, 1958.
- Lamego Filho. *Campos, capital do Estado do Rio de Janeiro*. s.l. s.ed. 1930. 18p.
- Lima, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis*. 3. ed. rev. ampliada, anotada e com um resumo bio-bibliográfico do autor por Alípio Mendes. Rio de Janeiro, S. José, 1974. 346p.
- Lustosa, José. *Cidade de Duque de Caxias*; desenvolvimento histórico do município; dados gerais. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. 274p. il.
- Machado, Rodolfo Villanova. *Niterói, três anos de trabalhos e realizações, 1924-1927*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1927. 157p.

- Maricá. Prefeitura. *Evolução histórica do município*. Niterói, J. da Região dos Lagos, 1971. 20p.
- Martins, Fernando José. Fundação e povoação de São João da Barra dos Campos dos Goytacazes. *Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (13): 1-117, 1961.
- Melati, Júlio Cesar. A cidade de Petrópolis. Aspectos históricos e geográficos. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (13): 288-95, 1960.
- Monte, Paulo. *Corografia do município de Petrópolis*, história física-política-econômica. Petrópolis, Typ. Ipiranga, 1925. 127p. Publicação comemorativa do centenário de Pedro II.
- Palazzolo, Jacinto de. *História da cidade de São Fidélis, 1781-1963*. Rio de Janeiro, Convento dos Padres Capuchinhos, 1963. 248p.
- Palmier, Luís. *São Gonçalo cinquentenário: História, estatística, geografia*. São Gonçalo, IBGE, 1940. 237p.
- Pedroso, José. *Rio de Janeiro; o Estado e o Município*. Rio de Janeiro, s. ed., 1950. 754p.
- Pereira, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Seec, 1977. 170p.
- Petrópolis (RJ) Prefeitura. Diretoria de Educação e Cultura. *Centenário de Petrópolis; trabalhos da Comissão do Centenário*. Rio de Janeiro. Typ. Ipiranga, 1938. 6v.
- Raposo, Ignácio. *História de Vassouras*. Vassouras, Fundação 1.º de maio, 1935, 288p.
- Rego Filho, Oswaldo de Assumpção. Subsídio para a história de Mangaratiba e São João Marcos. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, (14): 225-89, 1961.
- Relação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, datas da sua criação e os respectivos nomes primitivos das sedes*. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2: 41-2, 1949.
- Rio de Janeiro (estado). Departamento de Estatística e Publicidade. *Miracema; memória da fundação desse município fluminense*. Niterói, Depto. de estatísticas e Publicidade, 1936. 123p.
- Silva, Porfírio Henriques da. *A Terra da Promissão. História de Itaperuna*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora Ltda. 1956.
- Souza, Horacio. *Cyclo áureo, história do 1.º centenário da cidade de Campos, 1835-1935*. Campos, Artes gráficas, 1935. 383p.
- Valle Filho, Galdino. *Lendas e lendas de Friburgo*. Rio de Janeiro, A Pernambucana, 1927. 183p.
- Vasconcelos, Francisco de. *Petrópolis, sua administração na República Velha*. Petrópolis, Gráf. N. S. das Graças, 1978. 2v.
- Vieira, Armando. *Teresópolis*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1938. 301p.

3. Arquivos Privados

Arquivo Nilo Peçanha – Museu da República

Arquivo Quintino Bocaiuva – Cpdoc

4. Publicações Oficiais

Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912) Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916-17. 3v.

Azeredo, Antônio. *Intervenção no Estado do Rio de Janeiro*; discurso pronunciado na sessão de 08/08/1923. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1923. 27p.

Brasil. *Anais da Câmara dos Deputados* (1889-1930).

Brasil. *Anais do Senado Federal* (1889-1930).

Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil realizado em 01/09/1920: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Typ. da 1925. Estatística.

Brasil. Diretório Geral de Estatística. *População*; população do Brasil por estados e municípios, segundos o sexo, idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1928. 2v.

Brasil. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. *Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios do Estado do Rio de Janeiro*: Inspeção agrícola do 13.º Distrito, inspecionados de 25/06/1910 a 29/04/1913. Rio de Janeiro, Typ. do Serviço de Estatística, 1913. 174p.

Instituto de Fomento e Economia Agrícola (RJ). *O café fluminense e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola*. Rio de Janeiro, Pag. e Typ. 1926. 16p.

Instituto de Fomento e Economia Agrícola (RJ). *Relatório apresentado à diretoria do Instituto por intermédio do respectivo presidente Antonio Joaquim de Mello. Secretário de Estado das Finanças, pelo gerente bacharel Francisco Corrêa de Figueiredo*. Niterói, s.ed., 1928. 238p.

Leite, Eurico Teixeira & Vianna, Francisco José de Oliveira. *O regime Terreno no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Instituto de Fomento e Economia Agrícola, 1927. 156p.

Peixoto, Américo. *Os crimes do nilismo – discursos pronunciados nas sessões de 7 e 10 de agosto de 1922, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, s. ed, 1922. 21p.

Rio de Janeiro (estado). *Anais da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro* (1889-1930).

Rio de Janeiro (estado). *Coleção de leis e decretos* (1889-1930)

Rio de Janeiro (estado). Diretoria de Estatística. *Estudo econômico e financeiro.*; quinquênio 1924-1928. Niterói, Escola de Trabalho, 1931. 107p.

Rio de Janeiro (estado). *Mensagens de presidentes do estado* (1889-1930).

Rio de Janeiro (estado). *Relatórios de secretários de Estado* (1889-1930).

Rio de Janeiro (estado), Secretaria do Interior e Justiça. *Congresso das municipalidades fluminenses convocado pela deliberação n.º 104 de 30 de agosto de 1924*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1924. 26p.

Rio de Janeiro (estado). Serviço de Estatística. *Propriedades Agrícolas*. Rio de Janeiro, tip. Marques Araújo, 1927. 483p.

Rio de Janeiro (estado) Presidente (1927-1930: Silva) *Programa de governo*: lido no banquete de 20.03.1927 em Niterói pelo senador eleito Manuel de Mattos Duarte Silva, candidato do

Partido Republicano Fluminense à Presidência do Estado. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1927. 41p.

Rodrigues, Américo. *Lei orgânica das municipalidades com alterações da lei n.º 1829, notas e observações, organizado pelo diretor de expediente e inspetor da administração municipal da Prefeitura de Nictheroy*. Niterói, J. Silva, 1925, 53p.

Souza Neto, Paulino Soares de. *Autonomia municipal*; discurso pronunciado na sessão de 27 de outubro de 1925, na Assembléia legislativa do Rio de Janeiro.

5. Imprensa

Diário Fluminense, Niterói.

O Estado, Niterói.

O Estado do Rio, Campos.

Folha do Comércio, Campos.

O Fluminense, Niterói.

A Gazeta, Campos.

Gazeta da Manhã, Niterói.

O Momento, Niterói.

Monitor Campista, Campos.

O Município, São Fidélis.

Niterói, Niterói.

A Notícia, Niterói.

A Notícia, Campos.

O Rio de Janeiro, Niterói.

A República, Campos.

Tribuna de Petrópolis, Petrópolis.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

O Imparcial, Rio de Janeiro.

Jornal do Comércio.

O Paiz, Rio de Janeiro.

Análise da Implementação do Ciclo Básico na Universidade Brasileira*

*Antonio Augusto Pereira Prates
Antonio Luiz Paixão
Lília Gardenal
Luis Aureliano Gama de Andrade*

Este estudo explora a articulação entre uma intenção da burocracia pública educacional — a introdução do ciclo básico na universidade brasileira — e as atividades práticas de implantação organizacional do projeto. Embora já nos advertisse o poeta que entre a concepção e a criação existe uma área sombria, apenas recentemente os descompassos entre uma e outra vêm se tornando objeto de análise teórica. Há toda uma tradição clássica (e citaríamos a teoria weberiana da burocracia, a teoria marxista do partido ou ainda os “clássicos” da administração)¹ que minimiza estes descompassos: dada uma intenção, há sempre alguma arma organizacional que a materializa e, ocorrendo desvios neste processo, que sejam debitados à incompetência humana (e especialmente a dos líderes).

Mas a reflexão teórica e, principalmente, a análise empírica de organizações vêm resgatando o caráter complexo desta articulação. Elaboraões como a “descoberta” da dimensão informal das estruturas organizacionais; a oposição entre organizações “burocráticas” e “profissionais” ou a consideração dos efeitos estruturais dos limites cognitivos da racionalidade permitiram, cada uma a sua vez, chamar a atenção do pesquisador para as ambigüidades existentes na transição do projeto para a decisão e desta para a implementação.

É relevante salientar que esta mudança de paradigma de análise organizacional ganhou impulso, no estudo de tipos diversos de organiza-

ções, mais especialmente naquelas de tipo educacional.² A ênfase destes estudos oscila entre os pressupostos de duas concepções distintas, mas não necessariamente opostas. A primeira sustenta que a articulação entre estrutura, tecnologia e atividades (o suposto do modelo convencional de análise organizacional) se apresenta nitidamente frouxa: “elementos estruturais são apenas frouxamente ligados uns aos outros e às atividades; regras são freqüentemente violadas; decisões freqüentemente não são implementadas e, se implementadas, têm conseqüências incertas; tecnologias têm eficiência problemática e sistemas de avaliação e inspeção são subvertidos ou tornam-se tão vagos que possibilitam pouca coordenação”.³ A segunda concepção enfatiza o papel estratégico das elites organizacionais na criação de uma identidade institucional, através de arenas políticas de negociação que transcendem o sistema de procedimentos operacionais supostamente regulados por normas de racionalidade.⁴

A abordagem das organizações como sistemas frouxamente articulados é consistente com estudos recentes de implementação de políticas públicas.⁵ Nestes estudos, é crucial a distinção entre política, ou um conjunto de hipóteses deduzidas de alguma teoria causal que liga condições iniciais e conseqüências futuras de uma ação, e programas, ações governamentais iniciadas de forma a assegurar objetivos cujo alcance é problemático. Este caráter problemático da

* Este artigo é baseado na pesquisa Avaliação da Implementação do Ciclo Básico na Universidade Brasileira, realizado pela Fundação João Pinheiro, em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP.

implementação de programas públicos decorre, em grande parte, do número de estádios necessários à sua realização, do número de participantes – individuais e organizacionais – envolvidos e suas orientações e preferências variáveis e das decisões específicas que afetam a implantação do programa como um todo. Assim, as perspectivas sociológica e política convergem no sentido de desviar o foco analítico do estudo de mudanças organizacionais dos pressupostos do modelo racional – com sua ênfase em objetivos precisos, estruturas de controle efetivas e tecnologias claras – para um modelo sensível ao significado das ambigüidades de propósitos, ao jogo de interesses e ao poder de barganha dos diversos atores envolvidos na conformação dos cursos da implementação de alterações institucionais.

A segunda abordagem veria os pressupostos deste modelo como constrangimentos organizacionais à ação político-institucional das suas elites. Tais constrangimentos constituiriam “matéria-prima” da atividade política dos grupos internos na constituição das bases legítimas de negociação de forma que sua identidade e integridade institucional não fossem ameaçadas.

Neste trabalho procurou-se combinar analiticamente os pressupostos de ambos os modelos, de acordo com a natureza dos problemas específicos em cada universidade.

O foco central deste estudo é a implantação de uma política de inovação em atividades instrucionais – o Ciclo Básico na Universidade Brasileira – procurando lançar alguma luz sobre as áreas sombrias entre a intenção e a implementação organizacional do projeto. Inicialmente, procuramos clarificar a proposta do ciclo básico como um dos componentes de uma ampla reforma do sistema universitário brasileiro. Nosso referente empírico para tanto são os debates entre as autoridades educacionais e sua produção legislativa quanto ao formato e ao perfil do ciclo básico numa universidade reformada... para o desenvolvimento econômico?... para a modernidade?... para o esvaziamento de tensões políticas e ideologias? Antecipando algumas conclusões, diríamos que o exame deste debate aponta para o caráter difuso, ambíguo e genérico, pouco operacional, dos objetivos atribuídos, pelas autoridades centrais, ao ciclo básico.

A segunda parte do artigo aborda a implantação do Ciclo Básico em algumas instituições universitárias. O exame empírico destas instituições mostra que o Ciclo Básico se caracterizou, em um primeiro momento, por uma pluralidade de modelos que, ao longo do tempo, tenderam

a perder seus contornos específicos, convergindo para um arranjo organizacional e pedagógico relativamente uniforme.

A nosso ver, embora aparentemente paradoxal, a trajetória do primeiro ciclo é coerente com as imagens de organizações acadêmicas que emergem dos estudos a que aludimos anteriormente. Estas imagens descrevem universidades através de três dimensões cruciais: sua dependência em relação ao ambiente institucional, especialmente ao Estado, enquanto fonte de recursos e legitimidade e definidor de políticas educacionais; a ambigüidade de objetivos e tecnologias e, por fim, uma “vocação” institucional para a autonomia, dado o caráter frouxo da articulação entre estrutura formal e atividades práticas nestas organizações. Este estudo propõe-se a explorar a interação destas três dimensões, que se expressa empiricamente pelo jogo complexo de história, estrutura e negociação, que configura o contexto das políticas organizacionais.

Na terceira seção, retoma-se a questão teórica tratada no início deste artigo. O que a experiência do Ciclo Básico nos ensina sobre a articulação entre intenção e ação, estrutura e atividades práticas em organizações educacionais? E, não menos relevante dado o ressurgimento de novas demandas de reforma universitária nos dias de hoje, o que o decisor educacional pode aprender com esta experiência de implementação de mudanças organizacionais?

Esta pesquisa baseou-se em amostra intencional de universidades brasileiras, privilegiando a variação de concepções institucionais de ciclo básico. Para controlar possíveis influências de formato organizacional, incluí-se na amostra universidades públicas e privadas, confessionais e leigas. Assim, o estudo compreende as seguintes universidades: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Gama Filho, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em cada instituição foram entrevistadas autoridades que participaram dos diversos momentos de implantação do Ciclo Básico, com o propósito de reconstituir a “história natural” das diversas experiências. Procurou-se captar os conflitos e coalizões de atores com perspectivas e objetivos diversos e as articulações entre elites acadêmicas e autoridades burocráticas.

É importante salientar, ainda, o caráter comparativo deste estudo. Neste sentido procurou-se, de forma exploratória, sugerir uma interpre-

tação pela qual características de cada caso adquirissem um significado que transcendesse a um contexto específico.

Portanto, é possível que neste esforço para sistematizar um modelo comparativo fatores históricos e contextuais de cada caso não tenham merecido a relevância adequada que exigiria uma descrição acurada da realidade de cada universidade.

O Ciclo Básico e as Políticas Públicas de Reforma Universitária

1. O Contexto Ideológico das Políticas Públicas de Educação

O sistema educacional foi marcado por dois momentos nitidamente definidos em sua evolução pós-64.

O primeiro corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política de recuperação econômica. Constata-se nesta fase uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social por educação o que provocou um agravamento da crise do sistema de ensino, crise que já vinha de longe. Esta, na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e a AID para assistência técnica e cooperação financeira dessa agência a organização do sistema educacional brasileiro. É o período dos acordos MEC/USAID.

O segundo momento começa com medidas práticas de curto prazo tomadas pelo Governo para enfrentar a crise. Este momento se consubstancia, depois, no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolver os problemas imediatos gerados pela crise motivo único para reformar o sistema educacional. Mais que isto, o Governo perceberia a necessidade de se adotar, em definitivo, medidas que pudessem adequar o sistema escolar ao modelo de desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil.

Destaca-se na primeira fase a expansão da demanda social por educação, a expansão do ensino e a criação de mecanismos para levantar os recursos necessários a esta ampliação. Dado o papel assumido pelo Estado, de acumulador de capital para promover o crescimento econômico, esta fase caracteriza-se pela expansão do sistema de ensino que, embora grande, teve de ser contida dentro de limites que não comprometessem a política econômica adotada. Daí por que o crescimento da oferta ficou aquém da

demanda. Esta defasagem teve seu ponto alto no acúmulo insustentável de "excedentes" ao ensino superior.

A contar do momento em que a crise se configura de forma aguda, o Governo se dispôs a tomar medidas que visavam sua solução a curto e médio prazos. Este período caracteriza-se pela formação de comissões para estudar o problema e propor soluções. É nesta altura que se procura situar o sistema escolar na estrutura econômica e social brasileira e dar a ele um sentido objetivo e prático, lançando as bases das reformas que se seguiram, em especial a universitária e a do 1.º e 2.º graus.

Com a edição dessas leis consubstancia-se uma dupla perspectiva na concepção do sistema de ensino brasileiro; sua vinculação ao modelo econômico como elemento importante e indispensável ao projeto de desenvolvimento nacional e sua organização segundo o modelo sistêmico.

Quanto ao primeiro aspecto, passam a ser ressaltadas as medidas que dizem respeito ao papel que a educação deve desempenhar na criação de alguma das condições consideradas básicas para o crescimento da riqueza nacional, a saber, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários ao aumento da produção e da produtividade.

Quanto ao segundo, destacam-se as medidas de articulação interna no sistema escolar, entendidas como as que têm por objetivo a articulação entre os níveis que o constituem, numa dimensão que privilegia a integração vertical.

Tomadas em seu conjunto, as Leis 5.540 e 5.592 apresentam dispositivos que visam, ao lado da eliminação formal das barreiras existentes entre os graus de ensino, estabelecer uma nova perspectiva de currículo. Coerentes e articulados, os conteúdos curriculares deveriam ser desenvolvidos numa progressão harmônica que, partindo do geral chegasse ao particular, indo do 1.º grau ao ensino superior sem rupturas nem constrangimentos. À organicidade da estrutura geral proposta para o sistema escolar corresponderia uma organicidade de ensino.

2. Ciclo Básico e a Política da Reforma Universitária

No início dos anos 60 ganha realce o debate sobre o ensino superior no país. Professores, educadores, economistas e representantes da classe estudantil debruçam-se sobre o chamado problema da universidade tentando explicitar as razões da crise e apontar caminhos para a solução.

Independente da posição política dos protagonistas deste debate, havia consenso quanto à inadequação do ensino superior existente em relação às necessidades da sociedade brasileira. Quer se propugnasse por uma universidade vinculada às necessidades do modelo econômico, quer se propugnasse por uma universidade mais aberta aos egressos das classes pobres, o consenso se fazia sentir quanto a algumas medidas: extinção de cátedra, ênfase na pesquisa e na pós-graduação, criação da carreira de magistério. Embora tais pontos fossem sempre levantados como essenciais à reforma, faltava um modelo acabado de universidade, mesmo entre os advogados mais veementes da mudança. Como se pode observar, o ciclo básico não fazia parte desta agenda.

O processo de elaboração da Lei 5.540 de 1969, que implanta a reforma universitária, refletiu as condições autoritárias da política brasileira da época. Não se permitiu o debate sobre a nova universidade.

Indicador do autoritarismo é a rapidez com que tramitam e se aprovam os diplomas legais que materializam a reforma. O Grupo de Trabalho designado para elaborar o anteprojeto de lei e os decretos que o acompanham, contou com apenas 30 dias para levar a cabo sua missão. O Conselho Federal de Educação, por sua vez, desincumbiu-se de suas complexas tarefas de analisar, dar parecer e avaliar as conveniências da nova legislação em prazo ainda mais diminuto: 5 dias. Remetido em regime de urgência ao Congresso, este dispôs de 40 dias para manifestar-se. Não bastasse isso para ilustrar o autoritarismo, vale lembrar que as alterações votadas pelo Congresso foram vetadas pelo executivo que, a seguir, baixou um decreto-lei que restaurou a integridade da proposta do Grupo de Trabalho.

A crítica generalizada à Universidade da época é traduzida, pelas autoridades educacionais, na proposição de uma estrutura organizacional que, a partir da premissa de racionalidade, buscava eliminar desperdícios e redundâncias alegadas contra o modelo anterior. Se programas como a departamentalização solucionavam o problema da "duplicação de recursos para o mesmo fim", a proposta de criação do ciclo básico ampliava a racionalização da utilização de recursos ao nível pedagógico, centralizando a oferta dos cursos necessários às diversas carreiras ocupacionais, antes dispersos pelas faculdades. Mas ia além da simples racionalidade econômica a justificativa do ciclo básico. Este, conforme relatório do Grupo de Trabalho, desempenharia papel estratégico para o cumprimento

do objetivo de integração orgânica do sistema de ensino: caber-lhe-ia articular o ensino médio com o superior.

Analisando a desarticulação entre os dois níveis de ensino, que se manifestava tanto no plano quantitativo quanto no qualitativo, o Grupo de Trabalho defende nova organização para a escola média. Estabelece a profissionalização obrigatória e, ao mesmo tempo, propõe o vestibular unificado e classificatório. Ambas as medidas visavam disciplinar a entrada para a universidade. A primeira é pensada como mecanismo capaz de, a médio prazo, diminuir a demanda pelo ensino superior que, na época, se configurava dramática. A segunda é proposta para eliminar, de imediato, a figura do excedente, foco de grande turbulência política em 68.

O vestibular unificado e classificatório apresentava, na perspectiva do Grupo de Trabalho, dupla função. Por um lado possibilitava aproveitamento mais racional das vagas e, por outro, ao admitir o ingresso não para determinado curso mas para uma área de conhecimento, adia a opção profissional de forma a garantir "decisão mais madura e mais ajustada às aptidões de cada aluno".

Se a realização da primeira função decorre apenas de alterações no concurso vestibular, a segunda, para ser efetivada, exigia a adoção de medidas complementares no interior da universidade. Assim se colocam o imperativo da criação do ciclo básico, como sugeria Walmir Chagas em 1962.⁶

Para eliminar o problema dos excedentes, bastaria substituir o vestibular seletivo pelo classificatório, mas o Grupo de Trabalho (G.T.) vai além. Propõe que a admissão não seja feita para um curso, mas para uma determinada área de conhecimento ou mesmo para a universidade. Nesse caso o vestibular passa a ser um momento de avaliação das condições do aluno para ingressar na universidade apresentando "um diagnóstico da escolaridade média dos candidatos a ser confirmado ou informado já em nível superior" (GT). Seria, portanto, "um momento de seleção geral" dos mais capazes para o ensino superior e, a ele, seguir-se-ia, necessariamente, um período de estudos universitários durante o qual a) se corrigiriam as falhas evidenciadas no vestibular, b) se orientaria o aluno para a escolha de carreira e, c) se prepararia o aluno para estudos ulteriores. Em suma, classificados os mais capazes para a universidade, estes passariam por um período de estudos que os levasse a escolher "madura e refletidamente" a carreira a seguir.

As funções a e b caracterizam nitidamente o ciclo básico como a continuidade da seleção ini-

ciada com o vestibular. E a c constituiria o elo de ligação entre esta etapa de estudos e os estudos profissionais.

A fixação destes objetivos não eliminou, entre os educadores e especialistas, a divergência quanto ao significado do ciclo básico. Seria este um período de estudos gerais introdutórios à universidade, voltados antes para *habitus* de pensar que para a transmissão de conhecimento, ou de estudos de caráter propedêutico a determinado grupo de cursos afins?

Esses debates,⁷ tão longos quanto estéreis, não levavam em conta um aspecto fundamental: o ciclo básico, tal como proposto em lei, pressupõe o vestibular unificado por área. As dificuldades de sua implantação e implementação prendem-se antes a inexistência dessa medida do que a outros fatores. De fato, a admissão do aluno para uma determinada área de conhecimento não alterou o *numerus clausus* dos diversos cursos que é fixado considerando fatores como: capacidade física, número de professores e especialidades requeridas. Não havendo possibilidade de atender a todos os interessados em determinado curso, a questão dos excedentes deixou de ser um problema externo para ser interno às universidades que adotaram esta forma de vestibular. A pressão representada por mandados de segurança e dificuldades administrativas para contornar este problema levaram as universidades a solicitar a revogação da exigência do vestibular por área, para voltarem ao esquema da pré-opção de carreira.

Com a adoção da pré-opção a função de orientação para a escolha de carreira prevista para o Ciclo Básico na Lei da Reforma fica irremediavelmente prejudicada. Caber-lhe-ia, então, realizar as duas outras funções que a lei preconizara. Uma delas, a recuperação das deficiências evidenciadas no vestibular, tem claramente o sentido de aperfeiçoar a seleção realizada no momento da entrada do aluno à universidade. Favorece no entanto ambigüidade de interpretação. Definir quais as falhas que devem ser recuperadas é processo complexo que depende tanto da ênfase dada pelo vestibular a aspectos como avaliação de conhecimento ou a aptidões, quanto daquilo que a instituição ou os colegas do curso consideram insuficiências que precisam ser sanadas, e que podem estar ligadas a disciplinas de caráter geral ou específico. Apesar de vago e impreciso este objetivo ensejou algumas experiências curriculares que, aos poucos, devido a dificuldades em sua implementação, foram sendo abandonadas pelas universidades.

Restou a função de preparação para estudos ulteriores, de definição mais clara e estrutura-

ção aparentemente mais fácil. Com as mudanças do vestibular, esta passou a ser a função principal do Ciclo Básico. Estruturado por áreas, definir-se-iam disciplinas comuns consideradas básicas que constituiriam, então, o seu currículo.

Este modelo era aparentemente simples. No primeiro momento da implantação, as universidades tentaram estabelecer identidade de denominação, conteúdo e carga horária para todos os alunos de cada ciclo básico. Contudo, altos índices de reprovação devido à heterogeneidade das turmas e reclamações das escolas profissionais levaram a que, progressivamente, se fosse instituindo uma diferenciação interna quanto aos conteúdos dos cursos, determinando o restabelecimento de disciplinas específicas para cursos profissionais específicos.

A Implementação do Ciclo Básico: Uma Análise Empírica

Embora decidida de cima para baixo, a reforma universitária, pela própria ambigüidade de suas determinações, abriu para as universidades brasileiras um espaço para escolhas quanto a formas de organização do trabalho acadêmico e políticas de ensino. Como foi visto na seção anterior, não havia novidades na política de mudança. Temas como a extinção de cátedra, a departamentalização e a institucionalização da pesquisa, haviam sido amplamente discutidos entre os críticos do modelo tradicional e especialistas em educação na burocracia pública. O que havia de novo era a intenção das autoridades educacionais de reformar a universidade, consolidando as aspirações de mudança em um conjunto de decretos-leis e mobilizando recursos políticos e econômicos para a implementação acelerada dos programas de reforma.

Além das discrepâncias na seqüência temporal da implementação organizacional da reforma, outros aspectos parecem relevantes para a análise deste processo. A UFMG, que a partir de mudanças internas havia institucionalizado a área de ciência básica em 1966, contraria a nova política de acesso à universidade, conservando a pré-opção no exame vestibular. Esta decisão significa, na realidade, a manutenção de sua integridade institucional. Ao criar novas unidades pela reunião dos departamentos de ciência básica, ao preservar as escolas profissionais e ao recusar alterações nos mecanismos de acesso, a UFMG neutraliza pressões internas potencialmente hostis à reforma, ampliando, na prática, seu poder de barganha frente às autoridades educacionais.

Outra foi a opção da UFPA, que rapidamente acatou as determinações oficiais. Por um lado, decidiu implementar o exame vestibular por áreas, o que implicou na adoção do ciclo básico com o objetivo de orientação do estudante para escolha de carreira. Por outro lado, em contraste com a UFMG, a UFPA alterou rapidamente sua estrutura organizacional, substituindo escolas e faculdades por centros, minimizando o poder das elites profissionais e ampliando o grau de discreção da administração na definição de políticas educacionais. Essas mudanças, se aumentaram a agilidade do processo decisório, representaram também, pela extinção dos canais de expressão de interesses dos grupos acadêmicos, perda em termos de integridade institucional.

É importante salientar que, ao mesmo tempo em que a UFMG e a UFPA configuravam formas contrastantes de implementação da reforma, em 1970 a PUC via na reforma universitária uma oportunidade de transformação de um conjunto de escolas dispersas, e mesmo redundantes, em universidade. Mas este interesse, como indicam os seminários internos de 1970, não implicou conformidade às políticas oficiais. Ao contrário, analogamente ao caso da UFMG, a manutenção da pré-opção no exame vestibular e a oposição a um ciclo básico comum a toda a universidade evidenciam na PUC uma tendência à criação de um espaço interno de negociação para a viabilização de seu projeto de integridade institucional.

Em 1972, a UFCE e a UFRGS implementaram o ciclo básico, radicalizando, com algumas variações específicas, o que se poderia chamar de modelo paraense. Uma delas é a concepção de ciclo básico comum a todos os estudantes da universidade. A UFRGS tornou ainda mais complexo o mecanismo de acesso à universidade, combinando a pré-opção de metade de seus estudantes com a orientação para a opção de carreira de outra metade. Mas, enquanto a UFCE, aproveitando experiências anteriores de reestruturação administrativa, institucionalizava centros como unidades, a UFRGS implementava o ciclo básico através de uma estrutura paralela e autônoma, um apêndice que não alterou o seu modelo de organização.

O caso da UFPR é provavelmente o mais intrigante. Um sentimento generalizado de oposição à reforma levou suas elites à adoção meramente cerimonial de seus requisitos, neutralizando, portanto, probabilidades de emergência de grupos internos, que competissem pelo poder institucional. Em um primeiro momento, ao pressuposto de não-duplicação de meios, elas

respondem com a proliferação de unidades, mantendo, ainda, as escolas profissionais e a pré-opção no exame vestibular.

Mas esta estratégia de preservação das bases de poder da elite tradicional levou a UFPR a um confronto direto com as intenções modernizantes das autoridades educacionais, solucionado, em 1973, por um novo arranjo organizacional coerente com os objetivos da reforma: agregam-se as múltiplas unidades em setores, criando-se bases potenciais para a emergência de grupos diferenciados de poder.

A Universidade Gama Filho é um caso singular em nossa amostra. Trata-se de instituição privada, nascida da unificação de escolas isoladas à época da reforma. Nela, distintamente das outras universidades, é central a questão de combinar orientações no sentido da excelência acadêmica com a lógica da sobrevivência empresarial. Movida por esta última necessidade, é fundamental para a Gama Filho a conformidade às normas legais para minimizar atritos com o Estado. A busca da excelência acadêmica leva a universidade a eventualmente firmar arranjos financeiros que lhe assegurem recursos para pesquisas; embora procure evitar relações de dependência econômica e política ao Estado.

A análise da implantação do Ciclo Básico mostra variação no grau de conformidade das universidades aos objetivos das políticas do MEC e estilos diversos de adaptação interna ao processo de mudança. Algumas instituições, como a UFMG e a PUC procuraram garantir os limites de sua autonomia, mantendo um espaço institucional para negociação interna e com o próprio Estado. Esta última dimensão — a capacidade de negociação substantiva com o Estado — está ausente no caso da UFPR, onde o cuidado com a manutenção do caráter monolítico de suas estruturas de poder conduz à situação de quase confrontação com o Estado. A estratégia da conformidade, seguida pelas universidades do Pará, Ceará e Rio Grande do Sul, permitiu maior controle administrativo sobre o processo de mudança, mas implicou em custos de centralização burocrática. Para a Gama Filho, a conformidade às determinações oficiais não acarretou ônus adicional, pois sua política interna é pautada por uma lógica empresarial que limita a emergência de conflitos em relação à definição de objetivos institucionais.

Esta descrição, embora preliminar, permite identificar quatro estilos de implantação do ciclo básico na universidade brasileira. O primeiro, que agrega as experiências da UFPA, UFCE e UFRGS, pode ser caracterizado como ortodoxo ou "literal", na medida em que a aquiescência

às normas oficiais define os parâmetros de mudança institucional. O segundo estilo pode ser designado como adaptativo: a UFMG e a PUC efetuam uma leitura atenta dos decretos da reforma, buscando captar e selecionar dimensões da mudança que melhor sirvam aos projetos e intenções de seus grupos dominantes ou politicamente emergentes.

O terceiro estilo, representado pela UFRJ, pode ser descrito como conservador. Neste modelo, as elites dominantes na instituição têm capacidade de desmobilizar grupos internos ideologicamente orientados para a reforma e de resistir, até um ponto determinado, às pressões das autoridades educacionais no sentido da implementação das novas políticas.

A Universidade Gama Filho sugere um quarto estilo, designado instrumental. Ajusta-se às políticas oficiais no sentido de maximizar legitimidade, sem que este ajuste implique em custos internos, dadas as restrições organizacionais à mobilização política. Os propósitos de racionalidade econômica que orientaram as políticas de reforma encontram realidade prática nessa experiência. A seguir far-se-á uma análise comparativa dos casos a partir de cada um destes estilos.

O Estilo Ortodoxo

O que permite caracterizar este estilo é o método utilizado pelas instituições para eliminar o caráter ambíguo das normas da reforma. O suposto fundamental é que os objetivos do ciclo básico não são problemáticos, cabendo à universidade apenas instrumentalizar-se para colocá-los em prática.

Assim, o objetivo de orientação para a escolha de carreira é operacionalizado pela utilização do desempenho acadêmico no ciclo básico como critério para distribuição das vagas do ciclo profissional. Da mesma forma, a recuperação de insuficiências verificadas no exame vestibular encontra tradução operacional no ensino do português.

Uma segunda característica que marca o estilo ortodoxo é a rapidez com que as intenções oficiais da política são postas em ação. Em todas as instituições em que tal estilo é identificado, observa-se, na expressão apta de um entrevistado, uma "corrida contra o relógio", embora tenha havido variações na época de implantação da reforma.

Mas a característica que permite definir o estilo ortodoxo como um modelo burocrático-administrativo é o controle da participação nas decisões sobre o formato do ciclo básico pelas

autoridades formais das instituições. Neste sentido, a experiência da UFFa constitui o caso mais puro de implementação deste modelo. Nesta instituição, o ciclo básico foi um dos elementos da profunda mudança organizacional que marca a implantação da reforma: as dificuldades e escolas convencionais foram extintas e os departamentos passaram a se agregar em centros, destituídos da autonomia didática e financeira própria das antigas unidades.

A nova estrutura provocou a concentração de poder na administração central. Cabia às proreitorias, por delegação do reitor, o controle das políticas administrativas e educacionais. Seus titulares, livremente escolhidos pelo reitor, passavam a desempenhar papel estratégico na estrutura do poder. Detinham, por uma parte, o controle formal das políticas internas em suas áreas de competência; por outra, tendo assento como membros natos nos órgãos centrais de decisão colegiada tendiam a adquirir, informalmente, influência decisiva sobre os destinos políticos da universidade.

Neste modelo centralizado, a implantação do ciclo básico ocorreu através de decisões burocraticamente segmentadas que se iniciavam com a definição estatutária tanto do caráter do ciclo básico quanto dos níveis burocráticos de tomada de decisões posteriores a saber: subcolegiados de área, aos quais competia escolher os currículos, e departamentos, que deveriam implementá-los. Esta segmentação reduz o espaço para expressão de conflitos na instituição.

O caso da UFFa, dada a radicalidade de sua experiência, merece exame mais detido. A implantação do ciclo básico teve efeitos perversos sobre a vida acadêmica. A área biológica ilustra bem estes efeitos: oferecendo 600 vagas para os cursos profissionais, 595 estudantes optaram pelo curso de Medicina, que oferecia apenas 100 vagas. Fenômeno similar repetiu-se na área de Ciências Humanas, onde o contingente maior da demanda canalizava-se para os cursos de Direito e Economia. Como o ingresso para as carreiras profissionais estava condicionado ao desempenho no 1.º Ciclo, decorre intensa competição entre os estudantes (que não inibia o uso generalizado da fraude), com a transformação das atividades instrucionais do ciclo básico em contínuas seqüências de exames vestibulares.

A concentração da demanda determinou crescimento desordenado das vagas para os cursos com grande atração e o esvaziamento dos que despertavam menor interesse. O curso de Medicina, por exemplo, oferecia 100 vagas em 1970 e passou a oferecer 312 em 1971. Em

1974, como efeito do retorno à pré-opção, as vagas neste curso se reduziram a 180.

Os casos das Universidades do Ceará e Rio Grande do Sul, especialmente quando confrontados com o do Pará, mostram variações expressivas no tocante à terceira dimensão – controle burocrático da participação de decisões – que caracteriza o modelo ortodoxo.

A implantação do ciclo básico na UFCe ocorreu em 1972 em contexto semelhante ao da UFPa, marcado por mudanças no sentido preconizado pela lei da reforma: a departamentalização, por um lado, e a integração vertical centralizadora, por outro, através de Centros.

Esta mudança estrutural da universidade constitui mais que uma ruptura, no plano formal, com o modelo organizacional anterior. Este, através de estrutura híbrida onde coexistiam lado a lado faculdades, departamentos, e institutos básicos, refletia as condições institucionais de barganha e acomodação de interesses no interior da Universidade. Ancorada neste arranjo organizacional, uma forte e cristalizada estrutura de poder foi capaz de postergar a implantação do ciclo básico até 71, prazo final estabelecido pelo Estatuto da Universidade em 1968.

Tamanha resistência política não se devia a atitudes tradicionalistas das elites da UFCe, pois que esta fora pioneira, em muitos aspectos da Reforma, em transformação interna por que passou durante a década de 60. Estava em jogo a própria estabilidade da arena político-institucional da Universidade incompatível com a hipercentralização burocrática preconizada pela reforma, da qual o ciclo básico era visto como a consequência mais imediata. Contudo, as fortes e constantes pressões das autoridades do MEC, combinadas com a expiração do prazo legal estabelecido no estatuto de 68, criaram as condições favoráveis para que, em novembro de 71, o reitor, defensor da implantação do ciclo básico, como indica seu discurso de posse em abril daquele ano, tomasse a decisão que estabeleceu as normas de sua criação e funcionamento.

Estruturado em moldes a maximizar o controle dos níveis superiores sobre o processo de sua implementação, o 1.º Ciclo compunha-se de uma coordenação e de uma supervisão administrativas subordinadas à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. No plano deliberativo, dependia de um órgão diretor, o Conselho Central de Coordenação (CCC), que se articulava com os Conselhos de Centros. O conteúdo das disciplinas, embora elaborado pelos Departamentos, devia ser aprovado pelos respectivos Centros e, finalmente, homologado pelo Conselho Central de Coordenação.

O 1.º Ciclo, com caráter classificatório, constituía-se de dois períodos – geral para toda Universidade, e específico por Centro. Sendo o vestibular unificado por área, a assiguação dos alunos às vagas dos cursos se fazia pelo critério de desempenho no 1.º Ciclo.

Pretendeu-se, com a estratégia de burocratização, tanto reduzir a níveis mínimos o potencial de conflito, quanto manter o funcionamento do ciclo básico restrito à lógica simplificada de uma administração centralizada. Ao contrário da UFPa, este modelo não logrou, na UFCe, atingir nem eficiência, nem controle político. Demonstra-o a Resolução 253/72 que retirou o caráter classificatório do Ciclo Básico e incorporou as mudanças defendidas pelos departamentos quanto ao currículo: O primeiro período se tornou diferenciado por áreas, e o segundo por curso, com currículo do qual constavam 32 disciplinas.

Duas ordens de fatores parecem explicar a variação da Universidade Federal do Ceará do padrão mais típico do estilo ortodoxo de criação do ciclo básico. A primeira refere-se aos antecedentes históricos da estrutura de poder da Universidade, cujas bases de negociação permitiam, pela estratégia de acomodação de interesses, a existência de modelos organizacionais diversos para suas unidades. A exigência formal para a *homogeneização estrutural* e a *centralização decisória*, embutidas nas propostas da reforma, são percebidas, pelos atores mais centrais na estrutura de poder, como restrição do seu potencial de influência e, conseqüentemente, do enfraquecimento de suas bases de poder. A essa ameaça reagem com o distanciamento político da nova estrutura, com o que atingem a crença em sua legitimidade, e rejeitam implicitamente os objetivos formais do 1.º Ciclo.

A segunda ordem de fatores diz respeito ao curto intervalo que separa o momento da decisão de implantar o 1.º Ciclo e o momento de sua execução. O constrangimento da urgência da implantação, dado pela extinção do prazo estabelecido em 1968, combinado com as fortes pressões do MEC, levam a administração central a optar rigidamente pelo modelo da lei, sem, contudo, contar com as bases políticas para sua sustentação.⁹

A UFRGS constitui, no tocante ao controle burocrático que caracteriza o estilo ortodoxo, o caso mais discrepante. De maneira análoga à experiência cearense houve uma distância de dois anos entre o Estatuto que previa o ciclo básico, 1969, e a decisão que lhe deu forma organizacional Ainda na mesma direção da UFCe, o lapso de tempo entre a decisão para implemen-

tá-lo e sua existência prática não foi além de quatro meses. Mas de forma radicalmente distinta da UFCE e da UFPA, a implantação do ciclo básico não se deu em contexto de profundas mudanças estruturais na Universidade.

Orientada por uma estratégia de implementação descontínua, frouxa e disjuntiva, a Reforma na UFRGS não produziu impactos que alterassem radicalmente, nem mesmo em nível estritamente formal, a estrutura de poder da Universidade. O arranjo departamental fora implantado em março de 71, mas o arcabouço institucional preconizado pela legislação estava ainda no papel. Faltavam tanto os colegiados de curso, designados posteriormente de comissões de carreira, quanto o conselho de ensino e pesquisa.

A estrutura organizacional do ciclo básico seguiu uma estratégia que minimizava incertezas institucionais através de um arranjo administrativo cujo funcionamento não exigia qualquer tipo de negociação com outros órgãos da Universidade. Era comandado por um coordenador diretamente designado pelo reitor e, embora não contasse com orçamento próprio, desfrutava, na prática, de grande autonomia interna.

Essa estratégia, ao mesmo tempo que maximizava controle e centralização, mantinha o ciclo básico com mínimas bases de legitimidade em nível interno da instituição. Diante desse quadro não é surpreendente a decisão tomada em sua primeira reunião, em fins de 72, pelo COCEP, órgão que a partir da reforma passou a deter o comando político da Universidade. Reduziu-se o número das disciplinas comuns de cinco para três e as específicas passaram para a responsabilidade das câmaras ordinárias constituídas pelos representantes dos colegiados de curso. À medida que se consolidaram os canais institucionais de negociação dentro da Universidade, tornou-se irreversível este processo de diluição organizacional do primeiro ciclo.

A experiência da UFRGS distingue-se dos outros dois casos – UFCE e UFPA – pela posição institucional do ciclo básico dentro daquela universidade. O caráter paralelo de sua estrutura não produziu nem o efeito político de restrição à participação, como no caso da UFPA, nem, o efeito de mudanças estruturais, a nível formal, das arenas de poder, como no caso da UFCE. Foi, portanto, a ausência de efeitos estruturais sobre o ambiente institucional a característica mais visível da implantação do 1.º Ciclo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Estilo Conservador

Este estilo é marcado pelo caráter cerimonial que assume a implementação da Reforma.

Este caráter é enfatizado por uma dupla estratégia organizacional: a primeira utiliza a política oficial como recurso para obter resultados opostos a ela, a segunda tira partido das ambigüidades dos objetivos das políticas da reforma como “arma organizacional” para minimizar seus efeitos indesejáveis.

Com a conformidade aparente às normas legais os detentores do poder na UFPr buscavam tanto a manutenção da integridade da instituição, ameaçada a seu ver, pela reforma, quanto a defesa de seus próprios privilégios políticos. Os condicionantes dessa estratégia podem ser encontrados no contexto histórico da universidade e sua articulação com as elites sociais e políticas do Paraná.

Em contraste com outras universidades federais a UFPr apresenta reconduções sucessivas de um mesmo reitor – Flávio Suplicy de Lacerda – entre 1949 e 1970 com um período de interregno, 1964-67, quando foi chamado a exercer as funções de Ministro da Educação. Tal fato refletia a existência de um bloco monolítico no poder em condições de neutralizar a emergência de grupos que competissem pelo poder institucional.

Neste contexto, a implantação da reforma significava rupturas na arena político-institucional ameaçadoras da estabilidade do grupo tradicional que, para contorná-las, frente às exigências de reestruturação organizacional, implanta, em 1970, um modelo estrutural que não contempla os princípios básicos da reforma como o da racionalização na utilização de recursos materiais e humanos. Assim, além de manter as unidades tradicionais, criam-se outras e permite-se a proliferação de departamentos a quase uma centena. Essa estratégia de “interpretação” da reforma que visava antes restringir do que favorecer a emergência de grupos inovadores na instituição, deve, portanto, ser compreendida como mecanismo capaz de garantir e ampliar o poder dos grupos dominantes.

Ao adotar estratégia que privilegiava a preservação das bases de poder do grupo tradicional, a UFPr estabeleceu um confronto direto com os órgãos centrais da burocracia federal empenhados na modernização da universidade. Pressões das autoridades do MEC culminaram, em 1973, com nova estruturação da UFPr sintetizada com os objetivos da reforma: agregaram-se as múltiplas unidades existentes em setores. Este novo arranjo, autoritariamente imposto, constituiu um corte definitivo, no plano formal da estrutura anteriormente vigente, e favoreceu tanto a emergência de espaços para grupos inovadores, como o acirramento das críticas

à proposta da reforma, uma vez que as elites tradicionais não perderam o poder.

Nesta trajetória complexa, o Ciclo Básico constituiu ponto de controvérsia, mas não sofreu alterações significativas com a segunda mudança estrutural da universidade. É implantado em 1971, já com caráter propedêutico, em calculada estratégia para minimizar seu impacto sobre a estrutura da universidade. Não foi por acaso que desde o início procurou-se acentuar a articulações entre o Ciclo Básico e os cursos profissionais pela expressiva participação dos colegiados de curso na definição de uma proposta curricular.

O Estilo Adaptativo

Este estilo caracteriza-se pela articulação de duas dimensões cruciais. A primeira delas refere-se à capacidade de interpretar as políticas oficiais e traduzi-las em objetivos organizacionais, em consonância com as aspirações, interesses e perspectivas dos grupos dirigentes das universidades. A segunda tem a ver com a existência de uma propensão à mudança por parte das elites universitárias.

A capacidade de interpretar as políticas sociais é função do poder da instituição frente aos condicionantes políticos localizados no ambiente. Poder-se-ia alegar que a UFPr preenchia tais características. Prova-o a resistência à reforma, obrigando a uma quase intervenção branca do MEC para colocá-la nos trilhos da mudança. Por que não considerá-la, então, uma instância do estilo adaptativo, em lugar do conservador como foi classificada?

Embora condição necessária, o poder da instituição, que se reflete nesta autonomia relativa frente ao ambiente, não é suficiente para caracterizar o estilo adaptativo. A ele é preciso somar-se o comprometimento com a mudança. A UFPr embora institucionalmente forte pelos vínculos com o próprio sistema de poder autoritário, propiciados por sua liderança maior, carecia de orientação modernizadora. A interpretação das políticas oficiais tendia, neste caso, antes a conservar as estruturas pré-reforma que a acomodá-las com as novas linhas de ação ditadas pelo Ministério. Seu poder foi usado para resistir e todas as alterações levadas a efeito em 1970 foram apenas uma cortina de fumaça para encobrir as propostas conservadoras e tradicionalistas de suas elites.

O estilo adaptativo por sua própria característica pressupõe relativo pluralismo político no interior da instituição universitária. Adaptar é tanto acomodar interesses no plano interno da

instituição, quanto combinados com determinações originadas do ambiente externo. Supõe mudanças que integram diretrizes procedentes de instâncias superiores, mas implicam, necessariamente, negociações para dentro da própria universidade buscando formar coalizões com os vários setores que compõem a universidade. Além de processo decisório interno mais aberto, a existência de forte identidade institucional — traço aliás quase sempre correlacionado com poder e prestígio organizacional — é também requerido pelo estilo adaptativo.

A UFMG e a PUC ilustram este estilo organizacional. Tanto uma como outra vêm a reforma a partir de concepções e projetos institucionais capazes de traduzir, de acordo com suas lideranças, as intenções da lei. Neste sentido, a reforma foi vista como um instrumento conveniente e segue um curso distinto dos outros descritos pela nossa amostra.

A UFMG já havia, desde 1967, experimentado mudanças significativas em sua estrutura — criação dos Institutos Centrais — como resultante da capacidade de barganha dos grupos que representavam as aspirações inovadoras dentro desta instituição. Tais mudanças indicavam não apenas o reconhecimento legítimo deles dentro da arena institucional de negociação: esta é uma das características centrais do estilo decisório dessa universidade.

Ao lado das transformações preconizadas pela legislação — departamentalização, criação dos institutos básicos e órgãos colegiados — a UFMG manteve o formato das escolas tradicionais, retirando, simultaneamente, parcela do poder que anteriormente as caracterizava. Essa estratégia de mudança minimizou o impacto das medidas modernizantes frente aos focos de resistência representados pelas elites tradicionais sem, contudo, comprometer o caráter transformador da reforma. A adoção dessa estratégia revela o estilo de negociação política predominante no contexto da UFMG devido ao seu caráter institucional, que permite a existência de conflitos de interesse, sem que sua integridade seja ameaçada.

Em contraste com os casos descritos pelo modelo ortodoxo, os órgãos colegiados desta Instituição, incluindo os de nível superior, detinham e detêm, ainda, de fato, o poder deliberativo que lhes compete na estrutura formal, cabendo aos seus titulares o papel de intermediação política. Esta estratégia, por outro lado, dotou a instituição de recursos e condições suficientes para negociar, sem comprometer sua autonomia, com os atores poderosos do seu ambiente externo.

A implantação do Ciclo Básico na UFMG, caracteriza bem o estilo adaptativo. Neste, a resposta às incertezas geradas pela ambigüidade de objetivos é completamente oposta àquela adotada pelo estilo ortodoxo. Por um lado, os objetivos do ciclo básico são interpretados de forma a minimizar seu impacto institucional. Enfatiza-se o objetivo propedêutico e mantém-se a opção do vestibular. Por outro lado, permite-se que cada área interprete este objetivo segundo suas realidades específicas, levando, na prática, à implantação dos ciclos básicos com modelos organizacionais que diferem em formato institucional, critérios de funcionamento e estratégias de ensino adotadas.¹⁰

O estilo adaptativo da PUC apresenta feições distintas da UFMG. Diferentemente desta última, a construção de identidade institucional da PUC está diretamente vinculada à sua articulação com determinados setores relevantes da Igreja Católica: a Arquidiocese de São Paulo.¹¹

A estruturação da PUC em Universidade ocorreu sob a influência de dois fatores: o primeiro é a definição pela Igreja de uma nova missão para as Universidades Católicas na América Latina (Doc. de Buga, 1967), e o segundo é a ênfase que a nova legislação da Reforma deu à organização do ensino superior em Universidade. O primeiro fator possibilitou à entidade mantenedora definir com clareza um projeto ideológico que redirecionou o papel específico da PUC no contexto do ensino superior. O segundo proporcionou os instrumentos para implementação deste papel.

Neste quadro, a Reforma adquiriu significado relevante em duas dimensões: oferecia uma oportunidade de reestruturação administrativa e abria espaço para um questionamento do significado da prática pedagógica realizada pela Universidade. De forma semelhante ao caso da UFMG, a estratégia de mudança organizacional minimizou o potencial de conflito interno entre os grupos que privilegiavam uma ou outra destas dimensões. Estabeleceu-se um arranjo administrativo centralizado que assegurava o lugar das elites tradicionais na estrutura formal de poder e criaram-se novos espaços institucionais ocupados por atores emergentes, comprometidos com o aspecto pedagógico da reforma. É importante salientar que, neste caso, o fortalecimento destes novos grupos era relevante devido à vinculação ideológica que apresentavam com a nova missão assumida pela Entidade mantenedora.

O ciclo básico teve um significado crítico para este grupo. Dada a opção da PUC pela implantação de três tipos de ciclo básico, o grupo

inovador concentra-se no de Ciências Humanas, estruturando-o em moldes a permitir experimentação e renovação educacional.

Partia-se da percepção da inexistência de uma teoria de educação no ensino superior que privilegiasse o desenvolvimento da "criatividade e do espírito crítico", em contraste com a ênfase tradicionalmente dada à acumulação de conhecimentos especializados. A interpretação dos objetivos legais no sentido de realçar o caráter geral, humanista e educativo do ciclo básico, com suas implicações metodológicas no currículo, contribuiu para a formulação de um projeto de mudança institucional nucleado no problema pedagógico.

A viabilidade deste projeto é garantida inicialmente pelo alto grau de discreção do coordenador do ciclo básico no recrutamento de professores e pela contratação dos docentes em regime de 40 horas semanais de trabalho. Tais medidas asseguraram a coesão ideológica do grupo e seu maior comprometimento organizacional. Outro fator de relevo para o Ciclo Básico é a sua articulação com a pós-graduação criada na mesma época. Uma das exigências contratuais dos professores era a de concluir o mestrado, no prazo de 4 anos, na própria instituição.

Estilo Instrumental

Fundamental para o estilo instrumental é a articulação entre duas dimensões. A primeira é dada pelos constrangimentos organizacionais ao processo decisório; a segunda decorre das pressões para maximização da legitimidade oriundas do contexto institucional. Constrangimentos organizacionais ao processo decisório referem-se a limites preestabelecidos e explicitamente postos, dentro dos quais deverá se manter o jogo de interesses, caso se queira garantir a sobrevivência da instituição. Pressões para legitimidade referem-se à necessidade de manter uma imagem social que garanta respeito e credibilidade da organização, assim como a sua capacidade de manter autonomia frente ao Estado.

Essa lógica se aplica a um único caso da nossa amostra: a Universidade Gama Filho. Criada em 1972, resulta da agregação de escolas isoladas, e sua estrutura organizacional e acadêmica foi planejada em conformidade com a lei.

Neste contexto, a Reforma constituiu antes um recurso que um problema. A estruturação por Centros — Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas — e a departamentalização, concorreu decisivamente para minimizar as re-

sistências naturais dos focos de poder, alojadas nas escolas isoladas de maior prestígio.

O ciclo básico surgiu nesta Universidade, como no caso da UFFa, como um dos elementos integrantes do novo projeto institucional. Mantida a pré-opção no vestibular, estruturou-se em dois períodos, uma parte comum e geral a toda Universidade, e outra específica – com ênfase especial nos objetivos propedêuticos. Do ponto de vista organizacional, a coordenação geral centraliza-se no Reitor de Ensino Acadêmico, e sua integração horizontal é feita informalmente pelos Decanos dos Centros. As disciplinas são de responsabilidade dos departamentos e, dado o caráter propedêutico dos seus objetivos, podem sofrer enfoques distintos, de acordo com as demandas dos cursos profissionais.

Chama atenção, no caso da Gama Filho, a opção por uma função propedêutica do ensino básico. Esta característica resulta, pela lógica da interpretação sugerida anteriormente, da articulação entre duas dimensões organizacionais: o feito do processo decisório e as pressões sobre legitimidade. No primeiro aspecto, o espaço interno para negociação contém parâmetros explícitos que definem critérios claros de decisão. Um deles, comum a todas as Universidades, é a excelência acadêmica, o outro, específico à Gama Filho, é a eficiência econômica.

Conflitos encontram nesta Universidade uma instância definida para sua solução, o topo de sua estrutura administrativa, onde Universidade e Entidade Mantenedora se integram. Neste modelo os atores são conscientes de que há uma instância decisória, com poder de veto.

A segunda dimensão, pressões sobre legitimidade, resulta do dilema de ter que manter externamente uma imagem organizacional que equilibra a lógica empresarial com a lógica acadêmica. A solução deste dilema obrigou a Universidade a maximizar aquiescência legal para evitar a necessidade de barganhas com o Estado que comprometessem sua autonomia.

Ciclo Básico como Incorporação Institucional de Mitos da Tecnocracia

Como foi visto, a participação na formação das novas políticas educacionais ficou restrita aos grupos tecnocráticos do Ministério da Educação e Cultura. Para estes, a reforma deveria buscar a realização de três objetivos centrais: contribuir para o esvaziamento das tensões políticas e ideológicas que transformavam as universidades públicas em focos de contestação ao regime; promover maximização da adequação da

universidade às demandas tecnológicas e ocupacionais do desenvolvimento econômico; e, enfim, implantar o modelo de integração orgânica do sistema educacional que, a médio prazo, sintonizaria a educação às necessidades do desenvolvimento econômico.¹²

O ciclo básico ganhou saliência no projeto autoritário de mudança na medida em que assumiu a aparência, para a burocracia educacional, de resposta a estes problemas. A questão do acesso à universidade, dramatizado pela emergência do excedente, poderia ser (como foi) eliminada através do vestibular classificatório, com a vantagem de neutralizar a oposição do movimento estudantil. Mas a questão do acesso, para a tecnocracia, transcendia o problema conjuntural do excedente. A magnitude e a conformação das curvas de demanda por carreiras ocupacionais diagnosticavam, a um só tempo, disfuncionalidades do ensino de 2.º Grau e desajustes entre as necessidades de recursos humanos do sistema econômico e as aspirações ocupacionais dos jovens.

Assim, o ciclo básico tornou-se um espaço institucional estratégico para a implementação da reforma universitária, em dois sentidos. Ao propor a "recuperação de falhas anteriores" e a "preparação para estudos ulteriores" propiciou a implementação do modelo de integração orgânica entre os diversos níveis de ensino. Além disso, à medida em que sua criação é consequência da eliminação da pré-opção de carreira no exame vestibular, o Ciclo Básico torna-se, aos olhos de seus idealizadores, instrumento de adequação das aspirações ocupacionais dos estudantes às demandas do crescimento econômico. Cabe precisar melhor estes pontos.

O mito da integração orgânica tem origem dupla. Primeiro, na difusão do paradigma de sistemas que estava em voga nos domínios de saber social aplicado. Especialistas e planejadores reiteravam, à época, o caráter complexo e interdependente da realidade. Nesta perspectiva não bastavam para garantir eficiência ações tópicas e parciais. Era preciso dar-se conta da multiplicidade das relações e armar a política com uma visão compreensiva do funcionamento da realidade.

A segunda origem do que se poderia chamar mito da integração orgânica é a percepção dominante nos meios da tecnocracia educacional de que o sistema econômico brasileiro, por seu dinamismo, exigia crescente diversificação ocupacional de recursos humanos, requerendo a instrumentalização do sistema de ensino para responder a esta demanda.

Através da profissionalização do ensino médio, buscava-se eliminar resquícios elitistas que opunham educação geral e educação técnica. Supunha-se com essa medida, por um lado, que parte da demanda das populações urbanas por educação superior seria contida e, por outro, que o mercado seria provido de profissionais com formação técnica mais ajustada às suas necessidades.

O vestibular com pré-opção tornava visível o perfil de prestígio social das profissões e, na visão dos tecnocratas, contribuía para que este perfil se transformasse, ao longo do tempo, em "profecia autocumprida". Era necessário, portanto, eliminar os custos — individuais e coletivos — do efeito da variável prestígio social sobre os processos de escolha ocupacional dos estudantes e criar algum mecanismo organizacional onde critérios racionais de escolha tais como a avaliação de motivações latentes, habilidades ou oportunidades potenciais de mercado fossem sobrepostas às variáveis sociais. Este mecanismo foi o ciclo básico onde a exposição à universidade e a orientação de especialistas, presumivelmente, neutralizaria os efeitos sociais na determinação da escolha ocupacional dos estudantes.

Esta é a lógica que orientou o programa do ciclo básico e que transformou um item secundário (e mesmo indesejável) da ordem de preferência dos grupos acadêmicos em objetivo prioritário das reformas para as autoridades educacionais. O ciclo básico contribuía para a legitimação das políticas de reforma universitária no contexto político de sua formulação reafirmando o caráter modernizante e sistêmico das reformas educacionais e seu objetivo de substituir o caráter de bem simbólico da educação por considerações de utilidade e instrumentalidade.

A história da implementação do ciclo básico na universidade brasileira pode ser lida como o relato do naufrágio destas intenções. As vicissitudes das instituições que optaram pelo estilo ortodoxo evidenciam que não faltou empenho, por parte da instituição acadêmica, em implementar as normas legais. O que as levou a convergir (junto com as próprias autoridades) para modelos propedêuticos de ciclo básico é a verificação empírica da inconsistência entre objetivos formalmente perseguidos e as respostas a sua implementação.

Esta verificação ocorreu quando os mecanismos organizacionais de "correção" do processo de escolha ocupacional dos estudantes apresentaram resultados opostos aos esperados pelos inovadores. A eliminação da pré-opção no vestibular levou a ampliação do que se pretendia eliminar — o efeito de variáveis sociais sobre o perfil

de demanda ocupacional dos estudantes. Isto porque a crítica a definições precoces de escolha de carreira não considerava o significado para o estudante da pré-opção no exame vestibular. A relação candidato-vaga oferecia aos estudantes informações sobre suas chances reais de ingresso na universidade. O alto grau de competição observado nas carreiras de alto prestígio era um estímulo para avaliações racionais de competência ou de escolhas alternativas menos custosas. Suspensa esta barreira, a competição por posições escassas passava a se travar dentro da universidade, entre estudantes detentores de direitos e prerrogativas e expostos às mesmas influências ambientais que moldavam as escolhas ocupacionais dos candidatos à universidade, no regime de pré-opção.

As universidades verificaram que o efeito imediato de decisões "ortodoxas" foi a internalização das pressões ambientais por acesso a carreiras de prestígio. O "excedente interno" tornou-se problema central transformando o ciclo básico em complexas e inócuas seqüências de exames de seleção, muitas vezes avaliados pela justiça, na forma de mandados de segurança que garantiam direitos e prerrogativas adquiridos por estudantes.

Mas a prática de ciclos básicos gerais ou por áreas, ao introduzir incertezas na distribuição de estudantes por cursos, demonstrou a precariedade dos mecanismos de articulação entre a formação a nível básico e a profissional. Entretanto, também as instituições que optaram por outras estratégias enfrentaram este problema.

Onde se adotou o primeiro ciclo com caráter geral, a disfunção entre o básico e o profissional explicitou-se na falta de estudantes orientados para carreiras de menor prestígio, o que acarretou ociosidade e o desempenho institucional destes cursos.

Onde se adotou o primeiro ciclo com caráter propedêutico, esta disjunção se revela com maior nitidez na esfera pedagógica do que na área administrativa. Grupos profissionais ressentem-se da irrelevância ou insuficiência de currículos básicos e de sua pouca participação na definição curricular da formação básica. Disputas sobre temas instrucionais adquirem rapidamente contornos políticos.

No caso das instituições que adotaram o estilo ortodoxo, o retorno ao vestibular com pré-opção e ao ciclo básico com objetivos propedêuticos, se eliminou os custos administrativos, apontados anteriormente, fez adquirir saliência os conflitos de natureza acadêmica, que já eram centrais nas demais instituições. Neste momento, o fracasso do ciclo básico põe a nature-

za das promessas sobre as quais se assentava: um conjunto de crenças sobre a eficiência da universidade como agente de ressocialização do estudante e sobre a capacidade do Estado de impor seu modelo de integração orgânica ao sistema de ensino como pré-condição da articulação entre economia e educação. O ciclo básico incorporava, nas universidades, estes dois mitos da tecnocracia educacional.

Ciclo Básico e Mudanças Organizacionais na Universidade Brasileira

É importante salientar que, ao incorporar os mitos sistêmicos e ressocializadores da tecnocracia educacional, o ciclo básico adquiriu uma identidade própria no contexto universitário. Ao abandonar os objetivos de orientação do estudante para opção de carreira e de correção de falhas da formação anterior e voltar-se para a implementação de objetivos propedêuticos, tornou-se, apenas, um nível de organização das interdependências curriculares que compõem um curso profissional.

O desdobrar da implantação do ciclo básico mostrou um retorno a políticas educacionais tidas antes como signos da disfuncionalidade e da irracionalidade do sistema universitário. Inovações nas práticas institucionais, amplamente valorizadas no contexto inicial de implementação do ciclo básico, são interrompidas e esquecidas. Enfim, a própria questão do ciclo básico, tão central na agenda das autoridades educacionais, tornou-se secundária frente a temas como a qualidade de ensino, a organização da pós-graduação ou a formulação de modelos políticos de ampliação da participação de professores e estudantes no governo das universidades.

O fracasso da experiência do ciclo básico, na perspectiva dos objetivos oficiais da reforma, contrasta com o sucesso da implementação de programas reformistas como a extinção de cátedras, a departamentalização, a introdução da pesquisa como um dos elementos definidores do papel acadêmico, a institucionalização da pós-graduação e a centralização administrativa. Ou seja, os objetivos de erosão das bases da dominação política "quase-feudal" das profissões tradicionais e de racionalização da administração acadêmica foram eficientemente cumpridos e, ao contrário da visão convencional que tende a atribuir à resistência organizacional a frustração de políticas públicas de reforma, as instituições estudadas se mostraram capazes de mobilizar energia, imaginação e criatividade para responder a estímulos ambientais para mudança.

Na realidade, a implementação da política de reforma universitária revelou que organizações mudam, mas raramente no sentido determinado pelas intenções dos formuladores da política. A decisão da UFMG e da PUC de interpretar as determinações oficiais sobre o ciclo básico e o exame vestibular não significou uma sabotagem organizacional dos objetivos reformistas da tecnocracia, mas a utilização organizacional da autoridade do Estado para a realização de mudanças intencionalmente desejadas por suas elites. Da mesma forma, a trajetória do ciclo básico nas instituições que adotaram o modelo ortodoxo mostrou que nem sempre a pronta resposta a mudanças significa efetividade. A convergência destas últimas instituições para modelos propedêuticos de ciclo básico, demonstrou entretanto, que também foram capazes de avaliar sua experiência e corrigir a rota das políticas educacionais. A análise da experiência de implementação do ciclo básico permite, portanto, uma exploração tanto na relação entre intenções da burocracia pública e respostas organizacionais quanto dos padrões de mudança em organizações educacionais.

Ciclo Básico: Uma Solução Institucional para Múltiplos Problemas Organizacionais

Como foi visto, a reforma abriu para as universidades brasileiras uma oportunidade de escolha. Mais precisamente, o programa do ciclo básico definiu um espaço novo de decisão que articulava frouxamente mitos tecnocráticos com problemas percebidos pelas elites inovadoras nas universidades como fundamentais para uma reforma universitária. Um desses problemas era o da departamentalização. Na medida em que a implantação do ciclo básico implicava a dissociação entre conteúdos disciplinares "básicos" e profissionais, oferecia um poderoso estímulo à organização de departamentos como unidades da divisão do trabalho acadêmico. Embora a experiência tenha demonstrado que a estrutura departamental não necessitava do ciclo básico para sua implementação, a ênfase das autoridades na implantação do ciclo básico contribuiu para a realização deste objetivo das elites acadêmicas.

O Ciclo Básico articulava-se também com o que se poderia chamar de problema de institucionalização da ciência básica na universidade brasileira. Implicava por um lado, ênfase maior em pesquisa como objetivo acadêmico e como suporte a programas de pós-graduação e, por outro, a mudança dos critérios de dominação política na universidade, centrados nas profis-

ções tradicionais. Mais do que o programa do ciclo básico, a entrada de excedentes na universidade contribuiu para a formação, nos departamentos básicos, de uma massa crítica capaz de definir e implementar linhas de pesquisa. Mas o problema político é mais complexo.

Os casos polares da UFPr e UFPA demonstram a complexidade das mudanças de poder em instituições acadêmicas. Na primeira, as elites recrutadas nas escolas profissionais resistiram às mudanças, cerimonialmente implementadas. Em contraste, a UFPA extinguiu as escolas profissionais, culminando com a implementação do chamado modelo "cêntrico", tão claro neste período às autoridades educacionais. Com tal medida, minimizou-se o poder das faculdades e escolas tradicionais mas impôs-se também custosas limitações à expressão política dos grupos de interesse na universidade.

As universidades que optaram por um estilo adaptativo da reforma, por outro lado, usaram da extinção da cátedra e da institucionalização da área básica como recursos de mudança política. Mas, paralelamente, houve negociação com as elites tradicionais, evitando, ao mesmo tempo, a rigidez conservadora e a centralização excessiva. De qualquer forma, a extinção da cátedra, mais do que o ciclo básico, contribuiu para a alteração da estrutura de poder das universidades. Onde o ciclo básico tomou formas ortodoxas tendeu a ocorrer centralização de poder, colocando, como nos ensina o caso da UFPA, barreiras de novo à representação pluralista de interesses.

Finalmente, o ciclo básico articulava-se com o problema da democratização do ensino, na medida em que, se supunha, contribuía para a redução dos custos da educação superior, quer pela centralização do ensino básico, quer pela orientação para opção de carreira. Este último presumido mecanismo de redução dos custos do ensino revelou-se inócuo, como já se analisou anteriormente. Na verdade, embora não se disponha de dados, há indicações de que o ciclo básico implicou custos adicionais. Não apenas os custos administrativos do modelo ortodoxo, como também os decorrentes da associação do ensino a grande número de estudantes, ministrado por departamentos no regime de matrícula por disciplina.

Instituições que optaram pelo modelo ortodoxo se viram na contingência de recrutar às pressas numeroso contingente de professores de português ou educação moral e cívica, sem passar por seleção, tornando difícil a absorção deles em outras áreas da universidade. Além disso, o ciclo básico nestas instituições teve pouco im-

pacto sobre as atividades instrucionais, na medida em que ocupou-se predominantemente com problemas de distribuição de estudantes por vagas na universidade.

As universidades que adotaram o modelo adaptativo minimizaram este problema, o que lhes permitiu enfatizar a questão da qualidade de ensino básico, enfocada em termos de oferta de ensino uniformizado a clientela diferenciada. Visava-se o nivelamento da formação básica de diferentes profissionais e, em consequência, a construção de linguagens científicas comuns que contribuiriam, a médio prazo, para alterações na hierarquia ocupacional em cada área. Este era um objetivo perseguido pelo ensino integrado no ICB-UFMG e, sinais ideológicos trocados, pelo ciclo básico de ciências humanas da PUC. Entretanto, os modelos adaptativos, assim como as universidades públicas em geral, subcreveram a hipótese de que o nível de qualificação dos professores afeta a qualidade do ensino, o que implicou em investimentos elevados na formação profissional dos professores e na contratação de substitutos para docentes que se preparavam no exterior. O incremento das qualificações teve efeito positivo sobre a orientação para a pesquisa, mas pouco se ganhou com a experiência do ciclo básico em termos da democratização do ensino. Absorvidos os excedentes, não houve aumento significativo na oferta de vagas na universidade pública brasileira.

O programa do ciclo básico apresentava-se, portanto, como uma solução disponível para diversos problemas experimentados pelas universidades brasileiras. Na medida em que se constituía em intenção central das autoridades educacionais, sua implementação pelas universidades acarretava ou neutralização de pressões ou ganhos substanciais na forma de recursos financeiros e prestígio, derivados da demonstração cerimonial de conformidade às instruções oficiais. Mas, como procurou-se mostrar neste artigo, o uso organizacional dos mitos da burocracia pública está condicionado aos interesses e clivagens políticas das elites de cada instituição, que definem os parâmetros de interpretação institucional das intenções e dos objetivos das políticas de reforma.

Assim, a elite da UFPr interpretou a política de reforma como ameaça à estabilidade de seu poder institucional e desenvolveu uma política ambivalente onde a aparência de adequação aos objetivos públicos de reforma convivia com a manutenção das bases de dominação da elite sobre as políticas da universidade. Em contraste, o ciclo básico ofereceu às elites inovadoras e politicamente emergentes da UFMG e da PUC

uma oportunidade de legitimação de um novo modelo de universidade que instituiu a sua estrutura interna de poder. As diferentes trajetórias de implementação do ciclo básico na UFPa, por um lado, e na UFCE e na UFRGS, por outro, apontam para outras configurações de mudança política em universidade. A UFPa percebeu, na adoção de um modelo rigidamente burocrático, uma oportunidade de *edificação institucional, cimentada pelos ganhos decorrentes da conformidade às instruções oficiais*. Já na UFCE e na UFRGS, a adoção inicial do modelo ortodoxo encontrou a resistência de grupos de interesse acadêmicos que entravam em conflito com as tendências centralizadoras da administração. Nestas universidades, ao contrário do caso paraense, os custos da implementação do ciclo básico foram atribuídos ao centralismo burocrático e, com alguma rapidez, *as elites acadêmicas adquiriram controle sobre a formulação de políticas educacionais das instituições*. O caráter empresarial da Gama Filho, enfim, implicou barreiras tanto à adoção crítica de políticas públicas quanto a conflitos de perspectivas educacionais de grupos internos.

Ciclo Básico e Processos Organizacionais de Aprendizagem

A revisão destas experiências de mudança organizacional no ensino revela que é alta a capacidade do Estado de transformar instituições educacionais, embora esta capacidade esteja condicionada às definições, pelas elites acadêmicas, de identidade e integridade institucional, que contribuem decisivamente para o afastamento dos cursos reais de mudança, em relação às intenções das políticas de reforma. Mas, por outro lado, ela nos ensina também algo sobre reações institucionais à ambigüidade dos objetivos reformistas da burocracia pública.

Estas reações evidenciam-se na curiosa trajetória das diversas experiências de implementação do ciclo básico. Pontos de partida tão diferenciados convergem, após 1973, para um tipo quase único de ciclo básico, caracterizado pelo abandono das pretensões generalizantes do modelo ortodoxo, através de uma adoção unânime de cursos específicos para carreiras ocupacionais específicas. A questão a explicar neste ponto é como instituições interpretam seu desempenho na implementação de políticas públicas educacionais e reagem a sinais definidos como evidências de fracasso dos resultados substantivos da implementação de novas políticas. Uma avaliação dos efeitos do objetivo "orientação do estudante para opção de carreira" permite algu-

mas considerações sobre os processos de aprendizagem organizacional das universidades estudadas.

A concentração da demanda estudantil nas carreiras ocupacionais de alto prestígio social aparece, nas instituições que caracterizavam um estilo ortodoxo, como indicador do fracasso da experiência. Entretanto, tal concentração, em si mesma, não deveria configurar um fracasso, antes evidenciava a ambigüidade do objetivo oficial e seu caráter de mito, mais que de meta: as instituições que adotaram as crenças tecnocráticas para reduzir os graus de ambigüidade dos objetivos da reforma acreditavam que a eliminação da pré-opção no exame vestibular orientaria grande parte dos estudantes para o curso de Ciências Biológicas, às expensas do curso de Medicina, ou para Matemática, ao invés de Engenharia. Em outras palavras, a concentração da demanda estudantil em algumas carreiras era uma consequência não-antecipada da ação organizacional que introduzia um grave problema de controle da distribuição de estudantes pelos diversos cursos profissionais das instituições.

Teorias recentes sobre instituições educacionais enfatizam o caráter problemático do controle nestas organizações.¹³ Este recai sobre o sistema de classificações rituais utilizado pelas escolas — quem é o professor, o estudante, qual o currículo, que certificados são oferecidos — e tem pouco impacto sobre as atividades substantivas da instituição — o que se ensina e o que se aprende. Ora, as universidades que adotaram o modelo ortodoxo de ciclo básico perderam o controle sobre a classificação ritual "estudante" — a adoção do exame vestibular sem pré-opção de carreira subverteu a oferta de matrículas por curso das instituições. Assim, estas perceberam o fracasso de sua experiência quando foram compelidas, por pressão da demanda interna ou como resposta a decisões judiciais, a ampliar excessivamente o número de vagas disponíveis para certas carreiras (o que implicava ampliação da inadequação do ensino às demandas, quantitativas e qualitativas, do mercado). Mas esta ampliação implicou também a emergência de conflitos internos, pelo descontentamento dos grupos ligados aos cursos de pouca demanda em relação a sua situação de desemprego institucional. Onde a estrutura organizacional ofereceu espaços institucionais legítimos de vocalização e decisão, a aprendizagem foi mais rápida, assim como a correção dos cursos da mudança. Em contraste, instituições mais centralizadas e receptivas a diretrizes oficiais dependeram da mudança de rota das próprias autoridades.

des educacionais para alteração de políticas inadequadas.

Também as instituições que adotaram um estilo adaptativo de ciclo básico aprenderam com a experiência a abandonar interpretações ambiciosas de ciclo básico como oportunidade de amplas inovações na tecnologia educacional — mesmo limitadas a área específica de conhecimento. Na medida em que foi mantida, a pré-opção no exame vestibular, o ciclo básico, nestas instituições, evitou a rotina de continuados exames vestibulares, seus grupos acadêmicos encontraram motivações para investir — dada, inclusive, a disponibilidade de recursos ambientais para tanto — em inovações voltadas para o incremento na qualidade de ensino, na suposição de que resultassem de novas tecnologias de ensino alterações nos perfis de qualificação das profissões das diversas áreas. O caso do ICB-UFMG é exemplar. Buscava-se, a partir das orientações ideológicas que enfatizavam a integração paradigmática da ciência biológica e da definição do

estudante como matéria-prima uniforme, uma definição curricular que tornasse irrelevante a pré-opção, socializando os mesmos conhecimentos para todos os estudantes da área biológica. A prática desta inovação implicou resultados substantivos análogos aos experimentados pelas instituições que adotaram o estilo ortodoxo, na forma de um amplo represamento, no ciclo básico, de estudantes dos cursos de menor demanda. As instituições “adaptativas” aprenderam com o represamento a ambigüidade da tecnologia educacional — esta não foi capaz de alterar a elevada correlação entre classificação no vestibular e desempenho acadêmico. Assim, à descoberta das ambigüidades de propósitos das autoridades educacionais é adicionado o reconhecimento das ambigüidades de tecnologia e o resultado destes processos organizacionais de aprendizagem é a institucionalização do ciclo básico com objetivos apenas propedêuticos.

(Recebido para publicação em setembro de 1985)

Notas

1. Ver a propósito N. P. Mouselis, *Organizations and Bureaucracy: An Analysis of Modern Theories*, Chicago, Aldine, 1969, e C. Perrow, *Complex Organizations: A Critical Essay*, Glenview, Scott Foreman Company, 1972.
2. Ver J. March and J. P. Olsen, *Ambiguity and Choice in Organizations*, Bergen, Norway: Universitetsforlaget, 1976; M. D. Cohen, J. G. March and J. P. Olsen, “Garbage Can Model of Organizations Choice”, *Administrative Science Quarterly*, 17:1-25, 1975; M. W. Meyer (ed.), *Environments and Organizations*, S. Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1978; K. Weick, “Educational Organizations as Loosely-coupled Systems”, *Administrative Science Quarterly*, 21:1-19, 1976.
3. J. W. Meyer and B. Rowan, “Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony”, *American Journal of Sociology*, 83, n. 2, 1977, pp. 340-366.
4. P. Selznick, *Leadership in Administration*, Evanston, III, Row, Peterson, 1957.
5. J. Presman and A. Wildavsky, *Implementation*, Berkeley, University of California Press, 1973.
6. “O concurso de habilitação tem por finalidade classificar os candidatos aos cursos superiores de graduação no limite das vagas fixadas por estabelecimentos e reunir dados uniformes para posterior observação e orientação após a matrícula”.
“O concurso de habilitação é, assim, o estágio intermediário de um processo de seleção a longo prazo que principia na fase terminal da escola média e se conclui, em relação aos estudos profissionais, no período inicial dos cursos de graduação”.
“Para atender esta nova característica do Concurso de Habilitação, é de toda conveniência que, ao estruturar os cursos superiores de graduação se adote o critério de escaloná-los em ciclos sucessivos de estudos, dos quais o primeiro seja básico e, ao mesmo tempo, seletivo para o ciclo profissional imediato de um curso ou de uma ordem de curso afim”. Parecer CFE 58/62.

7. Estes debates se prolongaram ainda em 1976, são levantados no X Seminário de Assuntos Universitários. Nele a Prof.^a Nair Fortes Abu-Merthy apresenta um documento onde analisa o Ciclo Básico, suas funções, problemas de implantação e funcionamento e propõe normas operacionais para seu funcionamento.

8. Ver, em anexo, apêndice com a cronologia dos eventos.

9. De 1973 a 78, o ciclo básico nesta Universidade adquire feições completamente novas. Abre-se um espaço institucional para negociação entre os diversos atores relevantes da Universidade, estimula-se a participação e experimentação inovadora no sistema de ensino, ampliando, assim, suas bases de legitimidade. Neste momento o Ciclo Básico inicia uma trajetória bem diversa daquela do período anterior cujo perfil se assemelha muito mais a um estilo adaptativo do que o ortodoxo que caracterizou o primeiro momento da experiência. Dada, entretanto, a ênfase deste estudo no período de implantação do ciclo básico em termos comparativos, considerou-se apenas o primeiro ano de vida desta experiência.

10. No caso do ICB o modelo organizacional foi tão radical como no estilo ortodoxo. O sistema de ensino foi implementado nos moldes de ensino integrado cujas normas de funcionamento seguiam critérios de mais estrito controle pedagógico e organizacional. A respeito ver Antonio Luiz Paixão, "A Criação de uma Organização Moderna", In E. Campos Coelho (ed.), *Estudos Organizacionais*, Rio de Janeiro, CEBRAE, 1980, pp. 151-168.

11. Esta articulação tem um vínculo informal, pois a PUC é entidade civil subordinada a uma entidade mantenedora – Fundação S. Paulo – presidida pelo Cardeal Arcebispo Metropolitano de S. Paulo.

12. Ver L. Gardenal e A. L. Paixão, "Ciclo Básico na Universidade Brasileira: Temas e Problemas Principais", S. Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, n. 41, maio, 1982.

13. Ver J. W. Meyer and B. Rowan, "The Structure of Educational Organizations", in M. W. Meyer (ed.), *Environments and Organizations . . . op. cit.*

Apêndice

Cronologia dos Eventos

1967

UFMG – Início de funcionamento do ICEX, reunindo os departamentos de Física, Matemática e Química originados da antiga Faculdade de Filosofia e professores das mesmas cadeiras da Faculdade de Farmácia.

– Ainda na UFMG, estudos em andamento para a criação do ICB.

1968

UFMG – Aprovada sua nova estruturação, distribuindo cursos e atividades em 2 sistemas: básico e profissional; mantendo a pré-opção no exame vestibular e ciclos básicos congregando setoriamente cursos afins.

1968

UFMG – Início de funcionamento do ICB, reunindo o departamento de História Natural da antiga Faculdade de Filosofia e pessoal docente e técnico das disciplinas básicas dos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Veterinária e Enfermagem.

1970

UFMG – Define o “Primeiro Ciclo” inicialmente nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas: Há o “Ciclo Básico Geral” – conjunto de conhecimentos básicos necessários ao profissional de quaisquer dos cursos de mesma área – e o “Ciclo Básico Específico” – conjunto de conhecimentos específicos para cada carreira.

– Reestruturação do ICEX-UFMG, que para de receber alunos dos cursos de Engenharia, Arquitetura, Geografia e ICB.

UFPA – Reestruturação e implantação do vestibular unificado e classificatório por áreas e de ciclo básico também por área.

PUC-SP – Seminários sobre departamentalização e Ciclo Básico: resistências a um ciclo básico único e manutenção do vestibular com pré-opção.

1971

PUC-SP – Início da implantação da reforma universitária e do ciclo básico, com três áreas: Matemática-Física, Ciências Biológicas e Médicas e Ciências Humanas e Educação.

UFMG – Implantação do ensino integrado no ICB.

UFPr – Mudança estatística e início do ciclo básico mantendo a pré-opção no vestibular.

1972

UFCE – Implantação da reforma universitária e do ciclo básico, único para toda universidade e do vestibular classificatório.

– No 2.º semestre, tentativa de reforma onde cada curso elogia a disciplina básica de seu interesse (rejeitada pelo CFE).

UFRGS – Implantação do ciclo básico, único e comum para todos os estudantes com exame vestibular unificado por áreas e 50% dos estudantes optando por carreiras em função do desempenho no ciclo básico.

GAMA FILHO – Implantação do ciclo básico por áreas.

1973

UFMG – Início de atividades do ciclo básico de Ciências Sociais, recebendo estudantes dos cursos de Direito, Economia, Administração de Empresas, Ciências Sociais, Comunicação Social e História e integrando administrativamente a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

UFPe – Ciclo básico reestruturado e duas áreas – Ciências e Humanidades.

UFRGS – Reestruturação do ciclo básico, com as comissões de carreira dos diversos cursos definindo as disciplinas que o compõem.

1974

UFPA – Retorno ao exame vestibular com pré-opção.

UFPr – Adoção das determinações da reforma universitária.

1975

UFMG – Reformulação do currículo do ciclo básico de Ciências Sociais, voltado para a compreensão da realidade social como totalidade e da formação de sociedade brasileira atual; ele passa a receber estudantes dos cursos de Filosofia, Biblioteconomia, Pedagogia e Letras.

1976

UFMG – Fim do ensino integrado no ICB.

1978

UFMG – Nova reforma curricular do ICB.

1981

UFPe – Nova reestruturação, com a criação de 8 grupos de cursos afins.

Pesquisas em Andamento*

Andrade, Maria Antonia Alonso de (NDIHR/UFPe)

Estudos de Estrutura de Poder Regional

Levantamento de acervo documental e elaboração de textos didáticos a nível da graduação sobre quatro temas referentes à estrutura de poder paraibana: Revolução de 30, familismo e política, oligarquias e partidos e eleições, no período republicano. Adaptação destes textos, numa segunda etapa, para os níveis do primeiro e segundo graus de ensino.

Dip: 1985/Dpc: 1989/Ep/Pub: *Nordeste Eleições*, Fortaleza, Ed. Massangana, 1985 (em colaboração); "Clientelismo Político e Máquina Estatal nas Eleições de 1982", *Textos/NDIHR*, n.º 8, 1985.

Ary, Zaira (UFCE)

Sexualidade e Religião: Análise Sociológica dos Fundamentos Cristãos para os Papéis de Gênero Masculino e Feminino. O Enfoque da Teologia da Libertação.

Pesquisa do significado social da feminilidade-maternidade *versus* masculinidade-paternidade, vistos como modelos condicionadores da histórica desvalorização/mitificação da mulher na teologia cristã/católica (Teologia da Libertação diferente das Teologias tradicionais?), tendo como pano de fundo o estudo da *repressão sexual* vista como um componente "implícito" à moral católica, tal como é sustentada e difundida pela Igreja Católica. Estudo de algumas de suas "manifestações" tais como aquelas

*Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; pesquisador(es) associado(s); título do projeto; breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (Dip); Data prevista para conclusão (Dpc); Estado atual da pesquisa: Estudos preliminares (Ep); Versão preliminar (Vp); Publicada (P); Pesquisa de campo (Pc); Versão definitiva (Vd); Instituição(ões) financiadora(s) (Fin); e Publicações recentes relacionadas com a pesquisa, incluindo referências completas (Pub).

que se encontram articuladas na Família (sexo regulamentado) e em seus "complementos": Prostituição ("mal necessário"); Pornografia ("pseudo-liberação") e Homossexualidade ("negação do casal heterossexual").

Dip: 1983/Vp/Pub: "Algumas considerações sobre a missão da família e o modelo de família conforme o Serviço de Pastoral Familiar da Igreja Católica - Encontro de Casais com Cristo (ECC)", mimeo; "Masculinidade-Feminilidade como modelos e/ou mitos sociais: pesquisa dos fundamentos cristãos", mimeo.

Barreira, César (UFCE)

Movimentos Sociais e Estrutura de Poder no Sertão

Prendemos, basicamente, estudar a questão política no Sertão do Nordeste. Para tanto privilegiaremos dois aspectos: a estrutura de poder e os movimentos sociais dos trabalhadores rurais. Esta escolha partiu da constatação de que para entendermos a questão política no Sertão, com suas contradições e sua dinâmica, consolidação e superação, deveríamos analisar como as lutas sociais incidem sobre a estrutura de poder.

Dip: 1982/Dpc: 1986/Vd/Fin: CNPq (parte)/**Pub:** "A Parceria e a Questão Política no Campo". *Revista de Ciências Sociais*, vol. X, n.º 1 e 2, 1979; "Direitos e Obrigações: momentos de um confronto". São Paulo, 1984, mimeo; "Movimentos Populares no Meio Rural do Nordeste". *Boletim da CPT*, n.º 26, 1984.

Barreira, Irllys Alencar Firmo (UFCE)

Movimentos Urbanos em Fortaleza

A pesquisa busca analisar o surgimento dos movimentos urbanos, principalmente na década de 70, atentando para as seguintes questões: como os moradores, a partir de suas práticas e percepções sobre a realidade constroem os movimentos; como essas práticas articulam-se a instituições como a Igreja e partidos políticos no interior dos movimentos.

Dip: 1984/Dpc: 1986/Vd/Fin: CNPq/Pub: "Igreja: Discurso e Ação Pastoral (Análise da reflexão religiosa sobre a questão urbana)". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 12/13, n.º 1/2, 1981/82.

Bastos, Rafael José de Menezes (UFSC)

Música e Ritual no Alto Xingu

Descrição e análise do ritual xingano do Yawari, tomada a música como foco, interrela-

cionadamente com o mito, a cosmologia e a estrutura social.

Dip: 1981/Dpc: 1986/Vd/Fin: CNPq, CAPES/**Pub:** "O mundo acústico dos Kamayurá: os estranhos sons que não percebemos". *Atualidade Indígena*, 1977, 3:24-31; "A Musicológica Kamayurá: para uma Antropologia da Comunicação no Alto-Xingu". Brasília, Fundação Nacional do Índio, 1978; "The nucleus-periphery structure as a rationale to the genealogical conception theory of the Kamayurá Indians of Upper Xingu (Central Brazil)". Comunicação apresentada à 79.ª Região da American Anthropological Association, Washington, 1980; "Músicas e Sociedades no Brasil: o Estado da Questão". Comunicação de abertura ao GT de mesmo nome, 13.ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA). São Paulo, 1982; "Music and Society in Brazil: an Introduction to Brazilian Musical Language". *Cultures*, 1982, 8 (2): 53-70; "Sobre a noção de tutela dos Povos e Indivíduos Indígenas pela União", In Sílvio C. dos Santos (org.), *O Índio Perante o Direito*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1982; "Myth, music and dance in the formation of ritual discourse among the Xinguanos indians of Central Brazil". Comunicação apresentada ao 13.º Congresso da International Musicological Society, Strasbourg, 1982 (a sair nas *Actes*); "Música, cultura e sociedade no Alto-Xingu: a teoria musical dos índios Kamayurá". No prelo: *Festschrift* para I. Aretz; "O 'payemeramaraka' Kamayurá: uma contribuição à etnografia do xamanismo no Alto-Xingu". *Revista do Museu Paulista*, no prelo; "Sistemas políticos, de comunicação e articulação social no Alto-Xingu". *Anuário Antropológico/81*, 1983, pp. 43-59; "Cargo anti-cult no Alto-Xingu: consciência política e legítima defesa étnica". *Boletim de Ciências Sociais*, UFSC, no prelo; "Nas asas da canção: impressões sobre a arte vocal dos índios Suyá". *Anuário Antropológico/82*, pp. 360-369; "Músicas e Sociedades no Brasil: perspectivas teórico-metodológicas". Comunicação de abertura ao GT de mesmo nome, 14.ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, 1984.

Beck, Anamaria (UFSC)

Redes de Intermediação da Produção Artesanal

Análise das redes de intermediação da produção artesanal e da articulação destas redes, partindo do pressuposto de que as relações sociais que as fundamentam têm caráter não econômico. Isto é, decorrem de relações de paren-

tesco, vizinhança, compadrio e outros. A área de abrangência do projeto é o litoral de Santa Catarina e envolve formas de produção artesanal como a pesca, a renda de bilro, a farinha de mandioca, entre outros. Os intermediários são os pombeiros, as rendeiras e os(as) vendedores(as) que em diferentes níveis enviam para fora das comunidades litorâneas o produto artesanal, remetendo-o a diferentes compradores e/ou consumidores.

Dip: 1985/Dpc: 1987/Ep/Fin: UFSC.

Brandão, Maria do Carmo Tinôco & Hartel, Dietlinde Maria (UFPE)

O Modelo Ideológico de Dominação Masculina atuando no Corte ou Desvio das Aspirações Profissionais Femininas. Uma Pesquisa Exploratória entre Funcionárias Públicas.

A pesquisa pretende analisar como o modelo ideológico de dominação masculina, vigente em nossa sociedade, influencia e determina comportamentos de homens e mulheres. Serão desnudados aspectos desta dominação empregada sutilmente ou não, possibilitando cortes ou desvios de aspirações profissionais femininas. Serão utilizados conceitos como machismo, patriarcalismo e idealização masculina como componentes implícitos da dominação. Os fundamentos teóricos da análise se baseiam, no entanto, nos clássicos alemães Simmel, von Wiese e Max Weber, por nos fornecerem subsídios teóricos sobre a análise do poder, o que enriquecerá a análise.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Ep/Fin: Propesq/UFPE e CNPq

Brandão, Zeluiza da Silva Formiga (NDIHR/UFPB)
História da UFPB

O projeto *História da UFPB* absorve esforço desde a coleta de dados existentes até a produção de documentos e sua sistematização, e tem como objetivos: a organização do catálogo contendo documentos sobre a história da Universidade Federal da Paraíba, e sua publicação como subsídio aos pesquisadores sobre o assunto.

Dip: 1979/Dpc: 1985/Vd/Pub: "UFPB: o difícil caminho histórico de uma instituição de ensino superior. *Correio das Artes*, 12/9/82; "UFPB é de origem oligárquico-clientelista?". *Correio das Artes*, 15/8/82; "Estudo de uma Instituição Educacional. O caso da UFPB". *Anais do XI Simpósio da ANPUH*, 1981.

Brant, Vinicius Caldeira et alii (Cebrap)
Caracterização da População Carcerária do Estado de São Paulo

Trata-se de pesquisa sob os auspícios da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) com o objetivo de construir o perfil social, educacional e ocupacional da população carcerária, tendo em vista projetos de ressocialização dos condenados e egressos, bem como programas de inserção dos mesmos no mercado de trabalho. A pesquisa compreende análise de dados secundários, levantamento amostral entre os presos e entrevistas em profundidade.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Ep/Fin: Funap/Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo

Camargo, Aspásia (Cpdoc/FGV)
A Transição Democrática (1946-1958): Conflito Geracional, Construção Institucional e Mobilização Política

Trata-se de uma pesquisa tentando analisar o pacto político-constitucional de 1945, seu desdobramento e suas inconsistências como pontos fundamentais para a compreensão do funcionamento e da crise do interregno democrático (1945-1964). Serão exploradas três dimensões básicas: 1) a articulação elites-Estado, em termos de geração e projeto político; 2) as tentativas de *institution building*, especialmente os partidos; 3) as formas de mobilização (não-institucionalizadas) que foram recrudescendo na exata medida em que a crise institucional se agrava.

Dip: 1984/Dpc: 1988/Pc/Fin: Finep, FGV.

Campos, Maria Christina S. de Souza et alii (CERU/USP)
32.ª Reunião Anual da SBPC: Ciência e Pesquisadores através das Comunicações de Pesquisa

A pesquisa tem um caráter de auto-avaliação da SBPC, visando estudar o alcance das metas pretendidas por essa instituição, ou seja, incremento do trabalho científico no país, difusão do conhecimento produzido e incentivo aos contatos entre cientistas de diferentes áreas e, em função deles, verificar o interesse de se localizarem as reuniões anuais em pontos variados do país de forma alternada. Assim, com base nas informações contidas nas fichas de inscrição, estão sendo analisados dados sobre os participantes quanto à instituição de origem, profissão principal, área, instituição e data de

graduação, titulação, produção científica. Essas variáveis serão consideradas em função do sexo, idade, estado civil, naturalidade, local de residência e condição de participação: comunicador ou assistente.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Vp/Fin: Fapesp

Cardoso, Ruth Corrêa Leite (Cebrap)
Descentralização Administrativa, Participação e Política Local

O objetivo central desta investigação é descrever e analisar o processo de negociação que envolve os movimentos populares e as agências locais do poder público, procurando explicar, através deste material, o mútuo reconhecimento que este processo estabelece que, ao mesmo tempo cria tanto novas condições para a implantação de políticas sociais quanto identidades próprias dos demandantes.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Pc/Fin: Cebrap/Pub: "Creating Kinship: the fostering of children in 'favela' families in Brazil". In R. T. Smith (ed.), *Kinship Ideology and Practice in Latin America*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1984; "Formas de participação popular no Brasil contemporâneo". *Revista da Fundação SEADE*, vol. 3, 1985.

Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (UFPB)
Campeinato e Reprodução Social

Esta pesquisa tem como objetivo estudar os mecanismos e estratégias de sobrevivência das unidades camponesas no Estado da Paraíba.

Dip: 1984/Dpc: 1987/Pc/Fin: CNPq/Pub: "Campeinato e Reprodução Social", trabalho apresentado no Seminário Brasil em Debate, CMS, 1985, mimeo.

Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (UFPB)
As Pequenas Unidades Agrícolas e as Inovações Tecnológicas

Pretende investigar os elementos que definem a organização e continuidade das pequenas unidades agrícolas face às exigências modernizantes da agricultura brasileira, em municípios do Cariri e Sertão Paraibano, área do Projeto do Trópico Semi-Árido.

Dip: 1985/Dpc: 1987/Pc/Fin: CNPq/BID/Pub: "As Pequenas Unidades Agrícolas e os Incen-

tivos à Modernização", apresentado na 37.^a Reunião Anual da SBPC e publicada em Resumos, Seção B, p. 190, SBPC, 1985.

Duque, Ghislaine et alii (UFPB)
O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba

Trata-se de uma pesquisa a longo prazo, iniciada em 1981, feita de uma sucessão de curtas etapas (um a dois anos) cada um, com um objetivo preciso, dentro da problemática geral do processo de mudança da região semi-árida, à procura dos fatores sócio-econômicos que determinam este processo e de seus efeitos. Em torno deste objetivo geral reuniu-se uma equipe interdisciplinar e interinstitucional (cuja composição é suscetível de modificação em função da trajetória dos membros). Nesta equipe, nosso enfoque próprio diz respeito à pequena produção rural, fornecendo elementos de reflexão para o aprofundamento teórico das questões ligadas ao campeonato e à sua situação de classe. O grupo de pesquisa também oferece um enquadramento (para trabalho de campo e debate) aos alunos de pós-graduação cujos temas de dissertação se afinam com sua problemática e seu terreno.

Dip: 1984 (etapa atual)/Dpc: 1985/Vp/Fin: CNPq/Pub: "O Processo de Mudança Sócio-Econômico do Cariri Paraibano". *Ratzes*, n.º 4-5, jan.-dez., 1984 (em colaboração); "Estrutura Fundiária e Pequena Produção". *Ratzes* n.º 4-5, jan./dez., 1984.

Egler, Tamara T. Cohen et alii (NDIHR/UFPB)
Fontes para a História da Industrialização no Nordeste. Moradia e Trabalho em Rio Tinto

O estudo "Moradia e Trabalho em Rio Tinto" constitui uma subtemática da pesquisa "Fontes para a História da Industrialização no Nordeste". O objetivo é examinar duas questões: 1) as relações entre Capital e Trabalho mediada pela vila operária; 2) as formas de organização de produção em termos de tecnologia e processo de trabalho. Procura-se demonstrar como a cada período da história da fábrica de tecidos correspondem certos níveis de desenvolvimento tecnológico que estabelecem formas de organização do trabalho redundando na alteração da forma de produção e apropriação da moradia.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Vp/Fin: Finep

Girão, Valdelice Carneiro (UFCE)
Levantamento Documental do Cartório Costa Lima - Aracati

A importância histórica do acervo documental existente nos Cartórios dos municípios cearenses é um fato incontestável e, assim sendo, se faz necessário o reconhecimento e a preservação destes acervos, a fim de que se faça uma revisão da História do Ceará. O objetivo é preservar o acervo de manuscritos e outros documentos referentes à História do Ceará, principalmente do período Colonial, identificando, classificando, organizando esses documentos para elaboração do Catálogo Guia do Pesquisador.

Dip: 1982/Dpc: 1986/Vp

Giuciani, Paola Cappellin (UFPB)
Movimento Sindical e Identidade Política Feminina - Paraíba 1976-1984

O objetivo mais geral da pesquisa é estudar como o movimento sindical capta, elabora e dirige as lutas sindicais respondendo às reivindicações das trabalhadoras assalariadas. O interesse em desenvolver esta temática apóia-se no fato de que a incipiente ampliação do mercado de emprego assalariado na agricultura, a instabilidade e a rotatividade dos empregos urbanos e, finalmente, a polivalência das atividades produtivas e das práticas produtivas - características marcantes do trabalho feminino na Paraíba - leva para o movimento sindical questões específicas. A investigação pretende: 1) reconstruir a participação feminina na estrutura sindical de 1976 a 1984; 2) analisar as propostas e reivindicações femininas encaminhadas aos sindicatos rurais e urbanos por parte das mulheres; 3) analisar o processo de constituição de Grupos ou Departamentos femininos nos sindicatos urbanos e rurais da Paraíba.

Dip: 1984/Dpc: 1986/Pc/Fin: CNPq/Pub: "Trabalho Industrial e Direito à Maternidade", *Série Debates*, n.º 5, julho, 1985; "A Socialização das Reivindicações e das Lutas Femininas". Texto apresentado ao IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 1985.

Gonçalves, Maria Flora (Cebrap)
Mudança e Planejamento Social no Estado de São Paulo

O projeto está sendo realizado conjuntamente pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo) e Núcleo de Políticas Públicas (NEPP) da

Unicamp, e pelo Cebrap, sendo que cada um destes centros têm interesses específicos na pesquisa. O primeiro objetiva estudar variáveis demográficas; o segundo, o impacto das políticas sociais do ponto de vista do público-meta; e o Cebrap tem se concentrado na análise da estrutura ocupacional e de renda, e da participação política e social. O estudo é baseado em pesquisa amostral domiciliar realizada no 2.º semestre de 1984 em cinco cidades do interior de São Paulo: Avaré, Itararé, Piracicaba, Rio Claro e São Caetano do Sul. Da parte do Cebrap, espera-se ter como um dos produtos da pesquisa a construção de uma classificação da ocupação, a partir da análise do cruzamento de variáveis como: ocupação, setor, educação, renda etc., que servirá de subsídio para os demais aspectos que estão abordados no estudo.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Vp/Fin: SEADE-SP

Lemenhe, Maria Auxiliadora de A. Lima et alii (UFCE)
As Políticas Governamentais no 1.º Ano da Nova República: uma Análise Crítica

Pretende-se analisar ao longo do primeiro ano do governo em curso: 1) as políticas governamentais dos setores considerados chave para a vida nacional, quais sejam: as políticas econômicas interna e externa privilegiando-se, principalmente, o tratamento dado à dívida externa e à inflação; as políticas partidária, trabalhista, agrária, educacional, previdenciária e de saúde; 2) as relações entre o Estado e a sociedade civil, que envolvem, particularmente, as relações entre o Estado e a Igreja Católica, movimentos sociais e sindicais. O estudo dos diferentes temas tem como referencial empírico as informações veiculadas pela imprensa (jornais e revistas) e as constantes de documentos oficiais.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Pc/Fin: UFCE

Lima, Jacob Carlos de (UFPB)
Divisão do Trabalho e Mão-de-Obra na Indústria Nordestina: Paraíba-Pernambuco, 1889-1930

A pesquisa procura recuperar historicamente a formação do operariado urbano na Paraíba e Pernambuco, destacando o tipo de indústria existente no período, a adequação do trabalhador ao trabalho fabril, as relações de trabalho. Está inserida em pesquisa mais ampla, em desenvolvimento junto ao NDIHR/UFPB denominada "Fontes para a História da Industrialização no Nordeste".

Dip: 1985/Dpc: 1985/Vp/Fin: CNPq

Lima, Rômulo de Araújo (UFPB)
A Burguesia Comercial em Campina Grande (Origem e Desenvolvimento)

A pesquisa busca rastrear a formação da Burguesia Comercial em Campina Grande. Por outro lado, intenta detectar a malha de relações estabelecidas entre os diversos segmentos sociais, assim como a ideologia e relações de poder estabelecidas e produzidas pela fração comercial da burguesia campinense.
Dip: 1983/Dpc: 1986/Ep/Fin: CNPq

Maciel, Mirtes M. Amorim (UFCE)
Anarquismo e Autonomia – Utopia e Realidade

O objetivo geral do trabalho é o estudo da questão da autonomia, a partir da proposta literária anarquista, e o reaparecimento dessa questão na filosofia política contemporânea. Na primeira parte, a questão da autonomia será examinada na crítica do Estado e aos partidos políticos feita por anarquistas como Proudhon, Bakounin e Kropotkin, a partir da noção de poder entendida como sinônimo de autoridade e dominação. Procuraremos mostrar que as propostas atuais de autogestão e conselhos de fábrica têm suas raízes na filosofia anarquista, apesar de a sua formulação nem sempre aparecer sob esse título. Em seguida tentaremos identificar o reaparecimento da questão da autonomia nos anos 40 na crítica feita por C. Léfort e Castoriadis ao socialismo estatal do leste europeu, com uma proposta de autonomia das classes trabalhadoras na superação da divisão entre dirigentes e executantes no processo de produção. Na última parte, objetivamos identificar a presença de propostas autogestionárias nas lutas da classe trabalhadora e nos movimentos sociais, no Brasil.

Dip: 1982/Dpc: 1987/Pub: "Pensamento Anarquista e suas Possíveis Relações com Foucault", mimeo; "Castoriadis: da Crítica ao Socialismo Estatal à Construção de uma Nova Teoria Revolucionária", mimeo.

Maia, Neiliane et alii (UFPB)
Fontes para a História da Industrialização no Nordeste

Dentro da temática abordada, desenvolvida pelos demais pesquisadores da equipe, propomos um levantamento da legislação sobre a indústria nos Estados da Paraíba e Pernambuco, iniciada com a 1.ª etapa até 1930. Esse levanta-

mento, já concluído com relação à Paraíba, está agrupado cronologicamente com dados específicos, em tabelas que serão analisadas para se ter conhecimento da intervenção do Estado no processo de desenvolvimento industrial.

Dip: 1985/Dpc: 1985/Pc/Fin: Finep

Marin, Maria Cristina de Melo (UFPB)
Relações Cidade-Campo no Cariri Paraibano (2.ª etapa)

Nesta segunda etapa investigou-se as consequências ideológicas da manutenção, durante o período de seca prolongada, de frentes de trabalho ligadas à "emergência" numa região em que a presença do Estado e do "fatalismo" é bastante acentuada.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Pc/Fin: CNPq

Menezes, Eduardo Diatay Bezerra de (UFCE)
Manifestações de Religiosidade Popular numa Micro-Região do Ceará (o Cariri): Determinantes e Efeitos

O projeto centra-se inicialmente na tentativa de reconstituir um movimento sócio-religioso que se concretizou numa comunidade – o Caldeirão – organizada em torno da figura do beato José Lourenço e à sombra da imensa liderança religiosa e política do Pe. Cícero. No entanto, desde sua origem, este trabalho persegue um fim mais geral e teórico: pretende discutir e verificar a validade ou adequação de certas hipóteses e categorias conceituais com que o pensamento sócio-antropológico tenta dar conta do fenômeno religioso (a saber: a dimensão do sagrado nas relações simbólicas entretidas pelos homens na construção de sua existência), de modo especial em suas formas de manifestação popular, incluindo os movimentos sociais com ele relacionados. O presente projeto constitui, assim, pequena parte de um plano de estudos e pesquisas mais amplo e permanente, enquanto objetivo central das tarefas do Grupo de Estudos de Religião e Sociedade, sob minha coordenação, no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFCE.

Dip: 1980/Dpc: 1986/Vd/Fin: CNPq/Pub: "Josão de Cristo Rei, o Poeta-Profeta do Pe. Cícero e da Cidade Mística de Juazeiro", apresentado no II Simpósio A População Sertaneja na 2.ª Metade do Século XIX, Lagoa Seca, 17-19 de fevereiro de 1984; "Apontamentos para uma Releitura do Cangaço Nordestino", apresentado no III Simpósio A Questão do Latifúndio no

Nordeste, Lagoa Seca, 26-28 de julho de 1985; "Mito e Ideologia", Série *Princípios*, São Paulo, Editora Ática, 1985 (no prelo).

Müller, Geraldo (Cebrap)

Políticas Econômicas e Movimentos Sociais no Campo

Como, por que e para quem foi o desenvolvimento ocorrido no meio rural brasileiro no período entre 1964 e 84? Além disso, quer-se especular sobre as alternativas que se abrem a partir do presente: 1) a crise de 1980 em diante; e 2) primeiros meses do período de transição democrática). Será examinada a política de crédito rural e o movimento social cooperativista. Secundariamente, far-se-ão algumas notas sobre a política de previdência social e o movimento sindical. O trabalho visa traçar um painel das relações contemporâneas entre as formas de capital, de apropriação da terra e de trabalho num país economicamente determinado pela dinâmica do capitalismo oligopólico, mas que não obteve êxito na esfera social.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Vd/Fin: NOVIB, Holanda/Pub: "A Velha Senhora Agrária e seus Novos Balangandãs". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 11, 1985, pp. 2-9; "Sistema Agroindustrial e Política Alimentar". Documento para a Cepal/FAO, apresentado em *taller* sobre Análise e Desenho da Política Econômica no Setor Agroalimentar Latinoamericano, Lima, agosto de 1985.

Nascimento, Elimar Pinheiro do (Cenfro Josué de Castro)

Padrões Tecnológicos e Estrutura Urbana. Proposição de Fundamentos de Política Urbana

Análise dos efeitos de padrões tecnológicos diferenciados na estrutura industrial nordestina sobre a organização e estrutura do espaço urbano regional. Aspectos a considerar: estrutura de renda e emprego, sistema de transporte, saneamento, distribuição espacial de grupos de renda, vazios urbanos, rede de serviços, ritmo de crescimento populacional etc. Particular ênfase sobre as formas de integração industrial e o papel do Estado será observado.

Dip: 1985/Dpc: 1988/Ep/Fin: CNPq

Novaes, Regina C. Reyes (UFPB)

Igreja Católica e Sindicalismo. Organização dos Trabalhadores Rurais na Paraíba

O objetivo da pesquisa é analisar as diversas formas de organização e expressão dos trabalha-

dores rurais da zona canavieira da Paraíba, levando em conta diferentes momentos históricos e a questão dos mediadores externos (que contribuem e influem para o reconhecimento social dos conflitos).

Dip: 1983/Dpc: 1985/Vp/Fin: CNPq/Pub: "Cooperativas, Mutirões e Roçados Comunitários". In Neide Esterici (org.), *Cooperativismo e Coletivização no Campo*, Editora Marco Zero, 1984; "A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba". In Wanilda Paiva (org.), *Igreja e Questão Agrária*, Edições Loyola, 1985.

Paulilo, Maria Ignez S. (UFSC)

A Integração no Sul de Santa Catarina

A pesquisa investiga três formas de integração vertical presentes no sul do Estado de Santa Catarina: a suinocultura, a avicultura e a fumi-cultura. A ênfase principal do trabalho é dada na visão que os produtores integrados têm da sua relação com as empresas integradoras. É, portanto, um trabalho feito a partir da visão de mundo dos produtores. Para tanto, permanecemos cerca de dois meses em campo, realizando entrevistas abertas e participando de algumas atividades agrícolas.

Dip: 1983/Dpc: 1985/Vd

Porto Alegre, Maria Sylvia (UFPe)

Arte e Ofício de Artesão. História e Trajetórias de um Meio de Sobrevivência

A obra produzida artesanalmente no Nordeste é valorizada culturalmente, enquanto produto, sem que isso se faça acompanhar de prestígio social nem de ascensão econômica para o artesão, cujas condições de vida e trabalho são extremamente precárias. Para compreender essa problemática, a pesquisa procura fazer uma reconstituição histórica do trabalho artesanal, em três etapas: o artesão colonial; o artesão e a consolidação do trabalho livre (1830-1920); o artesão diante da industrialização. O pressuposto básico da investigação é o de que não se pode abordar isoladamente a questão do artesanato (como fazem as políticas econômicas e de intervenção cultural, separadamente), mas que é preciso vê-lo como fenômeno histórico, cultural e sócio-econômico integrado e dependente da sociedade brasileira como um todo.

Dip: 1982/Dpc: 1986/Vd/Fin: Bolsa de PICD/CAPES/Pub: "Ofícios Artesanais na Vida Urbana Colonial", XII Encontro Anual CERU/USP, 1985, mimeo; "Trabalho Artesanal no Nordes-

te", 37.^a Reunião Anual da SBPC, 1985; "Arte e Ofício de Artesão. História e Trajetórias de um Meio de Sobrevivência", IX Encontro Anual da Anpocs, 1985.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de (CERU/USP)
Retrato da USP aos 50 Anos

A partir de dados colhidos por meio de formulário e procedimento quantitativo, estabelecer, analisar e comentar a organização interna da USP atualmente, em termos de: vestibulares; estudantes de graduação; estudantes de pós-graduação; docentes e pesquisadores; orçamento e implementação de verba.

Dip: 1982/Dpc: 1985/Vp/Fin: FAPESP

Ramalho, Deolinda M. de Souza (UFPB)
As Pequenas Unidades Agrícolas e os Incentivos à Modernização: Estudo Sociológico

O projeto pretende investigar as formas e os mecanismos que possibilitam a preservação das unidades familiares de produção face às exigências modernizantes da agricultura brasileira, em áreas em que interesses conjugados do Estado e Capital requerem ligação mais estreita entre agricultores e mercado, e maior dinamização do setor agrícola. Os elementos que definem a organização e continuidade dessas unidades serão identificados e analisados em locais específicos do Projeto Trópico Semi-Árido da Paraíba, especialmente em municípios atingidos pelo Projeto GAT - Geração e Adaptação de Tecnologia, em áreas de irrigação.

Dip: 1985/Dpc: 1989/Pc/Fin: BID, CNPq

Rodrigues, Dirce Spedo et alii (CERU/USP)
São Paulo, 1920-1937. Memórias de Trabalhadores de Poucos Recursos

Os pesquisadores registraram, através do uso do gravador, depoimentos e histórias de vida de trabalhadores da cidade de São Paulo que tinham, no momento da entrevista, no mínimo 70 anos de idade. O objetivo é o de registrar essa documentação "viva" e, através dela, encontrar novos problemas e abordagens para o conhecimento da vida e do trabalho da população de poucos recursos, bem como da própria cidade de São Paulo. Essas entrevistas (19 ao todo), coletadas de forma não diretiva, foram transcritas e estão sendo preparadas para edição.

Dip: 1982/Dpc: 1985/Vp/Fin: Fundação Ford e CERU/Pub: Maria Isaura P. de Queiroz, "Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva", *Coleção Textos*, CERU/FFLCH-USP, 1983.

Viola, Eduardo (UFSC)
Movimentos Ecológicos, Cultura Política e Transição Democrática no Brasil e Argentina

Os movimentos ecológicos fazem parte dos novos movimentos sociais que estão influenciando a cultura política e a transição democrática no Brasil e Argentina. Nossa hipótese é que os movimentos ecológicos trazem o questionamento mais profundo ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente, apontando na direção de um modelo de ecodesenvolvimento. Os movimentos ecológicos introduzem novos valores (democracia radical, não-violência ativa, cultura pós-materialista) e um novo modo de fazer política. A pesquisa baseia-se em entrevistas em profundidade, observação participante e análise de material documental.

Dip: 1985/Dpc: 1987/Pc/Pub: "New Social Movements, Political Culture and Democracy: Brazil and Argentina in the 1980s". *Telos*, n.º 61, Fall 1984.

Von Simson, Olga R. de Moraes (CERU/USP)
Imagens do Carnaval - São Paulo, Século XX

Essa pesquisa tem duplo objetivo: temático e metodológico. Busca, através da análise de fotografias antigas coletadas *a posteriori*, resgatar dados histórico-sociológicos sobre o carnaval paulistano. Tenta também desenvolver uma metodologia específica para análise sócio-histórica de fotos antigas.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Vp/Fin: Anpocs

Von Simson, Olga R. de Moraes (CERU/USP)
Memória do Carnaval Popular Paulistano (1914-1982)

A pesquisa objetiva efetuar o resgate da memória do carnaval popular paulistano. Para tanto, realizamos uma série de entrevistas com antigos foliões (principalmente dirigentes e fundadores de grupamentos carnavalescos) que viveram o carnaval de São Paulo no início deste século e participaram de sua evolução desde então. Realiza-se, atualmente, a transcrição e ordenação dessas entrevistas para poste-

rior análise e interpretação dos dados.
Dip: 1985/Dpc: 1986/Vp/Fin: Funarte

Von Simson, Olga R. de Moraes (CERU/USP)
Organização dos Dados sobre o Carnaval Paulista e Brasileiro na Década de 80

Organização e fichamento de farto material de pesquisa levantado em periódicos (jornais e revistas) sobre o Carnaval paulista e brasileiro durante a década de 80. Este projeto tem como objetivo principal permitir uma organização de dados que possibilite a continuação das pesquisas sobre o tema Carnaval que este Centro vem realizando desde 1976, as quais já deram lugar a várias publicações, simpósios e exposições.
Dip: 1985/Dpc: 1986/Vp/Fin: FAPESP

Zaidan Filho, Michel (UFPB)
As Nuances da Renovação Comunista no Brasil

A origem e as nuances do pensamento de renovação comunista no Brasil: a inserção dos "sujeitos coletivos" na estratégia da *frente democrática*, dos comunistas brasileiros. Análise do discurso político dos comunistas que passaram a se alinhar em torno da revista *Presença*, destacando suas diferenças internas em relação a temas como: democracia, liberalismo, movimentos sociais, *forma-partido*, transição, socialismo etc.
Dip: 1985/Dpc: 1987/Ep/Pub: "As Nuances da Renovação Comunista no Brasil". *Grão*, n.º 2, 1985, pp. 93-96; "As Idéias da Renovação Pecebista". *O Momento*, 7-13/7/85 (co-autoria).

Teses e Dissertações*

Almeida, Marlene Medaglia

Introdução ao Estudo da Historiografia Sul Rio-Grandense: Inovações e Recorrências do Discurso Oficial, 1920-1935. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 407 pp. Orientador: Renato Paulo Saul.

Trabalho introdutório sobre a historiografia do Rio Grande do Sul, desenvolvido com o objetivo de estudar a utilização da prática historiográfica como elemento de justificação e legitimação da estrutura de poder em conjunturas determinadas. O foco da análise é o período cronológico 1920-1935, destacando-se, na produção historiográfica desse período, os textos que reproduzem a reflexão dos intelectuais coevos sobre os "estudos históricos" e sobre a "função histórica" do estado sulino na configuração nacional. A referência teórica da análise encontra-se na concepção de "hegemonia".

Barreira, César

Parceria na Cultura do Algodão: Sertões de Quixeramobim. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1977, 116 pp. Orientadora: Vilma Figueiredo.

O objetivo do trabalho foi apreender a natureza e significado da parceria no Ceará através da análise desse sistema de exploração agrícola na cultura do algodão. Ou seja: como é possível a parceria no contexto agrícola nordestino e qual sua vinculação com outras relações de produção? A parceria na região estudada constitui um mecanismo compensatório dos baixos níveis de investimento de capital e rentabilidade, tornando viável uma divisão de riscos e custos.

Barreira, Irllys Alencar Firmo

Autonomia Operária? A Greve em 1953 em

* Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país, ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor; título e subtítulo do trabalho; grau obtido; área de estudo; instituição; ano; número de páginas; nome do orientador; e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

São Paulo. Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, 1977, 110 pp. Orientadora: Vilma Figueiredo.

A tese trata de analisar a greve ocorrida em 1953 atentando tanto para a conjuntura política como para as mobilizações operárias. A visão sobre a conjuntura recompõe o quadro de manifestações de protesto numa conjuntura de crise econômica e política. O que vai caracterizar as lutas operárias na época é a dependência às diretrizes do PC, ao lado de momentos de ruptura onde a greve de 1953 é um dos exemplos significativos.

Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti
Mulheres Educadas – Rio de Janeiro no Século XIX (1840-1890). Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984, 291 pp. Orientadora: Maria Isaura P. de Queiroz.

Estudo da condição feminina nas camadas sociais média e elevada da cidade do Rio de Janeiro no período de 1840 a 1890, com base em documentos da época deixados por mulheres e homens de letras. Constam, em anexo, as técnicas utilizadas para análise de: mais de cem opiniões de homens de letras, sobre a educação feminina, em 1881; figuras femininas em dezesseis romances urbanos cariocas; cinco séries de jornais fundados e dirigidos por mulheres. A pesquisa revelou as versões masculina e feminina sobre a situação da mulher, eivadas de sintonias e contradições recíprocas. Fica clara a reação de grupos femininos contra a dominação masculina, desfazendo-se idéias sustentadas até agora de que a mulher do século passado era absolutamente passiva na sociedade.

Borba, Célio Cavalcanti
Publicidade: uma Metamercuradoria. Análise Ideológica do Discurso Publicitário Impresso no Brasil. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 165 pp. Orientadora: Silke Weber.

O objeto é a análise da ideologia do discurso publicitário impresso no Brasil. O material, reclamos e anúncios, abrange o período de 1808 a 1980. Desenvolveram-se categorias teóricas que permitissem apreender as estruturas simbólicas, para se situando no caso brasileiro, demonstrar como o discurso publicitário impresso, ao de-

sempear sua função de “vender” mercadorias, utiliza-se de um sistema de signos, reformulando-os através de uma cadeia de associações que possibilita reordená-los de forma a criar um novo sistema de significações; extrapolando seu aparente objetivo – vender mercadoria –, transforma-se numa verdadeira *Metamercuradoria*.

Bosi, Maria Lúcia Magalhães
Nutrição e Poder: Da Ciência à Reprodução. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 424 pp. (2 vols.). Orientadora: Madel Terezinha Luz.

O objetivo deste estudo foi analisar distintas propostas discursivas existentes no campo da Nutrição, no período pós-70. Numa primeira etapa analisou-se o discurso legitimado como científico em Nutrição. Procurou-se, através do modelo de análise adotado, apreender a estrutura desse discurso, os interesses subjacentes ao mesmo e seus efeitos ideológicos e políticos. Em seguida, tratou-se o discurso da política oficial em Nutrição, num estudo análogo ao efetuado junto ao discurso dominante no campo do saber. Ao lado disto, buscou-se analisar estes dois discursos de modo comparativo com o objetivo de explicitar a correspondência existente entre a estrutura e os interesses que lhes caracterizam. Finalmente, estudou-se o momento da Reprodução e Difusão do Saber em Nutrição, realçando suas contradições, as diversas formas de resistência colocadas neste processo pelos grupos dominados, bem como alguns mecanismos que facilitam o predomínio de um discurso particular e a conseqüente negação de outros discursos, na luta constante pela hegemonia.

Brioschi, Lucila Reis
Família e Genealogia: Quatro Gerações de uma Grande Família do Sudeste Brasileiro (1758-1850). Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985, 270 pp. Orientadora: Lia F. G. Fukui.

Questionando o conceito e a conotação de família patriarcal brasileira como modelo da família do passado, procurou-se apreender a constituição e o significado da permanência histórica de uma grande família tradicionalmente ligada às atividades agropecuárias, através da sua genealogia publicada. Fez-se uma crítica aos dados genealógicos usando referenciais da Demo-

grafia Histórica e da Antropologia, numa análise sociológica das escolhas matrimoniais. Através de uma tipologia dos casamentos foi possível apreender uma estratificação e a formação de grupos distintos dentro de uma mesma descendência, mostrando a manipulação do parentesco, por um grupo restrito, para a preservação do poder de classe.

Canoco, Júlia Maria de Miranda

Recatolização ou Espaço Político? Discurso e Prática Católicos no Ceará do Início dos Anos 30. Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Ceará, 1985. Orientador: Eduardo Diatay B. de Menezes.

O trabalho representa uma análise da ação política da Igreja no Brasil, em especial no Ceará, a partir do elemento político-ideológico presente no discurso elaborado pela hierarquia e aquele por ela autorizado, durante os anos 20 e início da década de 30. Tal discurso é montado com base numa estratégia que visa à penetração do catolicismo no seio da população e a conquista de espaços institucionais tais como a inclusão das propostas da Igreja na Constituição de 1934. Esse discurso, que possui características próprias e é analisado na sua necessária vinculação com a prática que ele orienta, é o elemento fundamental da ação política desenvolvida pela Igreja no período em questão.

Cortazzo, Ines Isabel

Saúde e Trabalho. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 110 pp. Orientador: José Hugo V. Castro Ramos.

O trabalho tem a intenção de contribuir para o conhecimento de problemas de saúde da classe trabalhadora. Tentou-se fundamentar uma metodologia ativa que, ao mesmo tempo, permitisse produzir os materiais de base para a construção do conhecimento sobre o problema da saúde do trabalhador e possibilitasse também a estruturação de alternativas viáveis para a ação de classe. O trabalho propõe revisar o conceito de medicina curativa; faz também uma proposta de controle do sistema de saúde por parte da população.

Côrtes, Soraya Maria Vargas

Desenvolvimento e Saúde: a Política de Saúde do Governo Brizola no Rio Grande do Sul,

1959-62. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 162 pp. Orientadora: Maria Suzana Arrosa Soares.

Buscou-se identificar a importância do setor de saúde em relação ao conjunto da política brizolista no estado e quais as unidades administrativas deste setor que mais se destacavam. Para tanto, utilizou-se os percentuais de destinação de verbas deste Governo para cada órgão (Balanços do Governo do Estado). Para aquilatar as dimensões destes percentuais estabeleceu-se como parâmetro o período de Governo anterior. Concluiu-se que na gestão estadual em estudo destinou-se menos verbas ao setor saúde e que as Unidades Administrativas que o compunham mantiveram a mesma hierarquia de importância, considerados os gastos realizados.

D'Azevedo, Martha Geralda Alves

O Controle Externo da Informação como Forma de Dominação. A Dominação do Exterior na Imprensa Escrita. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, 385 pp. Orientador: Herbert Guarini Calahau.

O trabalho analisa o controle internacional da informação na imprensa escrita, diária, brasileira. Formulamos duas hipóteses com relação à quantidade e à qualidade das notícias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em função destas hipóteses foi feita uma pesquisa quantitativa e uma qualitativa em três jornais brasileiros: *Correio do Povo* (RS), *Jornal do Brasil* (RJ) e *O Estado de São Paulo* (SP), verificando-se que as notícias dos países desenvolvidos são em número muito maior e apresentam conteúdo, em geral, positivo, enquanto os países em desenvolvimento, as poucas vezes que aparecem no noticiário internacional, o faz com notícias de conteúdo neutro ou desfavorável, o que comprova um controle internacional da informação.

Eckert, Cornelia

Os Homens da Mina: um Estudo das Condições de Vida e Representações dos Mineiros de Carvão em Charqueadas-RS. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 565 pp. Orientador: Ruben George Oliven.

O objetivo desta dissertação é o de investigar as condições de vida dos mineiros de carvão si-

tados na área carbonífera de Charqueadas, RS. Parte-se de um estudo de caso para construir a identidade social deste grupo específico, buscando nas suas representações a reelaboração do sistema social e sua cultura. Trata-se de construir os diversos níveis e esferas do seu cotidiano, observando-se que o trabalho de mineiro de carvão constitui-se em elemento estruturante de um consenso sobre o pertencimento ao grupo tanto quanto dimensiona as tensões entre capital e trabalho, importando, então, reconstruir esta dimensão galgada no processo de trabalho em que se inserem. Neste nível recodificam uma condição articulada à natureza peculiar do trabalho, ligada à periculosidade e insalubridade. Neste contexto, resgata-se a determinação da divisão sexual do trabalho na mineração, que é dada como atividade essencialmente masculina, onde a mulher participa de forma complementar atuando no espaço doméstico. A divisão sexual do trabalho é reelaborada como condição "natural" e retraduzida numa ordem cultural, comunicando outros níveis de vida social apreendidos a partir deste eixo hierarquizado, como as esferas público x privado.

Fagundes, Antonio Augusto da Silva
As Santas-Prostitutas: um Estudo de Devoção Popular no Rio Grande do Sul. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. Orientador: Sérgio Alves Teixeira.

As santas-prostitutas foram mulheres promíscuas assassinadas com requintes de crueldade por homens fardados, deixando fama de beleza, juventude e bondade. Após a morte, a cada uma delas o povo (o seu próprio grupo social) passou a atribuir milagres e a fazer pedidos e promessas. As santas-prostitutas, pela enorme difusão de seus cultos, parecem mais próximas do povo, respondendo mais facilmente aos seus pedidos que as santas da igreja católica.

Falcão e Castro, Francisco de Paula
A Produção Familiar de Tomate e sua Vinculação ao Capital Industrial no Sertão de Pernambuco. Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 203 pp. Orientadora: Maria do Carmo Brayner.

A dissertação teve por objetivos principais mostrar os vínculos existentes entre os produto-

res familiares de tomate e as empresas processadoras de tomate, e que o capital pode se expandir na agricultura independentemente das formas de propriedade da terra. As agroindústrias, passada a fase da difusão da nova cultura – o tomate industrial – no sertão, passam a selecionar, como seus fornecedores, os produtores mais produtivos, que se transformarão em camponeses abastados, enquanto os demais serão alijados.

Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra
Estrutura de Poder e Secas na Paraíba – 1887-1922. Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1982, 140 pp. Orientador: Marc Jay Hoffnagel.

Esta dissertação visou compreender as raízes do problema atual das secas, através de privilegiamento da esfera política. As fontes básicas foram os Relatórios da IOCS/IFOC/DNOCS, os discursos de parlamentares paraibanos, bem como a bibliografia existente sobre o assunto. O cerne do trabalho constitui-se na análise da chamada indústria da seca e seus mecanismos de atuação de fins do Império à Primeira República.

Ferreti, Rosemary Brum
Uma Casa nas Costas. Análise do Movimento Social Urbano em Porto Alegre, 1975-1982. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 229 pp. Orientador: Renato P. Saul.

O trabalho focaliza os dilemas ao assentamento da população de baixa renda no espaço urbano de Porto Alegre, no período de 1975 a 1982. As disputas pelo solo urbano e equipamentos afins originaram movimentos sociais urbanos, revelando uma lógica retraçada pela reconstrução histórica dos sentidos e das condições de ocupação do espaço pela população de baixa renda, uma vez que a hipótese que embasou a pesquisa era a de que a questão legal incide na solidariedade do movimento, infundindo-lhe variáveis organizativas no confronto com as políticas do Estado, basicamente as que emanam do planejamento urbano.

Gadêlha, Laura Mabel Ramos Buarque
Mercado: o Outro Lado da Obra de Arte. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de

Pernambuco, 1985, 117 pp. Orientador: Roberto M. Cortez Mota.

Análise das condições concretas do processo de produção e o consumo da obra de arte, observando a relação entre valor artístico e o valor de troca do produto simbólico e as influências que penetram o campo artístico.

Girão, Valdelice Carneiro

As Oficinas ou Charqueadas no Ceará. Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco, 1982, 120 pp. Orientador: José Bonifácio Xavier de Andrade.

A dissertação tem como objetivo apresentar uma contribuição aos estudos da pecuária no Ceará no século XVIII, destacando a importância das Charqueadas na economia da época e colocando em questão as causas do declínio daquelas oficinas, após a seca de 1790-93. O trabalho foi dividido em quatro capítulos: 1) focaliza os aspectos fisiográficos do Ceará, sua localização no semiárido do Nordeste e as implicações advindas desta situação, bem como a importância dos rios no povoamento da Capitania, com a criação do gado; 2) comenta o pouco interesse do colonizador pelas terras cearenses, as tentativas de conquista e a solução encontrada com a pecuária; 3) trata da situação econômica da Capitania, a comercialização do gado nas feiras e a urbanização através dos caminhos do gado; 4) enfoca as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Capitania com a instalação das Charqueadas, o comércio da carne seca e do couro em outros mercados, a introdução de um elemento novo na organização produtiva da Colônia, o algodão, até a falência das fábricas de carne do Ceará.

Jucá, Gisafran Nazareno Mota

A Implantação de Serviços Urbanos no Recife: o Caso da Companhia do Beberibe (1838-1912). Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1979, 139 pp. Orientador: Marc Jay Hoffnagel.

Análise da implantação de companhias voltadas aos serviços urbanos no Recife, situando-as no quadro econômico da época estudada. Dos cinco capítulos, três são dedicados ao estudo da companhia do Beberibe, voltada ao abastecimento de água, uma vez que a mesma ocupou uma função de realce frente às demais.

Foi a primeira a ser instituída no Recife e a única estruturada com investimentos locais. Isso não implica uma autonomia da empresa em relação ao capital estrangeiro, pois dependia de técnica e financiamento britânicos. A contínua instabilidade econômica de Pernambuco e a dependência ao capital externo acarretaram sérios entraves à dinamização da vida urbana local.

Jungman, Cristina

A Ideologia Política do Partido Republicano Liberal através de "A Federação" (1932-1937). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 202 pp.

O estudo tem por objetivos a identificação da ideologia política do Partido Republicano Liberal (PRL), o partido governista no Rio Grande do Sul de 1932 a 1937, transmitida pelo seu órgão oficial, o jornal *A Federação*, e a análise crítica da mesma, visando detectar os reais interesses deste partido regional. Para atingir os objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o contexto político regional e nacional; leitura e fichamento de todos os editoriais do Partido em seu jornal e pesquisa em arquivos particulares e documentos. Conclui-se que a ideologia política do PRL é autoritária sendo dissimulada por um discurso democrático-liberal veiculado pelo *A Federação*, configurando-se um regime e Estado autoritários, podendo-se apontar para uma continuidade do autoritarismo no Rio Grande do Sul ao longo dos tempos.

Kosminsky, Ethel Volfzon

Rolândia, a Terra Prometida. Judeus Refugiados do Nazismo no Norte do Paraná. Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984, 149 pp. Orientadora: Maria Isaura P. de Queiroz.

O objetivo do trabalho foi a verificação da manifestação da identidade judaica em um grupo de imigrantes judeus-alemães que se fixaram no norte do Paraná, na década de 30. Com essa finalidade foram realizadas algumas entrevistas com os imigrantes e um levantamento de autobiografias dos mesmos, ensaios e jornais relacionados ao assunto. Constatou-se, então, que a manifestação da identidade judaica ocorre mediante a afirmação da identidade alemã.

Lemenhe, Maria Auxiliadora de A.
Expansão e Hegemonia Urbana: O Caso de Fortaleza. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1983, 150 pp. Orientador: Luís Fernando Raposo Fontenele.

O estudo tem como limites cronológicos o início da colonização do Ceará (meados do século XVII), até meados do século XIX. A análise da expansão da cidade de Fortaleza tem como relações explicativas fundamentais as condições da inserção da economia cearense na economia internacional e "nacional" e a posição das capitais provinciais no quadro político-institucional do Império. Considerando-se sobre o segundo aspecto que, no contexto do Estado nacional em constituição, numa ordem econômica e política fragmentada (local e regional) as capitais provinciais, ao se constituírem como núcleos de sustentação de poder central, são privilegiadas em relação a outros núcleos urbanos, na captação de excedentes (bens e tributos) de extensas áreas econômicas. A expansão da economia cearense, desde o final do século XVIII, possibilitará a Fortaleza, como capital provincial, centralizar um volume crescente de bens para comercialização (internacional e "nacional") e recursos para investimentos em infraestrutura. Num período relativamente curto, Fortaleza "rouba" a hegemonia de outras cidades do Ceará (Aracati e Icó), nascidas no período colonial.

Lima, Jacob Carlos de
Os Bananeiros de Itanhaem: Relações de Trabalho na Cultura da Banana. Mestrado em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1983, 115 pp. Orientador: Octávio Ianni.

A pesquisa procurou caracterizar o trabalho assalariado numa cultura "intermediária" em termos de modernização numa região próxima a São Paulo com alto grau de urbanização. Foi realizado um levantamento documental sobre a questão, seguida de entrevistas a trabalhadores, empresários e sindicalistas. Ficou evidenciado o domínio do trabalho assalariado permanente ao lado de formas tradicionais de retenção do trabalhador com o armazém, o aliciamento e atrasos sistemáticos do pagamento e vilas de trabalhadores, o que demonstra que a subordinação de áreas e culturas ao capital se dá de forma diferenciada segundo as necessidades da acumulação. Em outras palavras, o capital não homo-

geniza os espaços, mesmo numa área extremamente "capitalizada".

Lima, Marcos Costa
Nordeste Brasileiro: Tempos Modernos? (Política e Ideologia na Sudene, 1959-1964). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 354 pp. Orientadora: Maria do Carmo Brayner Ferraz.

Entender o processo político regional a partir das mudanças ocorridas a nível nacional. Retirar a compreensão da Sudene de explicações meramente economicistas. Demonstrar o alto grau de ambigüidade contida na proposta nacional-desenvolvimentista para o Nordeste brasileiro. O ponto central da pesquisa trata da ineficácia do Estado para desenvolver o Nordeste através de instituições como o IAA, DNOCS, BNB, enfatizando a Sudene no período 1959/1964. Estabelece-se uma crítica ao regionalismo e, através da análise dos discursos de parlamentares nordestinos, das lideranças e dos partidos políticos busca-se dar transparência a seus interesses, práticas e ideologias a respeito do Nordeste e, precipuamente, em relação à Sudene.

Lima, Nadia Regina L. de Barros
Um Trabalho sem Valor . . . Relações de Trabalho e Ideologia no Serviço Doméstico Remunerado. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 186 pp. Orientadora: Lia Parente Costa.

Apreende-se o que pensa a Empregada Doméstica a respeito de sua prática de trabalho com referência à situação social que condiciona as suas representações. As relações existentes entre mulher e trabalho na formação social brasileira tende a discriminar o serviço doméstico remunerado, seja a nível de classe, tendo em vista que a *Empregada Doméstica* pertence ao proletariado; seja a nível de categoria social, por ser o serviço doméstico remunerado uma legitimação do tradicional papel doméstico atribuído à mulher; seja a nível de mercado de trabalho, onde esta prática está inserida de modo semiformal. A conjunção desses elementos acaba por caracterizar o serviço doméstico remunerado como um "trabalho sem valor". A pesquisa foi realizada em Escolas Noturnas de Maceió.

Lopes, Maria do Socorro
O Capitalismo no Brasil e as suas Implicações

no Processo Migratório. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 251 pp. Orientador: Silvio Marcelo Maranhão.

Estuda o processo migratório nacional, tendo como campo de análise a migração inter-regional, a partir dos anos 30, com especial atenção para o processo migratório nordestino. O enfoque central do trabalho é de que a migração no Brasil, no período considerado, é um processo determinado pelo modo de produção capitalista urbano-industrial, de maneira que suas formas e características são funções das especificidades que apresenta o modelo de desenvolvimento do país, dentro de suas condições históricas de formação e expansão. Neste contexto a migração é estudada como uma das expressões do processo de integração das regiões na dinâmica da expansão capitalista urbano-industrial do país. A migração nordestina é vista como a base do processo geral da redistribuição da população brasileira pós-30.

Loyola, Cristina Maria Douat
Os Doce(s) Corpos do Hospital. As Enfermeiras e o Poder Institucional na Estrutura Hospitalar. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984, 137 pp. Orientadora: Madel Terezinha Luz.

Estudo de caso que visa ilustrar a análise das relações institucionais entre médicos e enfermeiras na estrutura hospitalar. Utilizando-se de uma visão microfísica do poder, procurou-se apreender da prática diária das enfermeiras no hospital elementos que poderiam colaborar para uma submissão das enfermeiras à figura do médico. Verificou-se que tanto os objetivos pela opção de carreira e procedência sócio-econômica, quanto a atuação repressiva da Escola de Enfermagem sobre as enfermeiras tendem a formar um futuro profissional pouco participante politicamente e pouco atento à importância desta participação. Quanto à relação com os médicos, observou-se que existe uma relação de dominação entre médicos e enfermeiras, onde o poder cotidiano e invisível apresenta uma eficácia produtiva e positiva, imperceptível para as enfermeiras que entendem o poder como distante e ligado ao Estado. A enfermeira incorpora o ideal social e religioso de sua profissão na figura do "anjo branco" e é acolhida pelo Estado que a promove a "guardiã da ordem" no hospital.

Manhães, Eduardo Dias
Política de Esporte no Brasil. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 138 pp. Orientadora: Madel Terezinha Luz.

O presente trabalho visou constatar se as medidas oficiais posteriores a 1941, no que diz respeito ao campo desportivo, vistas em conjunto, construíram um modelo desportivo brasileiro. Em caso afirmativo, quais as prioridades definidas pelo mesmo e que concepção de esporte informou sua criação. Para isso, julgamos por bem, na Introdução, definir que práticas sociais, objeto da ação estatal, constituíram nosso campo específico de interesse. Posteriormente, no Método, concluímos que o conjunto de medidas oficiais priorizadores deste ou daquele subgrupo da totalidade das práticas desportivas, nada mais significava do que a política de esportes. Concluímos, ainda, que somente através da análise qualitativa destes esforços compreenderíamos as concepções de esporte e de sociedade que, articuladas, mobilizam o Estado a agir politicamente desta maneira concreta. Foi o que fizemos, destacando, principalmente, as categorias "disciplina", "nação" e "educação", em três capítulos consecutivos. Então, concluímos em favor da existência de um modelo brasileiro, cujas características e concepções implícitas relatamos na Conclusão.

Marzola, Norma Regina
Escola e Classes Populares. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 135 pp. Orientador: Guiomar Namó de Mello.

As análises da autora sobre a função da escola na sociedade levam-na a concluir que o insucesso e a evasão escolar de crianças das classes populares não se devem somente a fatores de origem extra-escolar, pondo a descoberto os limites das teorias reprodutivistas. Apontam, por outro lado, os procedimentos da própria escola como responsáveis pela exclusão e ruptura do processo escolar dessas crianças. A busca de alternativas pedagógicas que possam de fato ensinar as crianças que têm acesso à escola torna-se, portanto, crucial. É com esse intuito que a autora expõe a proposta didática de alfabetização do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação - GEEMPA.

Matos, Maria Yara Campos
O Nome é o Título. Um Componente Curricu-

lar no Acesso ao Mercado de Trabalho para os Egressos da Universidade. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 251 pp. Orientadora: Lia Parente Costa.

Este trabalho visa estabelecer uma relação entre a origem social dos graduados universitários e suas possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho em cargos correspondentes a seu nível de formação. Parte do pressuposto de que a seleção sócio-econômica que se processava no acesso ao sistema educacional, especialmente no nível superior, ao ser atenuada pela proposta de "democratização" do ensino, é retomada no acesso ao mercado de trabalho. Isto porque anualmente cresce a defasagem entre a oferta de graduados e sua possibilidade de absorção, face ao modelo econômico adotado, originando um processo de subutilização da mão-de-obra de nível superior. A análise se desenvolve em dois momentos: inicialmente procura delinear a relação existente entre a estrutura produtiva e as propostas e organização do sistema educacional no Brasil. A partir de entrevistas com empregadores e graduados no mercado de trabalho formal, na Paraíba, se analisam os requisitos exigidos pelas empresas para preenchimento de seus cargos de nível superior, a origem social e a história ocupacional dos graduados. A análise permite estabelecer os perfis sociais e profissionais dos graduados que ocupam cargos de nível superior, assim como dos graduados subutilizados em cargos de nível médio no mercado de trabalho.

Moraes, Nilson Alves de
Saúde e Poder na República Velha, 1914-1930. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, 207 pp. Orientadora: Madel Terezinha Luz.

Esta pesquisa utilizou farto material bibliográfico e fontes institucionais e pessoais. Nela o autor desenvolve uma preocupação de crítica à "Historiografia Oficial" e de construção de um modelo teórico e metodológico de análise institucional. No período 1914-1930, constata uma "institucionalização da saúde" enquanto estratégia estatal de controle e sujeição social, que intervém na produção, na escola, na família etc. Assim, o saber médico-científico, enquanto política de Estado, buscava racionalizar e viabilizar uma nova estratégia de hegemonia social. O estudo do jornal *O Estado de São Paulo* e da

Academia Nacional de Medicina mostra como se operacionalizaram as mudanças no projeto de saúde dominante e quais as suas justificativas, e como se processaram as resistências e as formas de penetração de alguns projetos médico-sociais alternativos nas instituições estatais. Verifica que tais projetos enfatizam a especialização e a individualização da intervenção médica, implicando a desmobilização das classes subalternas, na gestão e tutela sobre os corpos e sobre a sociedade, através do controle dos aparelhos de Estado.

Noll, Maria Izabel Saraiva
Partidos e Política no Rio Grande do Sul: 1928-1937. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, 317 pp. Orientador: Helgio Trindade.

A dissertação dividiu-se em três partes: 1) análise da conjuntura política 1930-32, a partir do processo de articulação dos partidos regionais (republicanos e libertadores) em frente única com a ascensão de Vargas à presidência do Estado, procurando explicar, de um lado, o significado político da unificação das oligarquias regionais e, de outro, após a Revolução de 30, as contradições entre a classe dirigente do Rio Grande do Sul e o Governo Provisório que culminará com a cisão interna entre Interventor e Líderes da Frente Única Gaúcha - FUG; 2) análise da conjuntura 1935-37, levando em conta que o vazio partidário resultante do exílio dos líderes da FUG, abrirá espaço para o surgimento de um novo partido que se organiza sob o patrocínio de Flores da Cunha, Partido Republicano Liberal - PRL, provocando uma negociação entre as lideranças tradicionais (FUG e PRL) diante da emergência de novos grupos sociais e movimentos políticos (ANL e AIB) e a tentativa fracassada de impedir o processo de fechamento do sistema com o Estado Novo; 3) análise monográfica do Partido Republicano Liberal apresentando seu programa, base social, força eleitoral e sua articulação com o processo político regional e nacional, com ênfase especial em suas relações com o sistema bipartidário anterior.

Parente, Francisco José Camelo
Os "Camisas Verdes" no Poder: a Igreja e o Integralismo no Ceará. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1984, 213 pp. Orientadora: Tereza Frota Haguette.

Tenta explicar a vocação de liderança do Ceará no contexto do movimento integralista nacional, na década de 30. Plínio Salgado seria o líder nacional se o cearense Severino Sombra não tivesse sido exilado no momento de seu surgimento, em 1932? Defendemos a tese de que o sucesso da AIB (Ação Integralista Brasileira) no Ceará se deve ao papel da Igreja Católica local como organizadora da sociedade civil e funcionando como partido político, no sentido dado por Gramsci. O método utilizado para tal estudo de caso foi o de visita a arquivos, entrevistas, história oral, jornais, que conseguissem reproduzir a contextualização e ensinar a explicação para essa vocação conservadora cearense no período.

Pereira, Luiza Helena

Habitação Popular no Rio Grande do Sul – 1890-1980. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, 260 pp. Orientadora: Elida Rubini Liedke.

Análise do fornecimento de habitação popular como estratégia de hegemonia da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, dado o contexto nacional. Visualização do fornecimento de habitação popular em relação aos aspectos econômicos: favorecimento à acumulação capitalista privada, e político-ideológicos: organização do consenso, controle e cooptação da força de trabalho. A análise é realizada a partir de três conjunturas diferenciadas onde a estratégia se redefine, tendo em vista a correlação de forças de cada período: 1.º momento: 1890-1930 – a prática empresarial no fornecimento de habitações aos operários; 2.º momento – 1946-64 – a intervenção do Estado na questão da habitação popular; 3.º momento – 1964-80 – o Plano Nacional de Habitação pós-64. O trabalho relata, no seu contexto global, que a estratégia de fornecimento de habitação popular como forma concreta de retribuição à força de trabalho, e no limite, de hegemonia burguesa tende a expressar suas contradições dado que as políticas habitacionais favorecem a acumulação privada de capital e destinam-se cada vez mais à população de alta e média renda, que possibilita a realização do lucro capitalista.

Pierucci, Antônio Flávio

Democracia, Igreja e Voto. O Envolvimento dos Padres de Paróquia de São Paulo nas Eleições de 1982. Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universi-

dade de São Paulo, 1985, 584 pp. Orientador: José Reginaldo Prandi.

Com base em amostra representativa das paróquias da Arquidiocese de São Paulo (*survey*), além de entrevistas gravadas e observação participante em um bairro, procurou-se analisar o quanto, o como e o porquê o clero católico, no caso o “baixo” clero, se envolve na política partidário-eleitoral. O envolvimento é intenso e extenso, justificado sempre: 1.º) em nome do caráter *público* do catolicismo e, portanto, da rejeição da separação das esferas pública e privada; 2.º) por causa do apoliticismo crônico do povo brasileiro, que seria uma negação da própria fé católica. Os padres de paróquia pesquisados consideram parte integrante de sua missão “formar a consciência política do povo” e encaram os períodos eleitorais como momentos privilegiados de exercê-la, a fim de garantir para a Igreja Católica Romana uma presença na vida pública do país. São antiliberais em sua grande maioria, ao mesmo tempo que anticomunistas.

Ribeiro, Maria Thereza Rosa

Movimentos Sociais Urbanos em Porto Alegre. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 233 pp. Orientador: Abílio Baeta Neves.

Descreve e torna conhecidas as condições em que acontecem os movimentos sociais urbanos em Porto Alegre, e como se desenvolvem na forma de ação coletiva. Aponta os fatores externos que condicionam os mesmos: desenvolvimento urbano, a segregação sócio-espacial e o caráter e intervenção do Estado. Dinâmica interna do movimento: composição social e ação das associações de moradores. Levantamento sistemático do noticiário local que deu divulgação às lutas urbanas, encontros com protagonistas dos movimentos. Dados secundários de outros estudos sobre as condições de vida e moradia da população de Porto Alegre. Heterogeneidade social; luta contra a degradação do meio urbano; segregação sócio-espacial e identidade coletiva.

Sánchez, Valmíria Carolina

Absorção de Mão-de-Obra em Faixas Etárias Superiores. Um Estudo Exploratório na Grande Porto Alegre – 1978-1979. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, 128 pp. Orientador: Renato P. Saul.

O estudo visa situar o problema do emprego do trabalhador de mais idade (45 anos). Partiu de uma análise teórica das posições a respeito, em especial de que esta força de trabalho representaria um excedente que existe em função das necessidades do sistema capitalista. Foi realizado estudo exploratório visando, através da análise de dados secundários (evolução da ocupação no RS por faixa etária) e de entrevistas (empresas, sindicatos, trabalhadores de mais de 45 anos e pessoas-fonte) situar a problemática e apresentar hipóteses para estudos futuros. Constatou-se que as restrições que sofre o trabalhador de mais idade atingem mais diretamente o não qualificado; os qualificados têm contra si a faixa salarial mais elevada. Outros problemas apontados: dificuldade em adaptar-se à nova tecnologia, aparência física e o caso do trabalhador prematuramente exaurido, sem condições de competitividade. Foram apresentadas sugestões ao aproveitamento deste trabalhador.

Silva, Elizabeth Farias da

O MDB/PMDB em Lages: Análise de um Partido de Oposição no Governo (1972-1982). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1985, 200 pp. Orientador: Eduardo Viola (1.ª fase) e Ilse Scherer Warren.

Em um sistema partidário não estruturado como o brasileiro, onde grassam o personalismo e clientelismo, qual a possibilidade do aparecimento de partidos modernos, partidos de massa? Lages, município de Santa Catarina, na gestão peemedebista iniciada em 1977 na prefeitura, com uma experiência alternativa de administração, suscitou alguma "esperança" para essa possibilidade, mesmo em âmbito restrito. Especificamente, trabalhou-se nesta dissertação, com o histórico do partido, sua dinâmica interna, personalidades marcantes e quais as condições que deram possibilidades para a implantação da experiência alternativa em uma realidade partidária local nitidamente caracterizada como tradicional. Trabalhou-se com 10 anos do jornal diário local, documentos partidários, entrevistas com pessoas ligadas à chamada "Equipe Dirceu Carneiro" e as principais lideranças do partido em Lages.

Silva, Walzi C. S. da

A Quase Ciência da Ciência: Um Ensaio Crítico sobre o Programa Forte de David Bloor. Mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de

Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985, 208 pp. Orientador: Simon Schwartzman.

O presente trabalho consiste em uma avaliação crítica da chamada "sociologia forte da ciência", na versão que recebe de David Bloor e Barry Barnes — a saber, o "programa forte". Especial atenção é devotada ao problema da racionalidade, *versus* causalidade social, em ciência. Críticas são articuladas mediante instrumentos conceituais provenientes de uma tradição "analítica" em filosofia. No Capítulo 1, desenvolve-se um breve excuro histórico dos antecedentes intelectuais do programa forte. No Capítulo 2, oferece-se uma exposição preliminar do programa, o que inclui a análise semântica dos seus pressupostos, bem como a reprodução de dois estudos de caso desenvolvidos por Bloor. Nos dois capítulos seguintes, iniciam-se as considerações críticas. Articula-se em primeiro lugar uma crítica interna ao programa, sob o ponto de vista de sua plausibilidade e coerência. Em seguida são discutidas concepções rivais, como as de Imre Lakatos e Larry Laudan, que assumem posições diametralmente distintas das de Bloor em torno do que se encontra implicado na enunciação meta-teórica do programa, bem como a respeito dos estudos de caso apresentados. O Capítulo 5 contém o que foi definido como um tratamento *compatibilista* da possível causalidade social, perante possíveis estatutos de racionalidade, da ciência. Defende-se então uma posição próxima do realismo em filosofia e em ciência, como um meio de evitar distinções problemáticas (e.g., a distinção proposta por Lakatos entre reconstruções internas e reconstruções externas, o princípio da a-racionalidade enunciado por Laudan, a tese da simetria formulada pelo próprio Bloor), que induziriam uma incompatibilidade artificial entre as dimensões *racional* e *social* da ciência.

Sisson Filho, Arnaldo

A Consciência Política na Massa (e as Eleições de 1982 em Porto Alegre). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 159 pp. Orientador: Cesar Marcello Baquero.

A dissertação consta, sobretudo, de um estudo dos sistemas de crenças políticas dos porto-alegrenses, valendo-se basicamente de categorias analíticas desenvolvidas por Philip E. Converse em seu texto "The Nature of Belief Systems in Mass Publics". Além disso, faz-se uma aplicação prática destas categorias buscando-se uma me-

lhor compreensão dos resultados eleitorais de 1982 em Porto Alegre. Verificou-se, empiricamente, através de um *survey* pré-eleitoral, um enorme diferencial entre diferentes grupos de abrangência conceptual do sistema político, confirmando, a nível de Porto Alegre, as análises de Converse, bem como alcançou-se uma melhor percepção da dinâmica eleitoral dos portoalegrenses.

Souza, Antonio Nascimento

Sobre a Interpretação Engelsiana da Filosofia de Marx: uma Polêmica na Ortodoxia do Marxismo. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984, 145 pp. Orientadora: Maria Stela de Amorim.

A idéia central que anima esta dissertação é a de que o pensamento de Karl Marx pode ser dimensionado em três grandes regiões epistemológicas: Filosofia (*weltanschauung* da totalidade), História (ciência geral do movimento), e Economia (ciência social mais completa e mais complexa da moderna sociedade). Outras idéias secundárias também animam esta dissertação: a) a natureza dialética do pensamento marxiano torna-o qualitativamente mais completo e mais complexo à medida em que evolui; b) é possível estabelecer uma periodização relativamente coerente para cada uma das dimensões e para o pensamento de Marx como um todo, baseando-se na cronologia e área temática de produção; c) o pensamento de Marx pode ser reinterpretado à luz de novas pesquisas e novo contexto histórico, independentemente das apropriações de tal autor ou escola; e d) pode-se estudar o pensamento de Karl Marx "dentro do marxismo" (desde Engels, Lênin etc.) e "fora do marxismo".

Vieira, Maria Sulamita de Almeida

Feira: um Espaço de Liberdade ou de Ilusões?. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1980, 100 pp. Orientador: Agamenon Tavares de Almeida.

Partindo da compreensão que tinha sobre a organização da produção agrária no Ceará (considerando em primeiro plano as relações sociais de produção e estrutura fundiária), propõe-se a analisar as ligações produção x comercialização. Neste caso, toma-se especificamente a comercialização de produtos agrícolas através da feira. A questão que se coloca é: levando em conta que

as características da estrutura de produção agrária determinam uma forte dependência/subordinação dos camponeses em relação aos latifundiários, de modo que aqueles não são livres também para comercializar seus produtos, como explicar a feira? Os dados foram coletados, ao longo de um ano, num município do sertão do Ceará, através de entrevistas com feirantes e pequenos produtores, além da observação.

Von Simson, Olga R. de Moraes

A Burguesia de Diverte no Reinado de Momo: Reconstrução Histórico-Sociológica do Carnaval Paulistano (1855-1915). Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984. Orientadora: Maria Isaura P. de Queiroz.

Baseada em livros de viajantes, cronistas e memorialistas; em entrevistas com antigos foliões e principalmente numa pesquisa em periódicos do século XIX e início do século XX, reconstruiu-se a memória do Carnaval Paulistano na fase em que os folguedos eram privilégio das camadas elevadas da população, traçando-se também os primórdios dos folguedos populares na cidade de São Paulo mostrando como desde o início os carnavais europeus (italiano e francês) e o carioca serviam de modelo para as festividades paulistanas.

Wanderley, Maria Angela S.

Terra do Amanhecer, Terra do Anoi-tecer: um Estudo sobre os Pequenos Proprietários Rurais de Teixeira - PB. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 199 pp. Orientadora: Maria do Carmo B. Ferraz.

Análise dos mecanismos de subordinação dos pequenos proprietários de terra ao capital, utilizando dados secundários, observações e entrevistas, bem como análise de discurso. O trabalho revelou que o controle do capital sobre a categoria dificulta sua reprodução, tendo o Estado um papel marcante no processo de subordinação. Revelou, também, que apesar de perceberem-se como explorados e pauperizados, o temor da proletarianização leva os pequenos proprietários estudados a buscarem, na esperança de ajuda do governo, a solução das carências a que se dizem submetidos.

Zanfeliz, Maria Assunta Campilongo

As Relações Sócio-Políticas no Rio Grande do Sul: Governo, Partidos e Sindicatos na Conjuntura de 58 a 64. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, 186 pp. Orientador: Enno Dagoberto Liedke Filho.

Análise do movimento sindical no RS no período de 58 a 64, a partir da reconstrução das formas de ligação entre Governos, organizações sindicais e partidárias. O período em questão foi dividido em duas conjunturas perfeitamente delimitadas: 1) de 58 a 62 a campanha eleitoral e gestão do PTB no Governo com Brizola; 2) de 63 a 64 a gestão da ADP no Governo com Meneghetti. Buscamos mostrar aspectos da

política brizolista através da análise da combinação clientelismo/redistributivismo que foi posta em prática nesse governo. Mostramos como, a partir desta combinação, estabeleceu-se entre Governo e sindicatos uma política de "trocas" e apoio recíproco, chegando-se à análise da estrutura sindical nesse período, bem como as orientações ideológicas predominantes no movimento sindical de então. Para a elaboração deste trabalho contamos com a utilização de dados colhidos junto a jornais, revistas, documentos da época, bem como a utilização da técnica da história oral, realizando-se entrevistas em profundidade com lideranças sindicais e políticas do período.

... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).
... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).

... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).
... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).

... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).
... Rio de Janeiro, 1980. 112 p. (Coleção Sociologia, UFRJ).

Impresso por
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138 (edifício próprio)
Tel.: 224-7732 (PABX)
Rio de Janeiro - RJ

bib

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

bib

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

- BIB 1** "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica"
Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi
- BIB 2** "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico"
Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro
- BIB 3** "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências"
Luiz Werneck Vianna
- BIB 4** "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada"
Lucia Lippi Oliveira
- BIB 5** "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"
Bolívar Lamounier e Maria D'Álva Gil Kinzo
- BIB 6** "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"
Alba Zaluar Guimarães
- BIB 7** "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"
Roque de Barros Laraia
- BIB 8** "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"
Amaury de Souza
- BIB 9** "A Mulher na Força de Trabalho"
Maria Valéria Junho Pena
"Movimentos Sociais Urbanos"
Pedro Jacobi
- BIB 10** "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil"
Lia F. G. Fukui
- BIB 11** "Educação e Sociedade no Brasil"
Luiz Antonio Cunha
"Habituação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente"
Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo
- BIB 12** "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"
Maria Tereza Sadek R. de Souza
"Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas"
José Guilherme Cantor Magnani
- BIB 13** "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica"
Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima
- BIB 14** "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica"
Licia do Prado Valladares e Magda Prates Coelho
- BIB 15** "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"
José Cesar Gnaccarini e Margarida Maria Moura
- BIB 16** "Histórias de Vida na América Latina"
Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima
"Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico"
Neuma Aguiar
- BIB 17** "A Antropologia no Brasil"
Julio Cesar Melatti
"Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica"
Luiz Werneck Vianna
"Temas de Ciências Sociais"
Leôncio Martins Rodrigues
- BIB 18** "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"
Rubem César Fernandes
"Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente"
Mariza Corrêa
- BIB 19** "A Instituição Militar no Brasil"
Edmundo Campos Coelho

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais**
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 – Botafogo
22.260 – Rio de Janeiro – RJ